

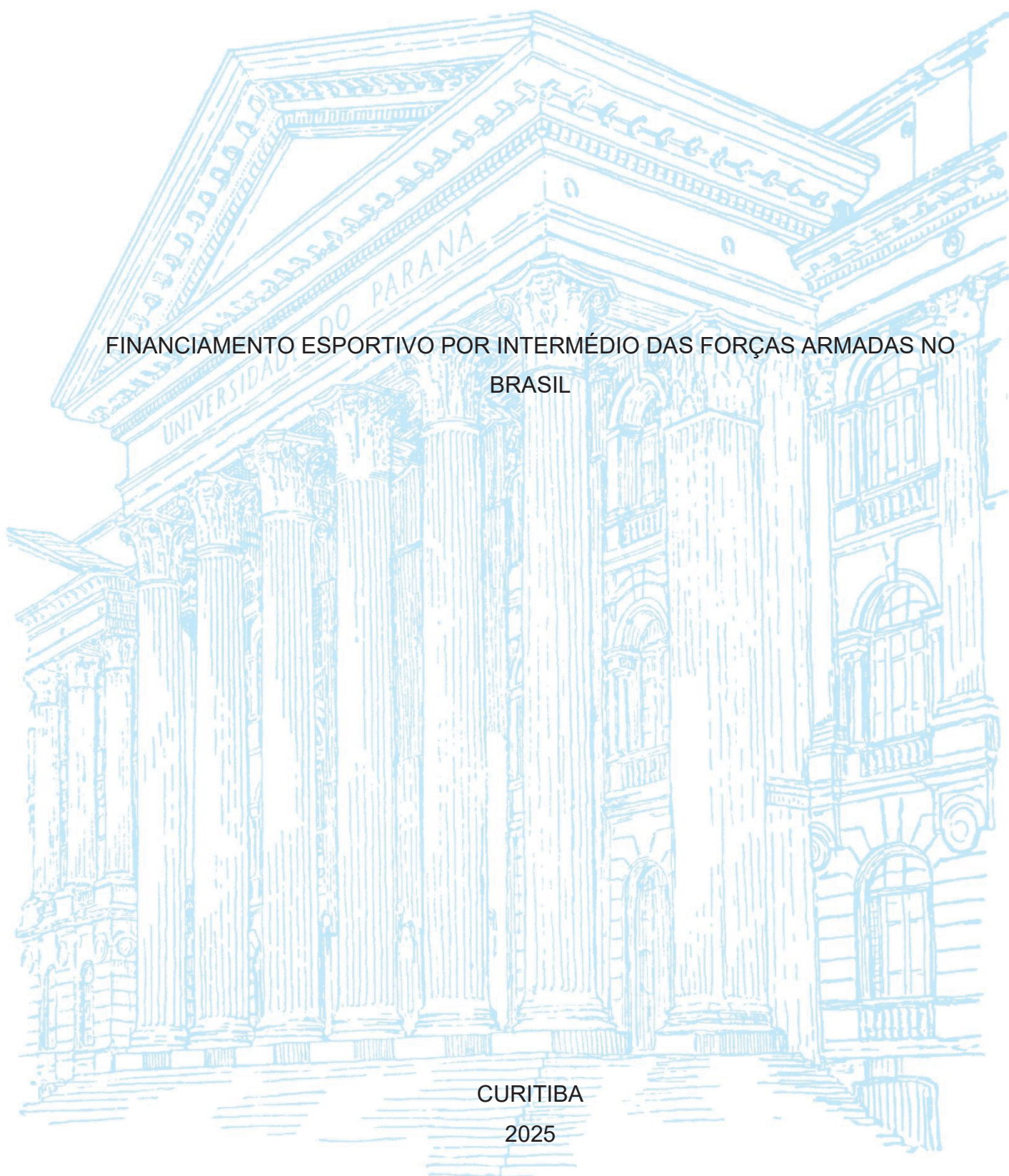
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE SCHWEIGERT COSTA

FINANCIAMENTO ESPORTIVO POR INTERMÉDIO DAS FORÇAS ARMADAS NO
BRASIL

CURITIBA

2025



CAROLINE SCHWEIGERT COSTA

FINANCIAMENTO ESPORTIVO POR INTERMÉDIO DAS FORÇAS ARMADAS NO
BRASIL

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Costa, Caroline Schweigert

Financiamento esportivo por intermédio das Forças Armadas no Brasil / Caroline Schweigert Costa. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli .

1. Esportes - Financiamento. 2. Forças Armadas. 3. Política pública. 4. Esportes – Aspectos sociológicos. I. Cavichioli, Fernando Renato. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

Bibliotecária: Giana Mara Seniski Silva. CRB-9/1406



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA -
40001016047P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CAROLINE SCHWEIGERT COSTA**, intitulada: **FINANCIAMENTO ESPORTIVO POR INTERMÉDIO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL**, sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO RENATO CAVICHIOILLI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 31 de Outubro de 2025.

Assinatura Eletrônica
10/11/2025 08:12:39.0
FERNANDO RENATO CAVICHIOILLI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
10/11/2025 08:32:39.0
JULIANO DE SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
10/11/2025 15:19:41.0
ANA PAULA CABRAL BONIN MAOSKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/11/2025 10:00:25.0
MARCELO MORAES E SILVA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Novo Edifício do Departamento de Educação Física - Campus Centro Politécnico - Curitiba - Paraná - Brasil
CEP 81531-980 - Tel: 41 - E-mail: pgedf@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 496570

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 496570

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi fruto de muitas parcerias, aprendizados e apoios inestimáveis.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli, por ter acreditado no meu potencial desde o início, ter-me aceitado no programa de doutorado, mesmo grávida e por me amparar nos momentos mais difíceis de saúde, especialmente durante o diagnóstico e tratamento do meu melanoma. Sua humanidade, paciência e incentivo foram decisivos para que eu seguisse firme na vida e na pesquisa.

À minha família, que foi meu porto seguro, minha filha Stella, hoje com três anos, cujo sorriso e curiosidade renovam minhas forças dia após dia; aos meus pais e demais familiares, por cuidarem com tanto carinho da Stella, permitindo que eu dedicasse meu esforço às aulas, à escrita da tese e às atividades de pesquisa, a minha madrinha Rosana e minha tia Regiane, sem vocês duas do meu lado eu não teria forças para continuar.

Ao meu esposo, Juliano Zanuncini, por cada palavra de conforto nas noites de incerteza, por segurar minha mão nos momentos de dor e por celebrar comigo cada pequena conquista, seu amor e companheirismo foram luz nos dias mais sombrios.

Ao tenente-coronel Mário Ricardo do Amaral, que, com palavras generosas, me encorajou a persistir no doutorado e me apoiou quando a saúde fraquejou, mostrando-me que, mesmo em adversidade, há espaço para o sonho e para o saber.

Aos colegas dos grupos de pesquisa, especialmente Cristiano, Mayara, Emília, Douglas, Isa, Leo, Clara, Sentone, Emerson e Marcos, pelas trocas sinceras de ideias, pelos cafés compartilhados e pelas risadas que aliviaram a tensão dos prazos. À Mayara, minha parceira incansável de áudios e revisões sem fim, agradeço não só pela coautoria de artigos, mas pela amizade que isso construiu.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná, registro minha profunda gratidão pela excelência acadêmica e dedicação com que conduziram as disciplinas cursadas ao longo destes quatro anos de doutorado. Cada aula, discussão e orientação contribuiu de maneira decisiva para o amadurecimento do meu olhar crítico e para a ampliação das minhas perspectivas científicas, deixando marcas indeléveis na minha trajetória formativa. Estendo, igualmente, meu sincero

agradecimento ao secretário Rodrigo, cuja disponibilidade, competência e constante auxílio foram fundamentais para o bom andamento de inúmeras etapas do processo acadêmico, revelando-se um apoio indispensável e sempre presente.

Por fim, a todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado com palavras de apoio, gestos de solidariedade ou simplesmente uma mensagem de ânimo: cada gesto aqueceu meu coração e deixou sua marca em cada página desta tese.

RESUMO

A presente tese investigou o financiamento esportivo no Brasil por intermédio das Forças Armadas, com foco específico no Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). O problema da pesquisa tem como proposta entender como o esporte de rendimento brasileiro foi beneficiado por essa forma de financiamento. O objetivo geral foi analisar a participação das Forças Armadas no financiamento do esporte de alto rendimento brasileiro. A metodologia empregada foi de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, combinando revisão sistemática da literatura, análise documental de legislações e relatórios governamentais entre 2008 e 2023, e entrevistas semiestruturadas com gestores, treinadores e atletas do PAAR. A fundamentação teórica baseou-se nos conceitos sociológicos de Norbert Elias, que explora sua teoria configuracional, as interdependências e os jogos de poder. Os principais achados indicam que o PAAR emergiu para atender as demandas políticas e institucionais das Forças Armadas, expandindo-se posteriormente para competições civis. Observou-se um claro processo de racionalização das práticas esportivas no âmbito do PAAR, com a implementação de portarias, metas e critérios de permanência que se alinham aos pensamentos de Elias, exigindo disciplina e autocontrole dos participantes. As relações entre gestores, treinadores e atletas foram caracterizadas por 'jogos de poder', evidenciando uma rede de interdependência e negociações constantes para a legitimação e continuidade do programa, uma vez que nenhum ator detém o poder de forma absoluta. O programa oferece aos atletas estabilidade financeira, infraestrutura de treinamento e assistência, em contrapartida a exigências disciplinares e de desempenho. Em modalidades de menor visibilidade, o apoio das Forças Armadas revelou-se determinante para a continuidade da carreira esportiva. Conclui-se que o PAAR é uma política pública híbrida que, ao mesmo tempo em que apoia o desenvolvimento de atletas e fortalece o sistema esportivo nacional, também atende a interesses estratégicos das Forças Armadas em termos de projeção institucional e utilização eficiente de suas estruturas. Tensões, como dificuldades de acesso igualitário e a necessidade de avaliações contínuas, persistem, apontando desafios para a gestão. Sugere-se uma governança interministerial mais transparente, o compartilhamento de instalações militares com projetos de base, o fortalecimento do acompanhamento psicossocial dos atletas e maior diálogo entre as Forças e as confederações civis.

Palavras-chave: Financiamento esportivo; Forças Armadas; Políticas públicas; Esporte; Sociologia do esporte.

ABSTRACT

This thesis investigated sports funding in Brazil through the Armed Forces, with a specific focus on the *Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR)*. The research problem sought to understand how Brazilian high-performance sports benefited from this funding modality. The general objective was to analyze the participation of the Armed Forces in the funding of high-performance Brazilian sports. The methodology employed was qualitative, descriptive, and exploratory, combining systematic literature review, documentary analysis of legislation and government reports between 2008 and 2023, and semi-structured interviews with PAAR managers, coaches, and athletes. The theoretical framework was based on Norbert Elias's sociological concepts, exploring his figuration theory, the civilizing process, and power games. The main findings indicate that the *Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR)* emerged to meet the political and institutional demands of the Armed Forces, later expanding to civilian competitions. A clear process of rationalization of sports practices was observed within the PAAR, with the implementation of regulations, goals, and permanence criteria that align with Elias's 'civilizing process', requiring discipline and self-control from participants. The relationships between managers, coaches, and athletes were characterized by 'power games', evidencing a network of interdependence and constant negotiations for the program's legitimation and continuity, as no single actor holds absolute power. The program offers athletes financial stability, training infrastructure, and assistance, in exchange for disciplinary and performance requirements. In less visible modalities, the support of the Armed Forces proved decisive for the continuity of the sports career. It is concluded that PAAR is a hybrid public policy that, while supporting athlete development and strengthening the national sports system, also serves the strategic interests of the Armed Forces in terms of institutional projection and efficient use of their structures. Tensions, such as difficulties in equitable access and the need for continuous evaluations, persist, pointing to management challenges. It is suggested that: PAAR move towards more transparent interministerial governance, with clear indicators of social and sporting impact; military facilities be shared with grassroots sports projects, maximizing the use of structures and bringing the Armed Forces closer to civil society; psychosocial support for athletes be strengthened, especially during the program's disengagement process, mitigating risks of traumatic ruptures; and there be greater dialogue between the Forces and civil sports confederations, aligning competition schedules and performance requirements, avoiding overloads and conflicts of interest.

Keywords: Sports Funding; Armed Forces; Public Policies; Sport; Sociology of Sport.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FLUXO DA REVISÃO DE LITERATURA.....	35
FIGURA 2 – FINANCIAMENTO ESPORTIVO	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ANÁLISE DA PRESENÇA DE ELEMENTOS NO FINANCIAMENTO ESPORTIVO	44
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ARTIGOS RASTREADOS EM CADA BASE DE ACORDO COM AS PALAVRAS UTILIZADAS.....	34
QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA.....	35
QUADRO 3 – CATEGORIAS IDENTIFICADAS EM CADA TRABALHO	42
QUADRO 4 – DOCUMENTOS ANALISADOS	53
QUADRO 5 – DETALHAMENTO DOS RECURSOS	68
QUADRO 6 – RECURSOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE PARA O ALTO RENDIMENTO DE 2008-2024 E PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	70

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

FFAA	- Forças Armadas
PAAR	- Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento
EAR	- Esporte de Alto Rendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA.....	20
1.2	CONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA.....	20
1.3	OBJETIVOS	21
1.3.1	Objetivo geral	21
1.3.2	Objetivos específicos.....	21
1.4	JUSTIFICATIVA.....	21
1.5	ESTRUTURA DA TESE	23
2	METODOLOGIA.....	25
2.1	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	25
2.2	ANÁLISE DOCUMENTAL	27
2.3	CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE NORBERT ELIAS	30
2.4	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	31
3	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: FINANCIAMENTO ESPORTIVO E FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITARIZADO.....	34
4	FINANCIAMENTO ESPORTIVO E A PARTICIPAÇÃO DAS FFAA.....	48
4.1	FINANCIAMENTO E FFAA NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOCIOLÓGICA	49
4.2	LEGISLAÇÃO DE FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITAR	53
4.3	CONCEITOS DE FINANCIAMENTO E OS DADOS REFERENTES AO PAAR	63
5	VISÃO DOS ATORES RELACIONADOS AO FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITARIZADO.....	72
5.1	VISÃO DOS GESTORES	73
5.1.1	Percorso histórico do financiamento esportivo na visão dos gestores.....	73
5.1.2	Fonte de recursos na visão dos gestores	79
5.1.3	Programa de apoio na visão dos gestores	81
5.1.4	Parcerias estratégicas na visão dos gestores	83
5.2	VISÃO DOS TREINADORES	84
5.2.1	Percorso histórico do financiamento esportivo na visão dos treinadores	85
5.2.2	Fonte de recursos na visão dos treinadores.....	88
5.2.3	Programa de apoio na visão dos treinadores	90
5.2.4	Parcerias estratégicas na visão dos treinadores	91

5.3	VISÃO DOS ATLETAS	92
5.3.1	Percorso histórico do financiamento esportivo na visão dos atletas.....	92
5.3.2	Fonte de recursos na visão dos atletas	94
5.3.3	Programa de apoio na visão dos atletas.....	96
5.3.4	Parcerias estratégicas na visão dos atletas.....	98
6	DISCUSSÃO	100
7	CONCLUSÃO.....	105
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM	
	ATLETAS.....	117
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM	
	GESTORES DO PAAR NAS FORÇAS ARMADAS	118
	APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM	
	TÉCNICOS.....	119

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas (FFAA) no Brasil participam do cenário esportivo por meio de um programa de financiamento esportivo PAAR (Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento). Esta informação é o ponto-chave de toda a questão que será aqui delineada como propositura de estudo, pois isso é uma prática que há anos vem ocorrendo no Brasil e muito pouco se estuda ou se tem conhecimento a respeito do tema, apesar das FFAA terem um relacionamento muito próximo do esporte no Brasil, já há alguns anos conforme se observa em diversos estudos (Meira, Bastos, Böhme, 2012).

Nas três últimas décadas, aumentou-se o leque de possibilidades de se obter financiamento para práticas esportivas, especificamente no alto rendimento (Carneiro et al. 2021). Essa afirmação pode também ser verificada ao observarmos as leis editadas no país desde 1995 que envolvem o esporte. Esses financiamentos podem ser provenientes de recursos de outras fontes orçamentárias, como podemos citar o financiamento referente a Lei Agnello-Piva (Brasil, 2001) e a Lei de Incentivo ao Esporte (Brasil, 2006), ou do próprio orçamento governamental, como o Programa Bolsa Atleta (Brasil, 2011) e, posteriormente, o Bolsa Atleta Pódio (Brasil, 2011).

Em 2023 ainda tivemos a lei 14.597/23 (Lei Geral do Esporte) e a definição de um subsistema militar para o esporte e a consolidação da participação militar na conjuntura nacional esportiva, assim como o financiamento que abordaremos mais nesse estudo: o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) (Brasil, 2006).

Essa tendência de aumento do financiamento esportivo pôde ser observada por fatores como a modificação de medidas governamentais para o esporte de rendimento, considerando que inúmeras leis editadas e além de algumas já citadas, temos a lei federal nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, que especificamente estabeleceu disposições sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Brasil. Decretos foram instituídos tais como o nº 6.180 de 3 de agosto de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para as atividades desportivas no Brasil e o decreto nº 7.984 de 8 de abril de 2013, que instituiu normas gerais sobre

desporto. No próprio art. 7º da lei federal nº 9.615/1998, em seu inciso II, aponta o desporto de rendimento como uma destinação dos recursos do Ministério do Esporte¹.

Além disso muito importante é o que rege no art. 32 da Lei Federal nº 14.597/2023 que dispõe sobre o subsistema Nacional do Esporte Militar, que consolidou os programas e projetos das Forças Armadas para o esporte e em seu §1º coloca as entidades militares como um apoio ao esporte nacional nos mais distintos níveis, inclusive no rendimento. Assim, observamos a disposição clara do ente militar como integrante importante no financiamento esportivo no Brasil.

Então podemos dizer que pela análise legislativa, o PAAR é algo que faz parte da construção esportiva e hoje funciona como um ente financiador importante para o esporte nacional. Quando nos referimos ao Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), estamos falando de uma construção de mais de uma década que se caracteriza como uma forma de financiamento contínuo (Ministério do Esporte, 2022), e chega-se a essas conclusões observando sua data de criação e a permanência em vigor, apesar das mudanças governamentais.

Não se pode fechar os olhos para o que tudo isso envolve, podendo ser observado em diversos países utilizando o ente militar como um financiador esportivo que é o caso do U.S. ARMY (ARMY, 2021) nos EUA. Muitos países serviram de inspiração ao modelo brasileiro de financiamento; essa relação já existe há algum tempo no Brasil e é uma alternativa experimentada em diversos países, reservada a particularidade de cada nação.

Não foi somente o Brasil que participou dos Jogos Olímpicos de 2016 com atletas militares, por exemplo; outros países como Itália, França e Inglaterra estavam participando com atletas militares. Sabe-se que alguns países possuem programas semelhantes² ao PAAR, entre eles os Estados Unidos da América e a Inglaterra, os quais, segundo o Ministério da Defesa, foram exemplos para a aplicação desta política no Brasil (Brasil, 2016b).

¹ O Ministério do Esporte ganhou esse status de Ministério no ano de 2003. A lei em 1998, em sua redação original, não fazia essa previsão para o Ministério e sim para o órgão responsável que em alguns governos foi tratado como Secretaria.

² Aqui se usou o termo semelhante pois cada país tem uma forma distinta de abordagem ao programa militar para seus atletas. Em alguns países, os atletas são naturalizados e após o período de contribuição esportiva permanecem nas Forças Armadas do país (EUA), outros utilizam de militares de carreira (Inglaterra), outros ainda adotam o sistema temporário (Itália).

Possíveis são essas percepções ao observar países como China e Rússia com participação militar muito forte dos atletas em jogos olímpicos, acompanhada de maneira totalitária de governo, mas também é possível identificar atletas militares de outros países que não detinham política militar totalitária, ou seja, em Estados de regime democrático, como exemplo, podemos citar França e EUA (Marques, 2011; Castro, 2012).

Essas informações, referentes à utilização de modelos de financiamento inspirados em outros países para composição da política pública brasileira e da forma de financiamento aqui no Brasil utilizado, foram amplamente divulgadas em sites governamentais ao tratar da comissão brasileira que foi pesquisar o tema em outros países, demonstrando que ocorreu essa busca (Ministério da Defesa, 2023).

Essa comissão era composta por integrante do Ministério da Defesa e tinha como função precípua administrar, fiscalizar, organizar, coordenar e difundir o esporte militar no Brasil e, além disso, possuía vínculos a outras secretarias, como Secretaria de Ensino, Saúde e Desportos (Brasil, 2011).

A questão financeira será explorada, inclusive pautando-se de dados quantitativos obtidos dos sites oficiais dos ministérios e secretarias vinculadas ao programa, considerando essa retração financeira, seus motivos e consequências se assim for possível obter. Outra questão importante a ser explorada é o fato de saber diferenciar o que é militarização e o que é financiamento por intermédio da instituição militar, que são situações distintas, além disso o que são militares atletas e atletas militarizados, o que procurará ser compreendido no decorrer da tese, afinal é uma construção de conceitos e parâmetros.

Vale ressaltar que militares atletas são aqueles militares de carreira que disputam as diversas competições militares ou civis, representando sua força ou seu país. Atletas militarizados são aqueles atletas contratados temporariamente pelas FFAA por meio do PAAR, que representam as FFAA e o país em diversas competições militares ou não.

Após estas questões quanto à nomenclatura e verbas repassadas para o programa, observa-se que para que esse funcionamento do PAAR ocorra e demais formas de financiamento público continuem e tenham um crescimento no esporte de alto rendimento brasileiro se faz necessária a existência de diferentes políticas públicas esportivas a fim de distribuição de verbas e de fomento esportivo nacional, sendo o PAAR mais uma forma de financiamento nesse cenário. Para entender

melhor como funciona uma política pública, imperioso é recorrer de autores que descrevem a construção política.

Secchi (2014), por exemplo, aponta que uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém. O autor assevera ainda que a implantação de políticas públicas específicas é determinante para a resolução de problemas sociais, assim acontece também na esfera esportiva. Nesse sentido, analisando o PAAR e a descrição das políticas públicas e as que envolvem financiamentos, pode-se perceber que ela se adequa ao que podemos definir como política pública.

Outros autores destacam em seus estudos o financiamento como algo importante e necessário para a análise de um desenvolvimento esportivo saudável em uma nação (Digel, 2002; Green, Oakley, 2001). Dentre os autores, alguns até mesmo exemplificam que em determinados países o financiamento público esportivo não é tão comum (Houlihan, Green, 2008).

Outro argumento também suscitado com relação ao desenvolvimento dos diversos sistemas esportivos refere-se ao “ciclo virtuoso do esporte” que, segundo Grix e Carmichael (2012), se caracteriza pelo fato de as ações de sucesso esportivo fomentarem um ciclo de incentivos e aspectos positivos à prática e ao desenvolvimento do esporte, em seus diversos aspectos, tanto de rendimento como o lazer e saúde. Sendo assim, natural seria um esporte valorizado governamentalmente e ter apoio ainda mais presente na iniciativa privada. Mas será que isso acontece? Mascarenhas (2018) aponta que no Brasil, essa construção das políticas esportivas, em geral, pôde ser observada pelas diversas frentes (políticas e sociais), além de uma modificação na forma de destinação de verbas que ocorre um impacto social positivo, modificando a comunidade, inclusive para o esporte de rendimento.

Implementaram-se, assim, novos programas esportivos envolvendo as Forças Armadas (FFAA) no Brasil e com isso uma maneira diferente de viabilizar o financiamento, por intermédio do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), traduzindo-se em uma forma de financiamento militarizado, operacionalizado por um ente não usual, que são as Forças Armadas (Costa, 2020).

A questão do financiamento pelo intermédio militar mostrou-se como uma forma de distribuição de verba pública destinada ao esporte, a qual, como todas as outras, necessita de regulamentação, fiscalização e gestão esportiva.

O governo investiu grandes montantes nos Jogos Militares de 2011. Segundo informações de portais governamentais³ foram mais de R\$ 580 milhões em investimentos, e 38 mil militares envolvidos. Os gastos foram principalmente com estrutura; foram construídas três vilas militares em terrenos das Forças Armadas, a qual foi planejada com a antecedência desde a escolha do Brasil como sede dos jogos militares (Brasil, 2019). Assim percebe-se ao falar de fomento do esporte nacional que tanto o Ministério do Esporte quanto as Forças Armadas aparentemente detinham interesses institucionais para executar o programa e esses interesses foram convergentes para fazer com que o PAAR acontecesse.

Para colaborar com todo o estudo e fazer com que possamos compreender de forma integral e crítica todo o objeto, faz-se necessário entendê-lo sob a ótica sociológica. A sociologia nos ajuda a compreender melhor os fenômenos sociais e ajuda os pesquisadores preocupados com a constituição do conhecimento e as relações de influência entre o conhecimento e a existência (Fontana, 2015).

Quando falamos dos aspectos sociológicos do estudo, de interesses convergentes e todas estas questões que são subjetivas, mas extremamente importantes para se entender o todo, vamos utilizar os conceitos de sociologia de Norbert Elias, sociólogo que, em seus estudos denominado teoria configuracional, nos ajuda a explicar que todas as ações humanas e suas traduções em legislações que foram aplicadas por intermédio das políticas públicas, possuem em sua origem interesses mútuos, as teias de interdependência que todo o tema envolve.

Não podemos pensar que algo é criado sem interesse social ou pessoal, gostaríamos de acreditar que todas as ações governamentais e construções legislativas partissem somente da necessidade social e na intenção da resolução de um problema, mas percebemos que isso passa longe de ser uma regra ou algo comum.

Assim, tudo se torna intimamente ligado ao jogo de interesses e vantagens que determinada classe ou instituição vai aferir, como Elias dispõe em sua obra ao se referir à nobreza francesa (Elias, 2001, p. 209-210).

Já demonstramos como existia, dentro da corte, um estado peculiar de tensão sobretudo entre os grupos e pessoas que o rei havia distinguido e aqueles que se destacavam com base em seus próprios títulos de nobreza, era

³Disponível em: <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/noticias/500-dias-defesa-preve-r-580-milhoes-em-investimentos-e-38-mil-militares>. Acesso em maio de 2024.

manipulando essa tensão que o rei governava sua corte. Demonstramos ainda como fazia parte das condições de dominação do rei um equilíbrio de tensões específico no reino fornecendo aos representantes da realeza a chance de uma concentração especialmente ampla de seu poder, cuja consumação era o sistema de monarquia absolutista. Essas tensões em um caso e no outro, os equilíbrios de tensões na corte e no reino, eram particularidades estruturais de um mesmo estágio de desenvolvimento da sociedade estatal francesa como um todo - figuração em seu conjunto.

Quando o autor explica em sua obra sobre o jogo entre duas pessoas, esta análise pode ser trazida também para o contexto da tese, explicando que por mais que um dos polos aparentemente seja o mais forte, mesmo em uma questão de aparente domínio, existe também influências mútuas (Elias, 1980, p.88-90).

'A' é um jogador muito forte e "B" é muito fraco. Neste caso A tem uma grande capacidade de controle sobre B, até certo ponto, A pode forçar B a fazer determinadas jogadas. Em outras palavras A tem poder sobre B. Estes termos significam que exatamente que A consegue controlar em alto grau os movimentos de B, mas esta capacidade de obrigar não é ilimitada; o jogador B, embora seja relativamente fraco tem um grau de poder sobre A.

Assim, ao se trata do esporte de alto rendimento, vários entes aparecem como os mais fortes, que na obra de Elias foi denominado como o "A", ou seja, os mais fortes e suficientes. Subsumido à realidade, temos o esporte de alto rendimento, os atletas, treinadores, gestores e o objetivo de conquistas esportivas de uma nação.

Na presente tese, os estudos de Elias se aproximam bastante das intenções a serem investigadas, em que se procuram evidências nas relações de poderes existentes entre as entidades brasileiras que desenvolvem o esporte de alto rendimento e principalmente o fenômeno esportivo, financiamento militarizado, que foi implantando pela política pública esportiva, instrumentalizada por intermédio da legislação brasileira do esporte de alto rendimento nas forças armadas que foi o Programa de Atletas de Alto Rendimento e que ao longo da história brasileira, já foi visualizado algumas vezes, mas nunca antes tão percebido.

Encontramos em sociologia formas distintas e específicas de integração e desintegração, modelos de ordem e desordem, tipos de relacionamento e tipos de estrutura e função. Estas formas são diferentes das que encontramos nos níveis anteriores de integração, não podendo reduzir-se a elas (Elias, 2008, p. 116).

Nesse sentido vislumbra-se que para existir o sucesso na prática governamental e na aplicação legislativa é necessário o apoio mútuo, daquele que detém o poder e das entidades que mantêm o poder. Mas não podemos esquecer que o processo acontece, ele segue o rumo e em momento algum se sabe onde exatamente vai chegar, ou seja, segundo Norbert Elias o processo é cego.

O presente estudo buscará entender como o esporte de rendimento brasileiro foi beneficiado pelo financiamento militarizado, se foi somente uma forma de modificar a nomenclatura do financiamento esportivo já existente, ou ainda se foi uma forma das Forças Armadas participar dessa configuração esportiva e qual a motivação aparente dessa ação. Dessa maneira, temos alguns indícios de toda a problemática a ser explorada para que seja possível explicar como esse processo ocorreu, se ocorreu e o que significou para os atletas, treinadores e gestores.

Com isso, o estudo visa auxiliar na compreensão de como o financiamento militarizado se multiplicou no Brasil e a participação de órgãos governamentais nesse cenário, além das opiniões de atletas, gestores e treinadores ao aderirem a um programa de financiamento diferente do usual, sendo que estes aspectos também serão explicados sob o olhar sociológico para entender sua formação retração e tendências futuras como política pública.

1.1 PROBLEMA

Como o esporte de rendimento brasileiro foi beneficiado pelo financiamento militarizado, se esta forma de financiamento foi somente uma maneira de modificar a nomenclatura do financiamento esportivo já existente, ou ainda se foi uma alternativa para as Forças Armadas participarem dessa configuração esportiva para suprir seus interesses e qual a motivação aparente dessa ação.

Esta proposta evidencia como as limitações e vantagens desse modelo de financiamento público esportivo, e suas características relevantes no cenário esportivo nacional, sob o olhar de atleta, treinadores e gestores. Nesse sentido, observa-se como relevante a procura por argumentos metodológicos para a comprovação ou refutação da continuidade de uma política pública de financiamento esportivo de alto rendimento envolvendo as Forças Armadas no Brasil.

1.2 CONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA

A hipótese do presente trabalho é que as Forças Armadas participaram no cenário de financiamento esportivo brasileiro, e com esta participação melhoraram sua estrutura física, além de aumentaram seu número de atletas que representaram e representam as Forças Armadas (FFAA), fazendo com que os resultados internacionais esportivos das FFAA (Jogos Militares) fossem mais expressivos.

A melhoria da visão da sociedade a respeito das FFAA, ao perceber que os militares ficaram mais próximos e de uma maneira mais empática e amigável da sociedade, colaborando ainda com a identificação positiva do atleta de rendimento com o militar de carreira. Isso se daria principalmente com a exposição à mídia e o ato da continência no pódio. Ainda, tornou-se uma complementação de renda dos atletas no Brasil e disponibilizou a estrutura das FFAA para treinamento dos atletas de rendimento deixando as instalações menos ociosas.

Possibilidade de interesses mútuos entre FFAA e governo federal para o repasse e administração de verbas de financiamento esportivo, por meio de jogos de poderes e influências.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar como ocorreu a participação das Forças Armadas no financiamento esportivo de alto rendimento brasileiro.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico sistemático sobre o financiamento esportivo militarizado; com os resultados teremos uma tendência de temas/categorias que permeiam o assunto com a intenção de encontrar indícios hipotéticos mundiais de sua utilização/emprego.
- Entender por intermédio dos documentos e legislação o processo de financiamento esportivo militarizado no Brasil.
- Apresentar as justificativas dos gestores, treinadores e atletas para a participação em um programa de financiamento por intermédio das Forças Armadas para atletas de alto rendimento.
- Compreender sociologicamente a participação das Forças Armadas no financiamento esportivo com base nas obras de Norbert Elias, analisando as possíveis intencionalidades na participação desse processo de treinadores, gestores e atletas que optaram pelo financiamento militar.

1.4 JUSTIFICATIVA

Justifica-se academicamente a execução desta pesquisa, considerando o foco em entender, com base na literatura, como ocorreu o financiamento esportivo

militarizado no Brasil, além de mostrar as percepções dos atletas, treinadores, gestores em aderir a uma política pública esportiva que não era usual no nosso país, entendendo a articulação entre os entes, os quais serão percebidos por meio das entrevistas.

Ainda, busca-se entender sociologicamente (com base na literatura de Norbert Elias) como esses interesses se tornam convergentes e articularam ações a fim de inserir um programa de financiamento esportivo militarizado.

Além disto, a execução do estudo justifica-se pela importância de entender como esta forma de financiamento, um tanto quanto *sui generis*, tanto pelo aspecto conceitual quanto sociológico, foi importante no cenário político e também no cenário social.

Com isto, poderemos ter uma visão mais clara dos recursos destinados ao financiamento esportivo no Brasil, seu posicionamento dentro desse sistema brasileiro do esporte e como se tornou uma política pública de relevância para o cenário, que contribui para a construção política nacional, com ações de gestão e governança.

Justifica-se socialmente porque é de interesse global identificar e analisar as proposições públicas que utilizam as verbas que são destinadas a qualquer tipo de interação pública, no caso do objeto desta pesquisa; esta proposição consiste no próprio financiamento esportivo. A sociedade como um todo se interessa pelas questões que envolvem destinação da verba pública e suas aplicações em programas que realmente tenham impactos sociais positivos para todos.

Fazer com que uma política pública com benefícios sociais permaneça e se fortaleça é algo interessante para toda a sociedade, devendo a academia evidenciar cada vez mais estes aspectos sociais.

Por fim, justifica-se pessoalmente o trabalho pelo interesse da pesquisadora em políticas públicas esportivas militarizadas e financiamento esportivo por ter sido durante grande parte de sua vida atleta e pertencer ao quadro combatente da Polícia Militar do Paraná, conhecendo assim os aspectos que envolvem a rotina do atleta e a rotina do militar, podendo portanto, com esse conhecimento dos dois universos, transitar tranquilamente na coleta de informações para que o estudo seja amplo e rico em dados, tomando uma postura impessoal e crítica ao objeto de estudo.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

A pesquisa será dividida inicialmente em duas etapas. Primeiramente será feito um levantamento bibliográfico sistemático e documental; posteriormente, serão realizadas entrevistas com atores de interesse na pesquisa. A pesquisa é essencialmente qualitativa, de caráter exploratório e documental.

O primeiro capítulo compreende a introdução que explicará as intenções do trabalho, e traz ao leitor informações essenciais para a compreensão do tema; nesse capítulo será descrita a justificativa, a problemática, os objetivos, a construção hipotética e uma breve explanação sobre a organização da tese que será exaurida na metodologia. O segundo capítulo descreverá a metodologia a ser utilizada em todo o processo da tese e o detalhamento de cada capítulo a ser escrito.

No terceiro capítulo apresentaremos a revisão sistemática de literatura que, segundo Hortelan et al. (2019), é uma forma de identificar tipos de evidências de um determinado campo, percebendo lacunas de conhecimento na literatura; identificaremos os trabalhos acadêmicos mundiais a respeito de financiamento esportivo militar com a intenção de encontrar uma linha de tendência conceitual e categórica do que está sendo discutido sobre o tema no mundo e trazer para a nossa realidade brasileira.

O quarto capítulo terá uma abordagem descritiva, apresentando uma construção histórica sociológica, com base em Norbert Elias, sobre as aproximações sociológicas do financiamento esportivo e as FFAA, envolvendo jogos de poder e interações sociais, e também serão abordados os conceitos relacionados ao financiamento esportivo militar, a legislação esportiva de alto rendimento militar e uma apresentação dos dados referentes ao PAAR. Todos esses elementos irão contribuir para a discussão e conclusão da tese.

O quinto capítulo apresentará a visão dos atores com relação à ótica do financiamento esportivo militarizado, considerando a visão dos gestores, treinadores e atletas. Para tanto serão entrevistados três gestores, três treinadores e três atletas, um de cada FFAA, que receberam o financiamento militarizado; nestas entrevistas serão analisados os aspectos referentes ao financiamento e os pontos positivos e negativos apresentado por estes atores.

Após, serão apresentadas as discussões da tese sendo este o sexto capítulo, denominado discussão, onde serão respondidos a todos os objetivos específicos propostos. Além disso, conta com conceitos de sociologia esportiva com base no autor

Norbert Elias, as quais serão utilizadas para compreender o fenômeno FFAA no financiamento esportivo brasileiro, que foram trabalhadas no quarto capítulo.

Por fim, será apresentada a conclusão, podendo ser descrita como o sétimo capítulo, com o intuito de propor sugestões para a utilização de recursos públicos na esfera esportiva e de fazer uma análise final sobre todo o estudado.

2 METODOLOGIA

Este estudo possui abordagem qualitativa, descritiva e de cunho exploratório. O estudo qualitativo permite ao pesquisador analisar os fatores que abrangem as subjetividades do ser humano e suas relações com a sociedade (Goldenberg, 1997). Esta abordagem busca uma compreensão profunda e ampla de um caso específico – neste trabalho, o caso consiste no esporte e as forças armadas – então, se reconhece a impossibilidade de generalizações dos resultados para outros casos (Gil, 2008).

A proposta deste estudo é analisar o financiamento público de rendimento, utilizando as Forças Armadas, que no decorrer do estudo, como pode ser verificado desde o título da tese, se tornou uma forma de financiamento público militarizado, ou seja, com a utilização das Forças Armadas (Tadros et al., 2015). Como forma de delinear o estudo, serão realizadas as seguintes ações: revisão sistemática da literatura, análise documental, análise do fenômeno financiamento militarizado com a utilização de conceitos sociológicos e, as entrevistas semiestruturadas.

2.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Com o objetivo de identificar trabalhos a respeito de financiamento esportivo e financiamento esportivo militarizado, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. A revisão de literatura, segundo Machi et al. (2016), é uma forma de identificar tipos de evidências de um determinado campo, percebendo lacunas de conhecimento na literatura. A opção por esta abordagem foi por considerar a complexidade do objeto, necessário para compreender o processo da política pública descrita, visando a compreensão global do objeto de estudo. Para deixar ilustrado como procedemos essa pesquisa, alguns autores foram utilizados como norteadores (Hart, 1998; Ridley, 2012), sendo seguido os seguintes passos:

- **Identificação de fontes de informação:** o levantamento foi realizado nas plataformas: *Taylor and Francis Online*, *Scielo.org* e *Scopus*. Estas plataformas (base de dados) foram selecionadas considerando o mecanismo de busca, que proporcionou uma análise bem similar e, além disso, a relevância dos manuscritos indexados.
- **Seleção de fontes:** como mecanismos de busca foi utilizada a pesquisa avançada com descritores e palavras-chaves no título, a principal diferença entre descritores e palavras-chaves está na padronização e no controle.

Descritores são termos controlados e definidos centralmente, usados em sistemas de indexação estruturados e geralmente resultam em recuperação mais precisa. Palavras-chaves, por outro lado, são termos de pesquisa mais flexíveis e amplamente usados, permitindo recuperação mais ampla e interpretação variável dos resultados. A escolha entre um ou outro depende do contexto da pesquisa e das necessidades de recuperação de informações (Brandau et al, 2005) Os descritores e palavras-chaves utilizados foram *sports financing* (financiamento esportivo), *athletes funding* (financiamento para atletas), *government funding AND sport* (financiamento do governo e esporte) e *military sport* (esporte militar). O termo booleano “AND” foi utilizado somente no último descritor e não foi utilizado recorte temporal de busca sendo que todos os estudos filtrados foram considerados. Foi utilizado o idioma português e inglês.

- **Leitura e análise crítica:** primeiro - foi realizada a leitura do título e resumo dos trabalhos selecionados pelos descritores/palavras-chaves; segundo - com a divisão de categorias de análise, posteriormente os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e por intermédio de reagrupamento dos resultados baseados nos temas que se repetem nos trabalhos foram elencadas categorias e, por fim, o tratamento dos dados que serão utilizados no estudo. Foram avaliados os aspectos de qualidade e a confiabilidade das fontes, prestando atenção a qualquer viés potencial.
- **Organização de dados:** organizaram-se as informações coletadas em categorias ou temas relevantes. Feitas com a ajuda de tabelas, servindo de base para a construção dos conceitos de financiamento esportivo, que, auxiliará na discussão final.
- **Síntese da literatura:** sintetizaram-se as informações coletadas, destacando os principais pontos comuns, tendências, debates e lacunas na literatura. Compararam-se diferentes perspectivas e abordagens encontradas na literatura em capítulo específico da tese.
- **Escrita da revisão de literatura:** desenvolveu-se a revisão de literatura de acordo com a estrutura definida, utilizando uma linguagem clara e concisa. Foram citadas todas as fontes utilizadas.

Após a análise de todos estes estudos filtrados pela metodologia, observou-se que alguns países ficaram de fora da seleção pelos critérios de pesquisa utilizados e para deixar o trabalho ainda mais rico, complementou-se com outros estudos. Essa seleção foi a partir da amostragem nomeada como “bola de neve” ou, em inglês, *snowball*, que é uma forma de amostra não probabilística, que usa cadeias de referência (Vinuto, 2014).

O processo se deu do seguinte modo: inicia-se analisando documentos do objeto de pesquisa aqueles que foram selecionados por intermédio da revisão sistemática de literatura, que são nomeados como “sementes”, com o objetivo de localizar outros trabalhos com o perfil necessário para o estudo, mas que, por algum motivo não foram selecionados pelos argumentos de pesquisa inicial. Assim, as “sementes” indicaram os países com estudos relevantes e nas lacunas, complementamos com trabalhos desenvolvidos nesses países lacunas, no caso China e Rússia. Com essa inclusão, a pesquisa obteve um quadro de amostragem fechado, isso ocorre por não haver novos trabalhos ou os trabalhos encontrados não adicionarem informações novas (Vinuto, 2014).

2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental foi separada em duas etapas: primeira - analisar a legislação brasileira que trata do financiamento esportivo militarizado, e segunda - envolvendo os relatórios do governo federal a respeito do repasse de verbas para o programa, com o recorte temporal de 2008-2023, por ser 2008 o ano de início do projeto.

A análise documental de legislações e dados governamentais é uma abordagem metodológica valiosa para pesquisas em várias áreas, incluindo ciências sociais, políticas públicas, direito, economia e muitas outras (Patton, 2014). Essa metodologia permite que os pesquisadores examinem e interpretem leis, regulamentos e dados governamentais para entender melhor as questões políticas, sociais e econômicas (Creswell, 2017). Na pesquisa, utilizando as referências dos autores, vamos seguir o seguinte caminho:

- **Definição do problema de pesquisa:** foi definida a questão da legislação com destaque para o financiamento esportivo e as Forças Armadas.
- **Coleta de documentos:** identificaram-se as fontes de documentos relevantes para a pesquisa, como leis, decretos e regulamentos. Esses documentos foram

retirados de portais públicos certificados pelo governo federal, para garantir que estejam atualizados e sejam confiáveis. Já para a parte de valores foi utilizado o portal da transparência do governo federal.

- **Seleção de documentos:** selecionamos os documentos mais relevantes para a pesquisa, incluindo somente documentos referentes ao PAAR, para garantir que apenas documentos pertinentes ao problema de pesquisa fossem incluídos; os documentos estão disponíveis no portal do Ministério da Defesa⁴.
 - Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, pelo decreto nº 4.502, de 09 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército-R-68).
 - Lei do Serviço Militar, lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar).
 - Portaria nº 171-DGP, de 08 de julho de 2009.
 - Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 (EB30-N-30.009).
 - Portaria nº 1416-Comandante do Exército, de 18 de outubro de 2017.
 - Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos a pessoal militar.
 - Portaria nº 162, de 13 de janeiro de 2017 Forças Armadas, ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa e ao Comandante da Escola Superior de Guerra para, no âmbito de sua atuação.
 - Decreto nº 9.548, de 31 de outubro de 2018, Presidência da República - Forças Auxiliares. Altera o Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos a pessoal militar.
 - Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esporte/legislacoes-do-desporto-militar>. Acesso em maio de 2024.

9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

- Portaria normativa nº 545/md, de 7 de março de 2014, aprova os procedimentos a serem adotados no âmbito do Ministério da Defesa acerca dos atos referentes à concessão de diárias e passagens e à autorização para a celebração ou prorrogação de contratos administrativos e dá outras providências.
- Portaria normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.
- Portaria Normativa Interministerial nº 68/MD/MC, de 9 de agosto de 2019. Dispõe sobre parceria entre os Ministérios da Defesa e da Cidadania, para o apoio aos campeonatos mundiais militares do Conselho Internacional do Esporte Militar a realizar-se no Brasil, ao Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas e às competições escolares das Forças Armadas.
- Portaria Normativa nº 5, de 20 de janeiro de 2020, dispõe sobre os procedimentos para a captação de patrocínio para apoio às atividades relacionadas à inclusão social, à sustentabilidade social, ao desporto militar e à equoterapia militar no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares.
- Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019. Dispõe sobre as normas e os procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.
- Orientação Normativa nº 46/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/MD, de 26 de dezembro de 2019. Aprova a distribuição, no âmbito do desporto militar e para o ciclo desportivo militar e olímpico para o período de 2020 a 2023, das modalidades esportivas entre as Comissões de Desportos das Forças.
- Orientação Normativa nº 47/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/MD, de 26 de dezembro de 2019. Estabelece procedimentos para a constituição de representação nacional em competições e eventos esportivos, com

componentes das Forças Armadas, das Forças Auxiliares e de civis colaboradores eventuais.

- Portaria Normativa Nº 71/GM-MD, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR).

- **Categorização e organização:** os documentos foram organizados por ano (cronológico) e conteúdo.
- **Análise documental:** análise dos documentos selecionados detalhadamente. Isso envolveu a leitura cuidadosa das leis e regulamentos, entre outros documentos, a identificação de tendências, a análise de como as políticas evoluíram ao longo do tempo e a extração de dados relevantes de documentos governamentais.

A coleta de dados foi baseada em fontes de dados primários, como documentos oficiais de primeira mão, logo, não receberam tratamento analítico (Gil, 2008). De acordo com Lakatos e Marconi (2003), estes documentos podem servir como fontes contemporâneas (documentação de arquivo público, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas de censos, documentos de arquivos privados, cartas e contratos) ou retrospectivas (diários, autobiografias, relatos de visitas a instituições e relatos de viagem). Além disso, os registros podem ser encontrados em formato escrito ou oral (Lakatos; Marconi, 2003).

Estes dados basicamente são divulgados no site do Ministério do Esporte, do Diário Oficial da União e do Ministério da Defesa, e serão utilizados também os dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE).

2.3 CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE NORBERT ELIAS

Como forma de enriquecer a discussão e compreender os fenômenos sociais, em momento específico da tese, no quatro capítulo, será acrescentada uma construção histórica sociológica sobre a participação das Forças Armadas nesse fenômeno esportivo de rendimento.

Os conceitos sociológicos serão do autor Norbert Elias, pois a pesquisa trabalha com significações, atitudes, valores, que contribuem para uma compreensão adequada de certos fenômenos sociais, valorizando o conteúdo apresentado pelo sujeito (Minayo, 2004).

Estes conceitos sociológicos aparecerão também na discussão do trabalho de maneira mais ativa e tensionada com o tema. A teoria configuracional de Elias será abordada na tese e outros conceitos que tiverem correlação com o tema.

Segundo Elias (1994), a estrutura no comportamento civilizado está ligada às estruturas do estado e a própria organização da sociedade. O autor ainda colabora com tal entendimento expondo que as inter-relações sociais formam uma rede complexa, com divisão de funções e estruturas internas. Tais inter-relações podem ser analisadas após identificados os agentes, comportamentos e funções no ambiente onde atuam (Elias, 1993).

2.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Além dessa parte documental, serão também realizadas entrevistas com gestores, treinadores e atletas envolvidos com o PAAR (forma de financiamento público militarizado). Será utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada que, segundo Triviños (1987), caracteriza-se por questionamentos básicos apoiados em teorias relacionadas à pesquisa; os questionamentos podem desencadear hipóteses que surgem com as respostas dos entrevistados. Esse tipo de entrevista, ainda segundo o autor, favorece a sua explicação e a compreensão de fenômenos sociais em sua totalidade.

Esses questionamentos serão obtidos por perguntas aos entrevistados, cujo roteiro estará acostado no apêndice. As categorias de análise serão levantadas por intermédio das entrevistas; as categorias se farão *a posteriori* com o software NVivo – QSR International, versão 12.

Além da literatura e das entrevistas, não se descartarão as categorias que podem emergir na própria revisão de literatura, sendo dessa maneira *a priori* o levantamento, também sendo denominado de maneira dedutiva (com base em teorias existentes) ou indutiva (a partir dos próprios dados) (Bardin, 2011).

Vale salientar que o software a ser utilizado sistematiza as categorias com base na análise do pesquisador, logo ele simplesmente auxilia na organização dos

dados, porém, é o próprio pesquisador que elenca as variáveis de relevância e conduz a entrevista de maneira isonômica, após isso será feita a análise do conteúdo.

Serão entrevistados gestores, treinadores e atletas, pois com essas amostras temos uma visão dos principais participantes do PAAR e de suas visões a respeito do financiamento militarizado. Serão selecionadas pessoas que participam ou participaram do programa em qualquer ano, com, no mínimo, um ano de aderência/participação com o PAAR.

Foram incluídos nas amostras participantes selecionados intencionalmente pela autora, em um processo de amostragem por conveniência (Gil, 2008), utilizando como critério o histórico de participação do entrevistado no PAAR.

Na intenção de ter uma abrangência e informações interessantes foram selecionados três gestores do PAAR com mais de um ano de participação na gestão e formação de atletas militares, três treinadores de atletas participantes do PAAR, treinadores que não possuem vinculação funcional com as Forças Armadas, três atletas vinculados ao PAAR (01 de cada Força), que recebam ou receberam por, pelo menos, um ano ou mais o financiamento esportivo.

O primeiro contato com os entrevistados se dará por meio de e-mail e Whatsapp, explicando os objetivos do trabalho, o interesse no que está sendo estudado e o rigor científico que seria utilizado.

Os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1), a fim de garantir a preservação dos dados pessoais, rigor das normas éticas, considerando a participação de seres humanos.

Algumas reuniões realizadas pessoalmente, utilizando o gravador do Iphone 12, com posterior degravação das entrevistas ou por meio da plataforma *Microsoft Teams*, tendo em vista que a plataforma disponibiliza a ferramenta de transcrição das conversas para o tratamento dos dados. Outras foram realizadas on-line pela plataforma *Teams*, com a posterior degravação. O roteiro de perguntas foi formulado *a priori*, tendo como base na pesquisa bibliográfica, considerando as questões de financiamento esportivo levantado.

A análise de entrevistas semiestruturadas, com base na abordagem de Bardin (2011), envolve a sistematização e organização das informações coletadas a partir dessas entrevistas de modo que permita a identificação de padrões e temas emergentes. Seguem as descrições do processo de análise de entrevistas semiestruturadas com base na abordagem de Bardin (2011):

- **transcrição das entrevistas:** transcrever as entrevistas, ou seja, transformar o áudio, gravação ou as notas da entrevista em texto escrito;
- **codificação inicial:** a pesquisadora começa a ler as transcrições das entrevistas para identificar palavras, frases, conceitos ou categorias que são relevantes para o estudo. Esses elementos são codificados ou destacados no texto, nessa fase será utilizado o *Software NVivo*;
- **categorização e classificação:** as categorias são agrupadas com base em semelhanças conceituais. A pesquisadora organiza as categorias de forma hierárquica ou temática, criando um sistema de classificação;
- **definição de critérios de inclusão e exclusão:** a pesquisadora estabelece critérios claros para determinar o que será incluído ou excluído da análise;
- **aplicação dos critérios nas entrevistas:** as categorias definidas e os critérios são então aplicados às transcrições de todas as entrevistas;
- **resumo e análise descritiva:** com as partes relevantes das entrevistas marcadas, o pesquisador resumirá e descreverá o conteúdo de cada categoria, destacando as características principais, padrões e tendências. Análise Interpretativa: além da análise descritiva, a análise interpretativa busca compreender o significado subjacente dos dados. Isso envolve a interpretação e a conexão dos resultados com a literatura relevante e o contexto da pesquisa;
- **relatórios e apresentação dos resultados:** os resultados da análise são apresentados em um relatório de pesquisa.

Após essas coletas, a pesquisa estaria pronta para receber uma análise profunda com os elementos documentais, entrevistas, elementos sociológicos para uma discussão rica do tema financiamento militarizado, concluindo como essa forma de financiamento se dá no Brasil. Destacamos que o estudo tem a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, CAAE nº 88770618.4.0000.0102, parecer nº 5.414.934.

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: FINANCIAMENTO ESPORTIVO E FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITARIZADO

O levantamento foi realizado nas plataformas: *Taylor and Francis Online*, *Scielo.org* e *Scopus*. Estas plataformas foram selecionadas considerando o mecanismo de busca que proporcionou uma análise bem similar e a relevância dos manuscritos indexados.

As palavras utilizadas se enquadraram tanto como palavras-chaves como descritores nas plataformas pesquisadas Lou et al. (2018), sendo elas: *sports financing* (financiamento esportivo), *athletes funding* (financiamento para atletas), *government funding AND sport* (financiamento do governo e esporte) e *military sport* (militar e esporte). Não foi utilizado recorte temporal de busca e todos os estudos que foram filtrados foram considerados.

Por meio do levantamento, foram identificadas 603 referências, sendo 152 referências na plataforma *Taylor and Francis Online* ($f= 25,21\%$), 34 no *Scielo.org* ($f=5,64\%$) e 417 na plataforma *Scopus* ($f=69,15\%$). O Quadro 1 apresenta o detalhamento de acordo com as palavras utilizadas.

QUADRO 1 – ARTIGOS RASTREADOS EM CADA BASE DE ACORDO COM AS PALAVRAS UTILIZADAS

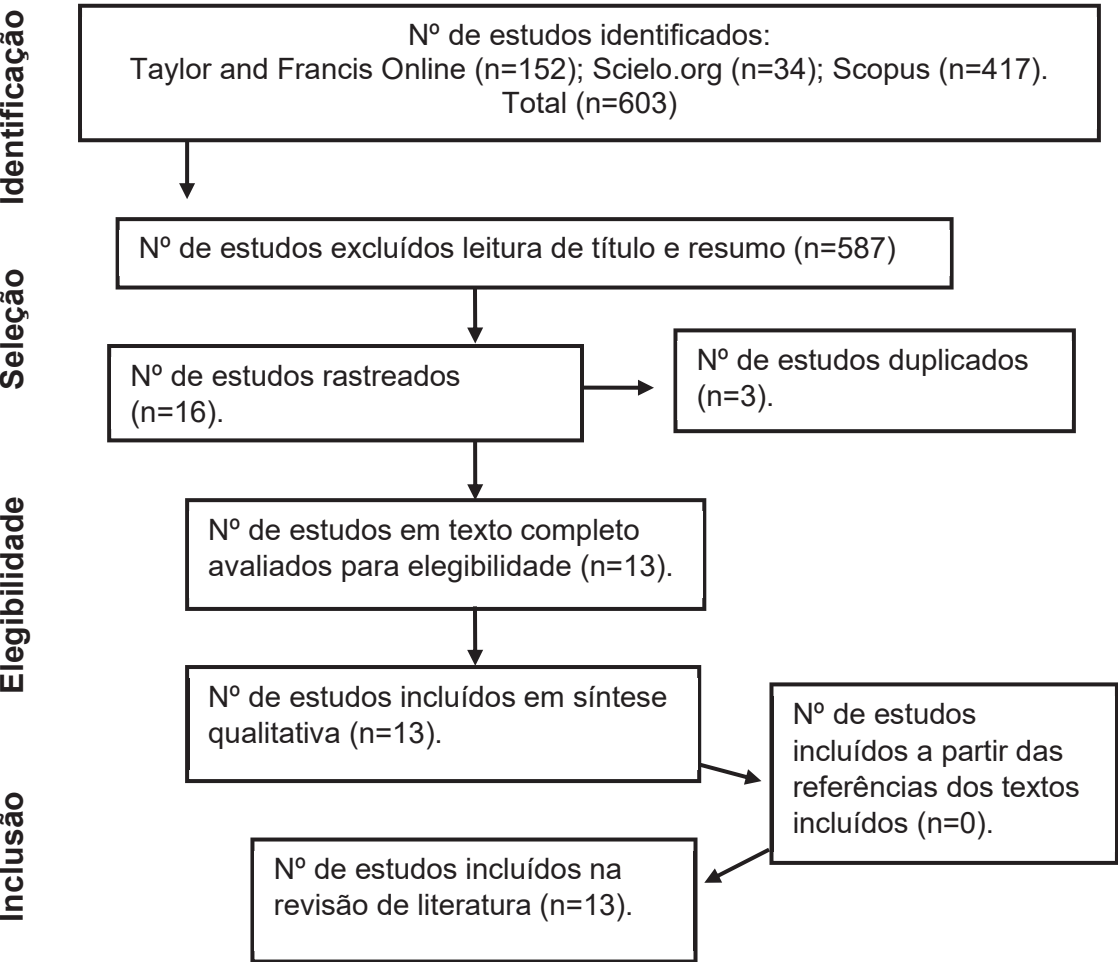
Taylor and Francis Online	
<i>Sports financing</i> (financiamento esportivo)	18 artigos
<i>Athletes funding</i> (financiamento para atletas)	16 artigos
<i>Government funding AND sport</i> (financiamento do governo e esporte)	2 artigos
<i>Military sport</i> (militar e esporte)	116 artigos
Total	152 artigos
Scielo.org	
<i>Sports financing</i> (financiamento esportivo)	4 artigos
<i>Athletes funding</i> (financiamento para atletas)	4 artigos
<i>Government funding AND sport</i> (financiamento do governo e esporte)	5 artigos
<i>Military sport</i> (militar e esporte)	21 artigos
Total	34 artigos
Scopus	
<i>Sports financing</i> (financiamento esportivo)	125 artigos

<i>Athletes funding</i> (financiamento para atletas)	105 artigos
<i>Government funding AND sport</i> (financiamento do governo e esporte)	7 artigos
<i>Military sport</i> (militar e esporte)	180 artigos
Total	417 artigos

FONTE: A autora (2025).

A seguir, pode-se observar o fluxo das fases da revisão de literatura.

FIGURA 1 – FLUXO DA REVISÃO DE LITERATURA



FONTE: Kleijnen e Moher (2009). Sistematizado pela autora (2025).

Após a realização do fluxo completo, 13 pesquisas foram incluídas na análise. O Quadro 2 apresenta a caracterização dos estudos incluídos.

QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA

Taylor and Francis Online (n=152)	SciELO.org (n=34)	Scopus (n=417)
Após a leitura detalhada, foram considerados 8 estudos	Após a leitura detalhada, foram considerados 2 estudos	Após a leitura detalhada, foram considerados 3 estudos
Especificação dos estudos incluídos		
Autor (ano de publicação)	Título	Região da amostra do estudo
Hong (2011) (TF)	<i>Elite Sport and Nation-Building in South Korea: South Korea as the Dark Horse in Global Elite Sport</i>	Coreia do Sul
Vagenas et al. (2012) (Scopus)	<i>Olympic medals and demographic factors: Novel predictors, the ex-host effect, the exact role of team size, and the "population-GDP" model revisited</i>	Grécia
Bahro (2014) (TF)	<i>Can sport form a national-socialist elite? The example of ss sport</i>	Alemanha
Taylor (2016) (TF)	<i>Comparative Sport Development: systems, participation and public policy</i>	Reino Unido
Park et al. (2016) (TF)	<i>A chronological review of the development of elite sport policy in South Korea</i>	Coreia do Sul
Baptista et al. (2017) (Scopus)	<i>Evaluation of sports infrastructure of the Brazilian Army</i>	Brasil
Barker-Ruchti et al. (2017) (TF)	<i>Producing Success: A Critical Analysis Of Athlete Development Governance In Six Countries</i>	Suécia
Camargo et al. (2020) (TF)	<i>The politics of sport funding in Brazil: a multiple streams analysis</i>	Brasil
De Bosscher et al. (2021) (TF)	<i>The societal impact of elite sport: positives and negatives: introduction to ESMQ special</i>	Bélgica

Marques et al. (2021) (scielo)	Financiamento do esporte no Brasil: análise acerca das mudanças recentes na configuração dos repasses de recursos das loterias federais	Brasil
Carneiro et al. (2021) (scielo)	O financiamento federal do esporte de alto rendimento no Ciclo Olímpico e Paralímpico Rio 2016	Brasil
Castro et al. (2023) (TF)	<i>Government budget and priorities for sports in Brazil (2004-2020)</i>	Brasil
Garner et al. (2016) (Scopus)	<i>The business of sport and the sport of business: A review of the compensation literature in finance and sports</i>	Estados Unidos

FONTE: A autora (2025).

O financiamento esportivo militarizado no Brasil tem sido objeto de crescente interesse e investigação acadêmica nas últimas décadas. À medida que as Forças Armadas desempenham papel significativo na promoção e no desenvolvimento do esporte no país, a compreensão de como o financiamento é alocado e utilizado dentro desse contexto tornou-se algo de relevância.

Neste trabalho, realizamos uma revisão de literatura abrangente sobre o financiamento esportivo e o financiamento esportivo militarizado no Brasil, explorando as principais tendências, desafios e implicações desse fenômeno multifacetado.

Nos trabalhos selecionados para comporem a revisão, foi abordada uma variedade de aspectos, incluindo o percurso histórico do financiamento esportivo militarizado, as fontes de recursos, os programas de apoio aos atletas e as parcerias estratégicas entre as forças armadas e as organizações esportivas., verificaram-se os efeitos do financiamento militarizado sobre o desempenho esportivo, o desenvolvimento de talentos e o cenário esportivo do país relacionado com o estudo.

Ao explorar a literatura existente sobre esse tema, nosso objetivo é proporcionar uma visão abrangente e crítica do papel das instituições militares no financiamento e na promoção do esporte no Brasil. Ao longo deste texto, analisaremos as contribuições significativas de pesquisadores e acadêmicos que investigaram essa questão complexa e em constante evolução.

Após a leitura detalhada dos trabalhos selecionados, elencamos quatro categorias que apresentaram maior evidência⁵, que são:

- a) percurso histórico do financiamento esportivo;
- b) fontes de recursos;
- c) programa de apoio a atletas;
- d) parcerias estratégicas.

Nos estudos de Bahro (2014), tem um apanhado voltado mais à parte histórica do esporte que envolve militares alemães. Nesse estudo, ele demonstra que na época da Alemanha nazista, o esquadrão de elite SS (Schutzstaffel) considerava os esportes e as competições desportivas meios eficientes para fortalecer a importância de sua organização. Os membros das SS foram obrigados a obter os distintivos desportivos do Sturmabteilung (SA, Destacamento de Tempestade) e o 'Distintivo Desportivo Alemão', promovendo assim, de acordo com a ideologia nacional-socialista, uma 'seleção natural' e garantindo a formação de um grupo elitista. A SS queria garantir que poderia competir com sucesso com outras organizações durante eventos desportivos nacionais e nomear 50% dos membros da equipa olímpica alemã. Além disso, a rivalidade atlética entre SS e SA continuou na luta pela liderança no desporto alemão. Nesse estudo é possível verificar fatores como percurso histórico do financiamento esportivo além de parcerias estratégicas entre Forças Armadas e o desporto apesar da ideologia impregnada.

Outro estudo que teve como cenário a Coreia do Sul, Hong (2011) aponta que a este país teve bom desempenho em competições desportivas internacionais ao longo dos últimos quarto de século, levando em consideração a contagem de medalhas dos Jogos Olímpicos. O artigo realiza uma análise examinando como o governo sul-coreano utilizou o desporto de elite para construir a nação e promover a identidade nacional; como empregou uma estratégia para sediar grandes eventos; e avalia estes fatores e o papel das empresas como contribuintes significativos para o sucesso do desporto de elite coreano.

⁵ O termo "evidência" refere-se aos dados e informações coletados que suportam ou enriquecem a análise e as conclusões do estudo. Diferente dos estudos quantitativos, onde a evidência costuma ser representada por números e estatísticas, nos qualitativos a evidência é mais descritiva e interpretativa, buscando compreender significados, contextos e percepções (Creswell, Poth, 2018).

Park et al. (2016), em seu estudo que tratou das características de financiamento esportivo na Coreia do Sul, fornecendo uma revisão cronológica do desenvolvimento da política desportiva de elite na Coreia do Sul, se propuseram rever o desenvolvimento da política e do sistema desportivo de elite em relação ao contexto social e político mais amplo destes país, enquadrando-o em quatro períodos: 1961-1979, 1980-1992, 1993-2002 e 2003 em diante. O artigo revela as características principais do desenvolvimento do desporto de elite coreano em termos de política. O primeiro deles é o objetivo do país em manter uma posição no top 10 da classificação de medalhas olímpicas, que tem sido um critério-chave para o sucesso ou fracasso do desempenho desportivo de elite do país desde os Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984.

A segunda característica do desenvolvimento do desporto de elite coreano é que o bom desempenho e as conquistas do país nas competições desportivas globais têm as suas raízes na política orientada para o desporto de elite dos anteriores regimes militares. O impulso político para o desenvolvimento de uma política desportiva de elite, com ênfase no sucesso, foi possível pelo uso ideológico e político do desporto.

A terceira característica do desenvolvimento do desporto de elite coreano é o papel das grandes empresas (as denominadas “Chaebol”) na glória do sucesso desportivo de elite. A última característica significativa do desenvolvimento da elite coreana relaciona-se com os sinais de mudança nos últimos anos, que testemunharam uma consciência crescente dos aspectos negativos (e problemas estruturais) do desenvolvimento do desporto de elite coreano associados ao alcance do sucesso desportivo de elite a todo custo.

Ainda no Brasil, Camargo et al. (2020) dispõem que desde as primeiras intervenções do estado no esporte, o estado brasileiro assumiu o papel de supervisionar e financiar os sistemas esportivos organizados do país. A significativa relação entre o estado e o desporto, estabelecida ao longo de décadas, contribuiu para que o desporto fosse influenciado pela agenda política do país, o que contribuiu com a implementação de políticas de financiamento do desporto.

Para entender mais sobre como esse relacionamento se desenvolveu, o artigo aplicou a teoria dos múltiplos fluxos de mudança de políticas para examinar o domínio da política esportiva brasileira de alto rendimento. A análise política e a análise dos meios de comunicação social são combinadas para examinar as formas como o

contexto político, a formulação de problemas e as soluções políticas foram reunidas por uma série de empreendedores políticos. O estudo examinou como o esforço de lobby do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) agiu para expandir as possibilidades de investimento e como os legisladores agiram rapidamente para aproveitar a janela de oportunidade e implementar políticas que estimularam a preparação brasileira para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Ao final do estudo, Camargo et al. (2020) apontam que embora outros países também tenham desenvolvido políticas para o desporto de elite para impulsionar a preparação olímpica, as decisões e mudanças políticas brasileiras foram tardias, em alguns casos passageiras, e apenas expandiram as políticas existentes que apresentavam deficiências nos critérios de distribuição de recursos.

Já na obra de Taylor (2016), ele explora o desenvolvimento do esporte em diferentes países e contextos. O autor Peter Taylor analisa como os sistemas esportivos são estruturados, como a participação esportiva é incentivada e como as políticas públicas afetam o esporte em várias nações ao redor do mundo.

Ele examina como diferentes países organizam seus sistemas esportivos, incluindo a estrutura de governança, financiamento e regulamentação do esporte, discute como as políticas e iniciativas promovem a participação esportiva em diferentes países, abordando questões de acesso, equidade e inclusão, explora como as políticas governamentais podem influenciar o desenvolvimento do esporte, incluindo o financiamento esportivo, o suporte à infraestrutura esportiva e a promoção de eventos esportivos.

A obra também examina como o esporte afeta a cultura e a sociedade em diferentes contextos, incluindo questões de identidade, nacionalismo e comunidade. Fornece uma visão abrangente das questões relacionadas ao desenvolvimento do esporte em nível global, destacando a importância das políticas públicas, da participação e dos sistemas esportivos na promoção do esporte em diferentes países.

Nos estudos de De Bosscher et al. (2021) é apontado que à medida que as nações investem cada vez maiores quantias de recurso público no desenvolvimento do desporto de elite, diante disso os políticos por vezes afirmam que o desporto de elite não só conduzirá a mais medalhas, mas também desencadeará uma série de resultados sociais mais amplos.

Dividido em seis artigos, contribuem para a compreensão da complexidade e da natureza multidimensional da investigação e da gestão do impacto social do desporto de elite.

Barker-Ruchti et al. (2017), por sua vez, analisam e comparam a governança do desenvolvimento de atletas na Austrália, Finlândia, Alemanha, Nova Zelândia, Suécia e Suíça. Foram utilizados procedimentos qualitativos para recolher e analisar 58 documentos relacionados com a governação do desenvolvimento de atletas nos seis países e para realizar 14 entrevistas informais com especialistas nacionais em sistemas desportivos de elite. Os resultados confirmaram as conclusões de que a governação desportiva está a evoluir no sentido de mentalidades governamentais gerencialistas. Modos específicos de governação que estão a ser implementados para sistematizar o desenvolvimento dos atletas incluem formas específicas de financiamento e a modelização do desenvolvimento dos atletas.

Ainda em análise aos estudos que envolvem capital humano e mercado esportivo, verificamos os estudos de Garner et al. (2016). Em seu trabalho apresenta uma revisão de literatura comparando e contrastando esses dois campos. A tentativa é melhor compreender as práticas de remuneração de atletas e as práticas utilizadas no mercado esportivo.

Outro estudo muito interessante a respeito de financiamento e sucesso olímpico é o trabalho de Vagenas et al. (2012) que analisaram o problema de estimar o sucesso olímpico utilizando-se de indicadores demo-econômicos críticos. A amostra foi composta pelos 75 países vencedores dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004. Neste estudo, chegou-se às conclusões que ganhar medalhas olímpicas depende do potencial combinado de população, riqueza, taxa de crescimento, desemprego, ex-anfitrião e despesas sócio-desportivas. Os países maiores e mais ricos ganham mais medalhas ao enviarem aos jogos equipes olímpicas maiores como resultado de possuírem mais talentos atlético e melhor apoio a atividades sociais e desportivas.

Após toda essa análise mundial, no que diz respeito aos nossos objetivos estabelecidos, chegamos nos trabalhos selecionados no Brasil. Segundo Baptista et al. (2017), que realizaram um trabalho voltado para a análise da infraestrutura esportiva no Exército Brasileiro, chegando à conclusão de que o Exército Brasileiro (EB) possui uma rede nacional de infraestrutura esportiva dispersa por todo o país. Porém, o Exército Brasileiro não tem conhecimento do potencial para esse fim e não possui um mapeamento minucioso ou sistemático da infraestrutura esportiva.

Castro et al. (2023), por sua vez, realizaram um estudo com o objetivo de mapear os recursos orçamentários alocados pelo governo federal brasileiro e examinar as prioridades das políticas esportivas nacionais de 2004 a 2020. Basearam-se em dados referentes aos recursos destinados pelo orçamento federal brasileiro entre 2004 e 2020, e concluíram que o governo federal brasileiro destinou o total de US\$ 4,9 bilhões para ações esportivas, o que representa 0,06% do orçamento federal total. Enquanto o orçamento federal permaneceu estável, com poucas variações anuais, o orçamento do esporte oscilou significativamente nos valores reais e percentuais de investimento. Estes foram concentrados em infraestrutura (US\$ 3,2 bilhões – 57,2%), esportes educacionais/participativos (US\$ 712 m – 17,7%), esportes de elite (US\$ 575 m – 14,3%) e gestão (US\$ 436 m – 10,8%).

Segundo Castro et al. (2023), embora a realização de megaeventos tenha promovido aumentos de investimentos e atenção na área esportiva, estes não têm garantido maior comprometimento com a promoção do esporte educativo/de participação na esfera federal. Os maiores ganhos, embora pontuais e inconsistentes, concentraram-se na política desportiva de elite.

Marques et al. (2021) analisaram a configuração do repasse de recursos provenientes de loterias federais para o financiamento do esporte no Brasil, após a promulgação das leis nº 13.756/2018 e nº 14.073/2020. Os resultados indicaram mudanças nos percentuais de distribuição dos recursos, as quais alteram a configuração do financiamento esportivo via loterias federais, com ingresso de novas entidades de administração esportiva e crescimento da participação das entidades de direito privado na distribuição dos recursos.

Dos trabalhos analisados, Carneiro et al. (2021) analisaram o financiamento e o gasto público federal do Esporte de Alto Rendimento (EAR), ciclo Rio 2016. Apontaram, outrossim, que o governo federal criou diferentes dispositivos políticos e legais que buscaram alçar o Brasil à potência esportiva; eles refletiram sobre o financiamento federal do EAR. Os principais recursos do EAR do Ciclo Rio 2016 foram de patrocínio das estatais federais, concursos prognósticos e loterias para entidades esportivas, Lei de Incentivo ao Esporte e recursos do Ministério do Esporte.

QUADRO 3 – CATEGORIAS IDENTIFICADAS EM CADA TRABALHO

Autor (ano de publicação)	Percurso histórico do financiamento esportivo	Fontes de recursos	Programa de apoio a atletas	Parcerias estratégicas
---------------------------	---	--------------------	-----------------------------	------------------------

Hong (2011) (TF)	não	sim	sim	sim
Vagenas et al. (2012) (Scopus)	não	sim	sim	sim
Bahro (2014) (TF)	sim	não	não	sim
Taylor (2016) (TF)	não	sim	sim	sim
Park et al. (2016) (TF)	sim	sim	não	sim
Baptista et al. (2017)	não	sim	sim	sim
Barker-Ruchti et al. (2017) (TF)	não	sim	sim	sim
Camargo et al. (2020) (TF)	não	sim	não	sim
De Bosscher et al. (2021) (TF)	sim	sim	não	sim
Marques et al. (2021) (scielo)	não	sim	sim	sim
Carneiro et al. (2021) (scielo)	sim	sim	sim	sim
Castro et al. (2023) (TF)	sim	sim	sim	sim
Garner et al. (2016) (Scopus)	não	sim	sim	sim

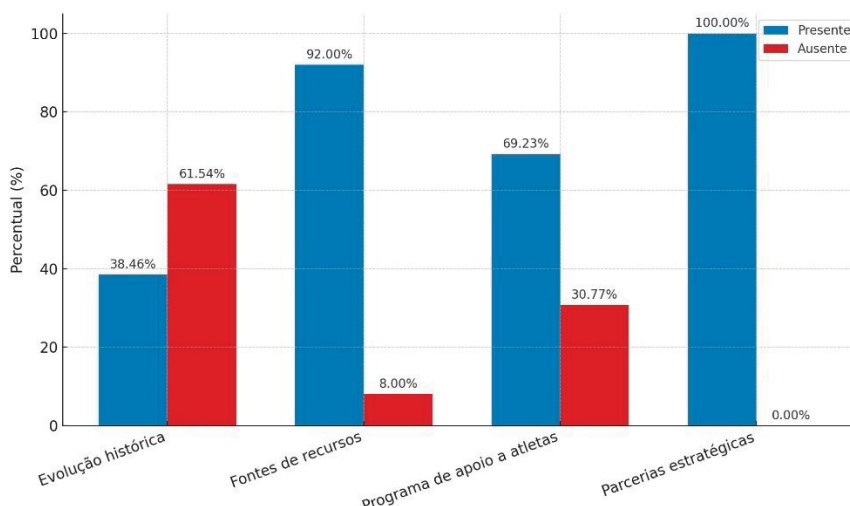
FONTE: A autora (2025).

Com base nos dados expostos no Quadro 3, separamos pela presença ou não do respectivo conceito no estudo:

- **Percurso histórico do financiamento esportivo**
 - Presente em cinco obras (38,46% das obras);
 - Ausente em oito obras (61,54% das obras).
- **Fontes de recursos**
 - Presente em 12 obras (92% das obras);
 - Ausente em uma obra (0,8% das obras).

- **Programa de apoio a atletas**
 - Presente em nove obras (69,23% das obras);
 - Ausente em quatro obras (30,77% das obras).
- **Parcerias estratégicas**
 - Presente em 13 obras (100% das obras).

GRÁFICO 1 – ANÁLISE DA PRESENÇA DE ELEMENTOS NO FINANCIAMENTO ESPORTIVO



Diante disso, ao analisar o fator percurso histórico do financiamento esportivo, nota-se que está presente em 38,46% das obras, indicando que a menor parte das obras reconhece a importância de analisar o percurso histórico do financiamento esportivo.

Já com relação às fontes de recursos presentes em 92% das obras, mostra-se que a maioria dos autores reconhece a necessidade de identificar as fontes de recursos para o financiamento esportivo. Isso destaca a importância de diversificar as fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade do esporte.

Quando tratamos de programas de apoio aos atletas, presente em 69,23% das obras, indica que mais da metade das obras analisadas reconhecem a relevância dos programas de apoio a atletas. Isso sugere que esses programas são considerados um elemento essencial para o desenvolvimento esportivo em muitos contextos.

Quando analisamos as parcerias estratégicas, essa temática esteve presente em todas as obras analisadas, mostrando que a literatura consultada reconhece a importância das parcerias estratégicas no financiamento esportivo. Isso destaca a

necessidade de colaboração entre diferentes entidades para maximizar o impacto dos investimentos no esporte.

Esses temas estão relacionados à construção de um sistema de financiamento esportivo robusto e sustentável. Ao analisar o percurso histórico, identificar fontes de recursos, compreender os programas de apoio a atletas e promover parcerias estratégicas, os governos e as organizações esportivas podem melhorar a qualidade e a acessibilidade do esporte para a população, promovendo o desenvolvimento atlético e a participação em atividades esportivas.

Em resumo, os percentuais de frequência refletem a importância atribuída a cada um desses temas nas obras acadêmicas analisadas. Esses temas desempenham papel crítico na compreensão e no desenvolvimento do financiamento esportivo, ajudando a orientar políticas e estratégias para promover o esporte e o desenvolvimento.

Além de todos estes trabalhos selecionados e analisados, acrescentamos em uma metodologia do tipo amostragem bola de neve “*snowball*”⁶ trabalhos da Rússia e China que tratam especificamente sobre o financiamento esportivo, entretanto são deixados de fora das plataformas de busca que foram utilizadas por questões relacionadas ao gerenciamento de dados e comissão de ética de cada país (Wohlin, 2014).

As plataformas utilizadas *CyberLeninka* e *ResearchGate* oferecem publicações acadêmicas relevantes. O *CyberLeninka*⁷ sobre o tema na Rússia, já que possui grande acervo publicado por universidades e instituições russas. O *ResearchGate*⁸ é uma plataforma global que conecta pesquisadores e promove a troca de conhecimento científico; os chineses também utilizam a plataforma para publicar estudos em inglês, principalmente nas áreas de ciência de materiais, engenharia, biotecnologia e inteligência artificial, e inclui artigos de instituições renomadas da China.

⁶ A metodologia *Snowball Sampling* (ou "amostragem bola de neve") é amplamente utilizada em revisões de literatura científica para identificar e selecionar estudos relevantes. Baseia-se no princípio de rastreamento de citações, em que artigos iniciais identificados como relevantes são usados como ponto de partida para encontrar outros trabalhos que referenciam ou são referenciados por eles. Isso cria uma cadeia de artigos interligados, permitindo a ampliação progressiva do corpo de literatura analisado.

⁷ <https://cyberleninka.ru/>

⁸ <https://www.researchgate.net/>

As publicações russas selecionadas foram duas: a primeira, de Vishnjakova e Khajrullina (2023), que desenvolveu conceitos para um modelo dinâmico de financiamento esportivo, explorando parcerias público-privadas e gestão eficiente do ecossistema esportivo. Nesse estudo, foi apresentada a concepção de um modelo dinâmico baseado em análises científicas para o financiamento de esportes, com ênfase na formação de ecossistemas esportivos que priorizam parcerias público-privadas e eficiência no uso de recursos. Este modelo também considera benchmarks internacionais e prioridades políticas do estado russo, colocando a questão com um viés muito envolvido com os interesses do próprio governo.

Outro trabalho de relevância é o de Ratushnaia (2013). O artigo avalia um aspecto crucial da política estatal russa: o financiamento da cultura física e do esporte entre 1991 e 2007. Demonstra-se que nos anos 1990 houve um baixo nível de financiamento tanto no plano federal quanto regional. São analisadas as leis federais sobre cultura física e esporte em relação ao financiamento, com destaque para a experiência da região de Kemerovo. A pesquisa revela especificidades regionais, limitações orçamentárias e medidas alternativas como fundos sociais e patrocínios.

Selecionamos também dois trabalhos chineses, o primeiro Zhao e Zhu (2015), que analisa a indústria esportiva chinesa, incluindo metodologias de gestão e benefícios financeiros, destacando os desafios e oportunidades da área. A pesquisa examina as bases teóricas e práticas para a construção de uma indústria esportiva mais eficiente e harmônica.

Já o segundo estudo dos autores Li et al. (2024) aborda como o financiamento digital impacta a inovação nas empresas esportivas chinesas, usando evidências de empresas listadas no mercado. Esses estudos oferecem perspectivas sobre a interseção entre esporte e economia na China, incluindo a influência do financiamento público e privado, inovação financeira e o papel das políticas econômicas. Entretanto, enfrentamos dificuldade maior em acesso das publicações chinesas, as quais não nos pareceram totalmente acessíveis e com um rigor ético aplicado.

Diante das análises realizadas, fica evidente que o financiamento esportivo é um tema multifacetado, envolve diferentes abordagens históricas, fontes de recursos, programas de apoio a atletas e parcerias estratégicas. Os dados levantados demonstram que a literatura acadêmica tem reconhecido a importância desses fatores, ainda que com variações em seu grau de atenção. A predominância da temática das parcerias estratégicas, por exemplo, reflete a crescente compreensão

de que a colaboração entre entes públicos e privados é essencial para o fortalecimento do setor esportivo, garantindo não apenas sustentabilidade financeira, mas também maior eficiência na gestão dos investimentos.

Além disso, a inclusão de estudos russos e chineses amplia o escopo da pesquisa ao trazer perspectivas de países com modelos de financiamento distintos. As abordagens adotadas na Rússia, que enfatizam parcerias público-privadas e priorizam os interesses estatais, contrastam com a realidade chinesa, onde a inovação financeira e o financiamento digital têm sido utilizados para impulsionar o setor esportivo. No entanto, a dificuldade de acesso a determinadas publicações e as barreiras relacionadas a regulamentações e políticas de dados indicam a necessidade de um olhar crítico sobre a circulação e disponibilidade de pesquisas internacionais, especialmente em países com rígidos controles institucionais.

A análise comparativa entre diferentes realidades reforça a relevância de políticas públicas estruturadas e da diversificação das fontes de financiamento para garantir o desenvolvimento do esporte de forma equitativa. A interseção entre economia, política e esporte mostra-se um campo fértil para investigações futuras, especialmente no que tange à eficiência dos modelos de financiamento e aos impactos sociais e econômicos gerados. Assim, este estudo contribui para um debate mais amplo sobre como diferentes países estruturam seus sistemas de financiamento esportivo, evidenciando desafios e oportunidades para a promoção do esporte em escala global.

4 FINANCIAMENTO ESPORTIVO E A PARTICIPAÇÃO DAS FFAA

Para que possamos entender como ocorreu o financiamento esportivo brasileiro ao longo da história brasileira e entender a participação das Forças Armadas neste cenário, precisamos observar que sua trajetória histórica é complexa e marcada pela participação pública e da iniciativa privada. Para isso, vamos detalhar, a seguir, sete momentos.

O primeiro momento remete ao início do século XX, primeiros clubes e federações, no começo do século. o esporte no Brasil era praticado de forma amadora, sustentado principalmente por clubes e associações, sem muito apoio estatal. Os clubes eram locais de prática esportiva e socialização, especialmente para a elite. As primeiras federações esportivas surgiram nesse contexto, focadas em esportes como futebol, remo e atletismo (Melo, 2001).

No segundo momento definimos como a era Vargas e a institucionalização esportiva, compreendida entre os anos de 1930-1945, durante o governo de Getúlio Vargas, quando houve um esforço para organizar o esporte de maneira mais estruturada. Em 1941, foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), marco importante na história do esporte no Brasil. O CND teve a missão de regulamentar e estimular a prática esportiva no país, embora ainda fosse um sistema centralizado e pouco voltado ao esporte de base. Nesse período, o esporte passou a ser visto como um instrumento de desenvolvimento social e de saúde pública (Drumond, 2009)

O terceiro momento é compreendido entre o período militar de 1964-1985 e o apoio ao esporte de rendimento. Com o regime militar, o esporte recebeu fortalecimento das políticas públicas para esportes de rendimento, com o objetivo de projetar uma imagem de desenvolvimento e poder internacional.

O quarto momento refere-se aos anos 1990 e a introdução das leis de incentivo ao esporte. Nos anos 1990, o esporte passou a contar com mecanismos de incentivo privado, especialmente com a lei Zico (1993), que abriu espaço para a profissionalização do futebol e outras modalidades. Ela foi posteriormente substituída pela lei Pelé (1998), que estabeleceu uma série de regulações para clubes e atletas, introduzindo incentivos fiscais e formas de financiamento privado, como o patrocínio de empresas.

O quinto momento podemos definir com a ascensão da lei de incentivo ao esporte e o estatuto do torcedor. Em 2006, a criação da Lei de Incentivo ao Esporte permitiu que empresas e pessoas físicas destinassem parte de seus impostos para

financiar projetos esportivos. Essa lei é um marco, pois ajudou a expandir o financiamento esportivo, facilitando recursos para o esporte de base, de rendimento e o paradesporto. O Estatuto do Torcedor, por sua vez, visava melhorar a gestão e transparência das instituições esportivas, fortalecendo a segurança e os direitos dos torcedores (Paula et al., 2010).

O sexto momento está relacionado com os megaeventos esportivos e o “boom” de investimentos. A Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016) marcaram um período de grande investimento estatal e privado no esporte brasileiro, com a construção de infraestrutura esportiva e programas de incentivo ao esporte de alto rendimento, como o "Bolsa Atleta" e o "Programa Atleta Pódio". Nesse período, o financiamento esportivo alcançou patamares históricos, mas também gerou questionamentos sobre a sustentabilidade e os legados desses investimentos (Tavares, 2011)

Como último momento, temos o pós-olimpíadas e o desafio da sustentabilidade. Após o fim dos grandes eventos, o esporte no Brasil enfrentou uma fase de redução nos investimentos, especialmente públicos. A sustentabilidade dos centros esportivos e a continuidade dos programas de formação esportiva se tornaram desafios, assim como a manutenção do Bolsa Atleta. Atualmente, o esporte depende de leis de incentivo e financiamento misto entre iniciativas públicas e privadas (Carneiro et al. 2024).

O financiamento esportivo no Brasil se desenvolveu de maneira gradativa, passando de iniciativas amadoras e clubes fechados a políticas de incentivo público e privado. Contudo, ainda hoje o financiamento é um desafio, pois a dependência do estado continua forte, e a busca por alternativas sustentáveis de investimento, como parcerias privadas e patrocínios, é um dos pontos centrais para o futuro do esporte brasileiro.

4.1 FINANCIAMENTO E FFAA NO BRASIL UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOCIOLÓGICA

Norbert Elias (1897–1990) foi um sociólogo alemão-britânico de grande influência, conhecido por sua teoria do processo civilizador e por sua abordagem das relações de poder e interdependência nas sociedades (Elias, 1980; 1993; 1994; 2001). Suas ideias oferecem uma visão inovadora sobre como padrões de comportamento e

estruturas sociais se desenvolvem ao longo do tempo, evidenciando a forma como indivíduos e grupos se moldam mutuamente em uma rede de interdependências.

Em sua obra “O processo civilizador”, Elias argumenta que a civilização não é um fenômeno estático, mas um processo contínuo de mudança social (Elias, 1993; 1994). Ele descreve como, ao longo dos séculos, normas e comportamentos sociais evoluíram de maneiras que tornaram os indivíduos mais autocontrolados e mais sujeitos a regras de comportamento, especialmente em sociedades europeias. Esse processo está intimamente ligado à consolidação do estado moderno, que passou a monopolizar a violência legítima e a impor formas mais refinadas de controle social (Elias, 1994).

Segundo Elias (1994), nas sociedades medievais, as normas de comportamento eram muito mais flexíveis e permissivas, permitindo comportamentos mais impulsivos e violentos. À medida que as sociedades se tornaram mais organizadas, com a formação dos estados modernos, surgiu a necessidade de um controle mais rígido sobre os indivíduos, tanto no plano externo (interações sociais) quanto no interno (autocontrole emocional). Esse “processo de civilização” envolveu a transformação de hábitos cotidianos, a internalização de regras de cortesia e a crescente sensibilidade à dor e ao sofrimento do outro (Elias, 1993; 1994).

Em “A sociedade de Cômte” (Elias, 2001), o autor exemplifica essa transformação ao analisar a corte de Luís XIV, evidenciando como a etiqueta, o autocontrole e a etiqueta social se tornaram instrumentos de distinção e poder. Dessa forma, a noção de “civildade” foi se expandindo, reforçando as hierarquias e reorganizando as relações sociais. Outro aspecto fundamental na obra de Elias é a análise das relações de poder e interdependência (Elias, 1980; 1993). Para ele, o poder não é algo estático ou “possuído” por um indivíduo ou grupo, mas uma relação fluida que emerge nas interações sociais. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional de poder como algo que se “tem ou não tem”, enfatizando, em vez disso, sua natureza relacional e constante negociação dentro das configurações sociais (Elias, 1980).

Os jogos de poder surgem quando diferentes indivíduos ou grupos buscam influenciar uns aos outros, criando redes de interdependência (Elias, 1980; 2001). Essas relações são assimétricas — alguns atores têm mais recursos ou estratégias para exercer influência — mas nunca são completamente unilaterais. Mesmo aqueles em posições aparentemente subordinadas possuem algum grau de poder, pois sua ação ou resistência pode afetar o equilíbrio das relações (Elias, 1980; 1993). Elias

(1993; 1994) também mostrou como a formação dos estados modernos reorganizou esses jogos de poder, concentrando a violência legítima e a tributação na mão do estado. Porém, a centralização não eliminou as disputas por prestígio e influência; apenas as realocou em novas configurações sociais, onde diferentes classes, instituições e indivíduos continuam competindo por espaço e reconhecimento.

No contexto esportivo, Elias (1980; 1994) demonstra que os jogos de poder podem ser observados nas relações entre atletas, dirigentes, patrocinadores e torcedores. O esporte moderno reflete as tensões da sociedade, reproduzindo hierarquias e disputas por prestígio e reconhecimento. As federações esportivas, por exemplo, exercem poder sobre os atletas ao impor regulamentos e definir critérios de participação, enquanto os próprios atletas, por meio de suas performances e influência midiática, também podem moldar as dinâmicas do campo esportivo.

Os jogos de poder e interdependências, nesse sentido, pode ser percebido na adoção de regras e códigos de conduta que tornam o esporte cada vez mais racionalizado, disciplinado e sensível a questões éticas (Elias, 1994). Já a perspectiva dos jogos de poder demonstra como atletas, dirigentes e outros atores do universo esportivo estão constantemente negociando influência, para legitimar suas posições e assegurar recursos e prestígio (Elias, 1980; 2001).

A partir das ideias de Norbert Elias, especialmente no que concerne aos jogos de poder, torna-se possível compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas que envolvem o financiamento esportivo militarizado e as relações entre gestores, treinadores e atletas em programas como o PAAR.

Esse arcabouço conceitual oferece uma lente privilegiada para analisar como a instituição militar (em parceria com órgãos governamentais) cria normas e rotinas que visam disciplinar e otimizar o desempenho esportivo. No contexto do PAAR, podemos notar que a disciplina e o autocontrole, características que Elias (1994) descreve como típicas das interdependências e jogos de poder e que aparecem de modo bastante explícito na rotina dos atletas.

A incorporação de valores militares (hierarquia, respeito às normas, cumprimento de metas) alinha-se ao que o autor identifica como a “racionalização” das práticas sociais, na medida em que o Exército estabelece protocolos de conduta, avaliando periodicamente os resultados e a conduta de cada integrante do programa. Essa abordagem remete ao surgimento de um “código de civilidade” específico no ambiente esportivo militar, reforçando a ideia de Elias de que o estado (ou, neste caso,

uma instituição estatal) desempenha papel central na regulação dos comportamentos e na promoção de um “*ethos*” disciplinar. Além disso, as relações de poder entre gestores, treinadores e atletas podem ser vistas como jogos de poder (Elias, 1980; 2001). Ainda que o Exército, por meio de sua hierarquia, pareça deter maior autoridade, Elias sugere que o poder é relacional e negociado continuamente em redes de interdependência.

Assim, o gestor, mesmo em posição de comando, depende dos resultados obtidos pelos atletas para legitimar o investimento do programa junto aos órgãos políticos e à própria instituição militar. Os treinadores, por sua vez, ocupam uma posição ambivalente: necessitam cumprir as metas definidas pelos gestores, mas também dependem do engajamento e do desempenho dos atletas para alcançar os resultados propostos. Já os atletas, mesmo em posição aparentemente subordinada, exercem influência ao consolidar (ou não) o sucesso do PAAR, pois seu rendimento nas competições justifica (ou questiona) a manutenção e a expansão do programa.

Esse entrelaçamento de interesses exemplifica o que Elias (1980) denomina “configuração social”, em que cada ator (gestor, treinador e atleta) está conectado por laços de dependência mútua. Nenhum ator detém o poder de modo absoluto, pois há sempre a necessidade de barganha e legitimação recíproca — seja para garantir orçamentos, seja para assegurar a renovação do contrato anual, seja para manter prestígio e reconhecimento no campo esportivo. É justamente nessa teia de interdependências que os jogos de poder se desenrolam: metas, normas e recursos são negociados e reconfigurados constantemente, refletindo a fluidez do poder e a impossibilidade de uma unilateralidade completa (Elias, 1993).

Por outro lado, as teorias também se manifestam na maneira como o PAAR institucionaliza práticas e regula comportamentos, tornando-os mais previsíveis e orientados a objetivos de alto rendimento. O surgimento de metas esportivas, avaliações periódicas e protocolos disciplinares — apoiados em valores militares de hierarquia e obediência — intensificam o autocontrole dos participantes, alinhando-se ao que Elias (1994) descreve como a “interiorização” das normas sociais. Nesse ambiente, atletas aprendem a gerenciar emoções, rotinas de treinamento e condutas cotidianas de forma mais sistematizada, demonstrando clara influência das estruturas institucionais sobre o comportamento de cada indivíduo. No conjunto, o estudo do financiamento esportivo militarizado, sob a ótica de Norbert Elias, revela:

- um campo de disputas e acordos (jogos de poder) entre diferentes atores — políticos, gestores, treinadores e atletas — que compartilham, mas também competem, por recursos, legitimidade e reconhecimento;
- uma configuração social em que os atores estão interligados por laços de dependência mútua, reforçando a tese do autor que o poder é relacional e não unidirecional;
- um processo de disciplinarização, em que a incorporação de valores militares e a elaboração de normas específicas refletem a crescente racionalização do esporte e o aumento do autocontrole e da sensibilidade às regras;
- uma tensão produtiva entre a busca por resultados esportivos (e, conseqüentemente, prestígio e legitimação) e as imposições de uma instituição militar, que demanda hierarquia, disciplina e metas claras.

Dessa forma, a teoria de Elias fornece uma base sólida para interpretar como o PAAR, inserido em uma estrutura estatal e militar, se constitui em uma rede de interdependências, marcada por negociações, hierarquias e um processo contínuo de civilização dos comportamentos. Ao mesmo tempo, deixa evidente que o sucesso ou a continuidade do programa dependem não apenas do poder formal de gestores ou da obediência dos atletas, mas de um complexo jogo de influências e validações mútuas, confirmando o caráter relacional e dinâmico do poder na sociedade (Elias, 1980; 1993; 1994; 2001).

4.2 LEGISLAÇÃO DE FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITAR

A legislação brasileira de financiamento esportivo, que envolve as Forças Armadas, é parte de um contexto mais amplo de promoção do esporte no país, que busca integrar a prática esportiva à formação militar e à representação do Brasil em competições internacionais. Ao analisar os principais documentos referentes ao tema, delimitamos 17 documentos, entendendo ter grande aderência com o aqui discutido. Porém, não descartamos outros documentos que possam versar a respeito do tema.

QUADRO 4 – DOCUMENTOS ANALISADOS

LISTA DE DOCUMENTOS
Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, pelo decreto nº 4.502, de 09 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército-R-68).

Lei do Serviço Militar, lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar)
Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos à pessoal militar.
Decreto nº 9.548, de 31 de outubro de 2018, Presidência da República - Forças Auxiliares. Altera o decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos a pessoal militar.
Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.
Portaria nº 171-DGP, de 08 de julho de 2009.
Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 (EB30-N-30.009).
Portaria nº 1416-Comandante do Exército, de 18 de outubro de 2017.
Portaria nº 162, de 13 de janeiro de 2017 Forças Armadas, ao secretário-geral do Ministério da Defesa e ao comandante da Escola Superior de Guerra para, no âmbito de sua atuação.
Portaria normativa nº 545/md, de 7 de março de 2014, aprova os procedimentos a serem adotados no âmbito do Ministério da Defesa acerca dos atos referentes à concessão de diárias e passagens e à autorização para a celebração ou prorrogação de contratos administrativos e dá outras providências.
Portaria Normativa Interministerial nº 68/MD/MC, de 9 de agosto de 2019. Dispõe sobre parceria entre os Ministérios da Defesa e da Cidadania, para o apoio aos campeonatos mundiais militares do Conselho Internacional do Esporte Militar a realizar-se no Brasil, ao Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas e às competições escolares das Forças Armadas.
Portaria Normativa nº 5, de 20 de janeiro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para a captação de patrocínio para apoio às atividades relacionadas à inclusão social, à sustentabilidade social, ao desporto militar e à equoterapia militar no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares.
Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as normas e os procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.
Portaria Normativa Nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR).
Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.
Orientação Normativa nº 47/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/MD, de 26 de dezembro de 2019. Estabelece procedimentos para a constituição de representação nacional em competições e eventos esportivos, com componentes das Forças Armadas, das Forças Auxiliares e de civis colaboradores eventuais.
Orientação Normativa nº 46/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/MD, de 26 de dezembro de 2019. Aprova a distribuição, no âmbito do desporto militar e para o ciclo desportivo militar e olímpico para o período de 2020 a 2023, das modalidades esportivas entre as Comissões de Desportos das Forças.

FONTE: A autora (2025).

A base da possibilidade da utilização das forças armadas como um meio do financiamento esportivo é o Estatuto dos Militares⁹, que regula a carreira, os direitos e os deveres dos membros das Forças Armadas brasileiras. Entre suas disposições, a lei menciona a possibilidade de se incorporar militares temporários, que são aqueles que prestam serviço militar por um período determinado, geralmente em caráter de apoio às atividades das Forças Armadas.

Artigo 5º: A lei define que os militares podem ser de carreira, de temporários ou da reserva. Os militares temporários têm um papel importante no fortalecimento das Forças Armadas, especialmente em áreas que requerem habilidades específicas, incluindo o apoio ao esporte.

O Decreto nº 4.502 regulamenta o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, que inclui normas para a formação e a atuação de militares da reserva e temporários. Ele é crucial para a organização e utilização dos militares temporários em diversas funções, incluindo no esporte.

Artigo 2º: O decreto estabelece que os oficiais da reserva podem ser convocados para prestar apoio em diversas áreas, incluindo atividades que envolvem a promoção do esporte, especialmente em eventos de grande relevância, como Jogos Militares e competições internacionais.

Os militares temporários desempenham papel significativo no esporte nacional de várias formas, pois eles podem ser convocados para participar de competições esportivas, representando as Forças Armadas e o Brasil em eventos nacionais e internacionais.

Militares temporários com experiência em esportes específicos podem atuar como treinadores ou instrutores, a fim de contribuir para o desenvolvimento de atletas de alto rendimento, incluindo os que competem em modalidades olímpicas.

As Forças Armadas frequentemente organizam competições e eventos esportivos, e os militares temporários podem ser envolvidos na logística e na gestão desses eventos, garantindo sua execução adequada.

A legislação brasileira, por meio do Estatuto dos Militares e do decreto nº 4.502, proporciona uma estrutura que permite a utilização de militares temporários no esporte nacional. Essa integração entre a carreira militar e o desenvolvimento esportivo contribui para a formação de atletas e para a promoção de uma cultura esportiva nas

⁹ Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, pelo decreto nº 4.502, de 09 de dezembro de 2002 (Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército-R-68).

Forças Armadas, ao mesmo tempo em que fortalece a representação do Brasil em competições esportivas internacionais.

A Lei do Serviço Militar (lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964) e o decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar) formam a base legal para a incorporação e regulamentação de militares temporários no Brasil, incluindo aqueles que integram o Programa de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas.

A lei nº 4.375 define a obrigatoriedade do serviço militar para brasileiros e regula a admissão de cidadãos em caráter temporário para cumprir o serviço militar obrigatório ou atuar de forma provisória em funções específicas. Embora seu foco seja o alistamento militar obrigatório, a lei permite que cidadãos sejam incorporados em caráter temporário para atender às necessidades das Forças Armadas, o que pode incluir atividades de promoção e representação esportiva.

Já o decreto nº 57.654 detalha as normas e diretrizes para a execução do serviço militar, incluindo as categorias de serviço e as condições para incorporação e desincorporação de militares temporários. Esse decreto também permite a incorporação de civis em caráter temporário para funções específicas que atendam aos interesses das Forças Armadas, o que inclui a participação no programa de atletas de alto rendimento.

A legislação necessária para que os atletas fossem incorporados às Forças Armadas se tornou extensa, incluindo algumas portarias como a portaria nº 171-DGP, de 08 de julho de 2009, do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) do Exército Brasileiro, que regulamenta a admissão de atletas de alto rendimento. Esse regulamento é essencial para formalizar a participação de atletas no Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), definindo funções e aplicações. Os atletas admitidos no programa se tornam militares temporários, com uma série de benefícios que incluem:

- apoio financeiro e logístico: os atletas têm acesso a recursos para treinamento e competições, recebendo apoio financeiro e logístico das Forças Armadas;
- estrutura de treinamento: podem treinar em instalações militares que oferecem infraestrutura de ponta e acesso a treinadores e outros profissionais de apoio esportivo;
- plano de carreira temporário: embora não sejam militares de carreira, os atletas recebem uma patente temporária e se submetem às normas militares, como o

cumprimento de atividades regimentais compatíveis com o treinamento esportivo.

Os atletas devem seguir as regras e normas de conduta das Forças Armadas, como qualquer outro militar, participando de formações, instruções e outras atividades regimentais conforme o cronograma de treinamento:

A portaria nº 046-DGP (EB30-N-30.009), de 27 de março de 2012, que regulamenta e detalha o funcionamento do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) no Exército Brasileiro, organizando o processo de seleção e admissão dos atletas. A portaria estabelece critérios claros para a seleção de atletas, incluindo desempenho em competições, relevância esportiva e potencial para representar as Forças Armadas em eventos internacionais, visa integrar atletas de destaque ao Exército, garantindo que eles possam treinar com apoio financeiro e logístico.

Ela organiza a estrutura de treinamento e de apoio aos atletas, incluindo acesso a instalações militares, técnicos, fisioterapeutas e outras estruturas de suporte que ajudam os atletas a melhorarem o desempenho. E ainda consolida o papel das Forças Armadas como uma das maiores instituições de apoio ao esporte de alto rendimento no Brasil, ampliando a capacidade de atletas brasileiros de competir profissionalmente.

A portaria nº 1416, de 18 de outubro de 2017, emitida pelo Comandante do Exército, complementa e atualiza as diretrizes para o Programa de Atletas de Alto Rendimento, adaptando o programa às demandas e ao cenário esportivo do Brasil. Com isso, muitos atletas brasileiros puderam treinar com melhores condições e participar de competições com o suporte das Forças Armadas, representando o Brasil em eventos como os Jogos Olímpicos, Jogos Pan-Americanos e Jogos Mundiais Militares.

Em continuidade a esta construção legislativa que foi necessária no Brasil para que o financiamento esportivo por meio das Forças Armadas existisse, temos o decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos à pessoal militar; a portaria nº 162, de 13 de janeiro de 2017 Forças Armadas e o decreto nº 9.548, de 31 de outubro de 2018, Presidência da República - Forças Auxiliares que altera o decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016,

que delega competência ao Ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos à pessoal militar.

Esse decreto delega ao ministro de Estado da Defesa e aos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica a competência para editar atos administrativos relacionados ao pessoal militar. Esse decreto facilita a autonomia das Forças Armadas para criar regulamentos e executar programas que atendam às suas necessidades específicas de pessoal, incluindo a contratação e a gestão de militares temporários.

O decreto nº 8.798 permite que as Forças Armadas tenham maior flexibilidade para gerenciar os atletas incorporados como militares temporários. Com essa delegação de competência, o Ministério da Defesa e os comandos das Forças Armadas podem criar atos normativos e adaptar as normas necessárias para atender às demandas do Programa de Atletas de Alto Rendimento.

A autonomia reforçada possibilita que as Forças Armadas se organizem de forma mais eficiente para apoiar os atletas, agilizando processos de incorporação, prorrogação de tempo de serviço e treinamento.

Portaria nº 162, de 13 de janeiro de 2017, que delega ao secretário-geral do Ministério da Defesa e ao Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) competências relacionadas à atuação militar e administrativa de pessoal. A ESG é uma instituição que promove o desenvolvimento de estudos e pesquisas estratégicas de interesse da Defesa, incluindo o desenvolvimento de diretrizes que podem influenciar o planejamento esportivo nas Forças Armadas.

Embora a portaria esteja mais focada em atribuições administrativas e estratégicas, ela delega que o Ministério da Defesa tenha uma estrutura organizacional mais coordenada e eficiente. Isso beneficia o planejamento do Programa de Atletas de Alto Rendimento, na medida em que os estudos e as práticas de gestão implementadas pela ESG podem ser aplicadas à política esportiva.

Além disso, essa portaria ajuda a centralizar algumas decisões administrativas, promovendo um ambiente mais organizado para a criação de políticas e programas de incentivo ao esporte no âmbito militar.

O decreto nº 9.548, de 31 de outubro de 2018 alterou o decreto nº 8.798, de 2016, expandindo a delegação de competências ao ministro de Estado da Defesa e aos Comandantes das Forças Armadas para a criação de atos administrativos sobre pessoal militar, incluindo ajustes e atualizações necessários à execução de programas de interesse militar, como o de atletas de alto rendimento.

O decreto nº 9.548 amplia as disposições do decreto nº 8.798, que promove a continuidade na delegação de poderes e fornece mais autonomia às Forças Armadas para ajustarem suas políticas internas de acordo com as necessidades.

Com essa alteração, é mais fácil para as Forças Armadas incorporar mudanças nas regulamentações internas, facilitando a administração do programa de atletas e permitindo uma resposta mais ágil às necessidades de treinamento e competição.

O decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, aprova a Estrutura Regimental e define o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. Ele também altera decretos anteriores, ajustando a organização e as responsabilidades do Ministério da Defesa em áreas estratégicas. Esse decreto impacta o esporte brasileiro indiretamente ao organizar melhor a estrutura de comando e as atribuições do Ministério da Defesa, o que facilita a gestão e o apoio ao esporte de alto rendimento dentro das Forças Armadas.

O decreto fortalece o papel do Ministério da Defesa na coordenação de atividades relacionadas ao esporte, ao garantir uma gestão de pessoal e recursos mais alinhados com as necessidades de programas de desenvolvimento esportivo. Para o esporte de alto rendimento, isso significa melhor administração dos recursos, maior suporte aos atletas e mais eficiência na execução de programas esportivos militares.

As Forças Armadas, sendo grandes apoiadoras do esporte de alto rendimento no Brasil, oferecem uma estrutura que contribui para a preparação de atletas que representam o país em eventos esportivos nacionais e internacionais. Esse decreto facilita que o Ministério da Defesa continue desempenhando esse papel estratégico

Nesse momento, passaremos a analisar as Portarias Normativas do Ministério da Defesa. Essas portarias normativas desempenham papéis importantes na estrutura organizacional e no apoio logístico do Ministério da Defesa e de suas parcerias interministeriais, visando aprimorar a gestão de recursos e o suporte às atividades esportivas dentro das Forças Armadas. Elas são fundamentais para facilitar o desenvolvimento do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) e outros eventos esportivos militares, além de fortalecer a parceria com o Ministério da Cidadania para promover o esporte nacional.

A portaria normativa nº 545/MD, de 7 de março de 2014, estabelece procedimentos para a concessão de diárias e passagens e para a celebração e prorrogação de contratos administrativos no Ministério da Defesa.

Ao regulamentar essas questões logísticas, esta portaria garante que atletas e equipes possam participar de competições nacionais e internacionais com mais facilidade e eficiência. A concessão de diárias e passagens é essencial para o deslocamento de atletas, técnicos e equipes de apoio, ao permitir que o Ministério da Defesa viabilize a participação dos atletas militares em eventos esportivos de forma rápida e bem-organizada.

A regulamentação clara de contratos administrativos e de logística facilita a manutenção de contratos de apoio e prestação de serviços essenciais, como transporte e hospedagem, importantes para o sucesso das operações do programa de alto rendimento.

A portaria normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, por sua vez, aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança de unidades do Ministério da Defesa, melhorando a estrutura administrativa do ministério.

Uma estrutura de cargos bem definida é crucial para a organização e o planejamento eficiente de programas esportivos. Ela permite que as atividades esportivas, incluindo o PAAR, tenham o suporte de uma equipe administrativa qualificada e organizada, capaz de coordenar os esforços logísticos e orçamentários necessários para os atletas militares.

Com a aprovação dos regimentos internos e a distribuição de funções de confiança, o Ministério da Defesa pode delegar responsabilidades com maior clareza, tornando a gestão de recursos esportivos e a execução de políticas de incentivo ao esporte militar mais eficientes.

A Portaria Normativa Interministerial nº 68/MD/MC, de 9 de agosto de 2019, estabelece parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Cidadania para apoiar os campeonatos militares e outras atividades esportivas. Ela foca especialmente no Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), no Programa de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas e nas competições escolares das Forças Armadas.

A colaboração entre os ministérios visa alocar recursos e apoio para campeonatos militares mundiais e competições nacionais, o que é essencial para expandir a visibilidade e a representatividade dos atletas militares em competições de alto nível.

Além de apoiar o PAAR, a portaria também promove as competições escolares dentro das Forças Armadas, incentiva o desenvolvimento esportivo desde as bases e reforça a importância do esporte para os jovens.

Apoiar os campeonatos do CISM permite que o Brasil participe ativamente do cenário esportivo internacional militar, consolidando-se como um país promotor do esporte de alto rendimento e aumentando a integração com outros países por meio de eventos esportivos.

A portaria normativa nº 5, de 20 de janeiro de 2020, estabelece procedimentos para a captação de patrocínios para iniciativas ligadas à inclusão social, sustentabilidade social, desporto militar e equoterapia no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Ao regulamentar a captação de patrocínios, essa portaria permite que as Forças Armadas busquem parcerias com a iniciativa privada para financiar atividades esportivas e sociais. Essa alternativa de captação de recursos é essencial para complementar os recursos públicos e garantir que programas de inclusão e esportes militares tenham maior sustentabilidade.

Já a portaria normativa nº 107/GM-MD, de 2 de dezembro de 2019, estabelece normas e procedimentos para a organização de eventos esportivos das Forças Armadas, direcionando esforços para o planejamento e execução eficiente dessas atividades.

A portaria nº 107 assegura que os eventos esportivos das Forças Armadas sejam organizados seguindo diretrizes claras, e promove a padronização e a qualidade na realização desses eventos. Isso é crucial para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil, pois permite que atletas militares tenham acesso a competições bem estruturadas e de alto nível, o que contribui para a sua preparação e desempenho.

Portaria normativa nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019, se diferencia das demais portarias relacionadas ao esporte nas Forças Armadas principalmente pelo fato de ela focar especificamente no vínculo temporário de atletas de alto rendimento com as Forças Armadas.

A portaria nº 71 estabelece critérios específicos para a seleção de voluntários para o serviço militar temporário, exigindo que sejam atletas de alto rendimento com potencial para representar o país em competições internacionais. Isso difere de outras

portarias que se concentram em aspectos organizacionais e administrativos mais gerais, não abordando requisitos específicos para atletas.

As orientações normativas nº 46 e nº 47, ambas de 26 de dezembro de 2019, tratam da organização e da participação do Brasil em competições esportivas no contexto do desporto militar e olímpico, estabelecem estrutura para a preparação e distribuição das modalidades esportivas entre as Forças Armadas, bem como para a constituição de representações nacionais em eventos esportivos.

A orientação normativa nº 46/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/M aprova a distribuição das modalidades esportivas entre as Comissões de Desportos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) para o ciclo desportivo militar e olímpico de 2020 a 2023.

Com o objetivo de otimizar o treinamento e os recursos, a norma define quais modalidades cada Força irá priorizar em termos de treinamento e desenvolvimento. Esta organização permite que as Forças concentrem esforços em esportes específicos, garantindo melhor qualidade de treinamento e preparação dos atletas.

Ao prever um ciclo de quatro anos, a orientação busca alinhar as atividades de preparação para as competições militares com o ciclo olímpico, possibilitando que atletas militares representem o Brasil tanto em competições militares internacionais quanto nos Jogos Olímpicos.

A orientação normativa nº 47/ CDMB/DDM/SEPESD/SG/MD estabelece procedimentos para a constituição de representações nacionais em competições e eventos esportivos, incluindo membros das Forças Armadas, Forças Auxiliares e colaboradores civis eventuais.

A norma formaliza os processos para a composição de delegações nacionais, que podem incluir não apenas militares, mas também colaboradores civis, para representar o Brasil em competições de nível internacional.

A orientação é inovadora ao permitir que integrantes das Forças Auxiliares (como Polícias e Bombeiros Militares) e civis colaborem nas representações nacionais, a fim de promover uma equipe diversificada. Isso amplia a representatividade e permite a integração de diferentes segmentos da sociedade no esporte militar.

Essas orientações são estratégicas para o planejamento e organização do esporte militar. Elas garantem que o Brasil participe de eventos internacionais com uma representação preparada e bem distribuída, alinhada às competências de cada

ramo das Forças Armadas, a integração com civis e Forças Auxiliares promove uma imagem mais abrangente do esporte brasileiro e fortalece a diplomacia esportiva, aumentando a competitividade do Brasil em eventos internacionais e contribui para a promoção da excelência esportiva nacional.

Esses documentos representam o arcabouço legal e regulatório que sustenta o financiamento esportivo militar no Brasil e viabiliza o funcionamento do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) nas Forças Armadas. Cada portaria, decreto e orientação normativa contribui com aspectos fundamentais para a estruturação, organização e continuidade do desporto militar, desde a captação de patrocínios e a formação de parcerias institucionais até a definição de procedimentos para a participação em competições nacionais e internacionais. Esse conjunto de normas possibilita que o esporte de alto rendimento no âmbito militar seja um instrumento de desenvolvimento social, refletindo os valores e a disciplina das Forças Armadas.

Esses dispositivos legislativos garantem que o desporto militar brasileiro tenha condições de formação, suporte financeiro e estabilidade para competir e representar o país em diversos eventos, como campeonatos mundiais e ciclos olímpicos. Assim, promovem a continuidade do PAAR, assegurando que os atletas militares possam se dedicar à prática esportiva de alto desempenho e contribuindo para o fortalecimento da imagem do Brasil no cenário esportivo internacional.

4.3 CONCEITOS DE FINANCIAMENTO E OS DADOS REFERENTES AO PAAR

Financiamento esportivo envolve os processos e estratégias para obtenção de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento, manutenção e aprimoramento do esporte. Esse conceito abrange desde a captação de verbas para o esporte amador e profissional até o suporte financeiro para infraestruturas esportivas, programas de formação de atletas e realização de competições (Silva, Moreira, 2012).

Para fundamentar esses conceitos sobre financiamento esportivo, especialmente no contexto brasileiro, algumas fontes acadêmicas e legais específicas são necessárias (Carneiro et. al 2021, Silva, Galatti, 2020), assim como a legislação (lei nº 11.438/2006 - Lei de Incentivo ao Esporte) e a portaria normativa nº 71/GM-MD. Chegando ao seguinte desenho:

FIGURA 2 – FINANCIAMENTO ESPORTIVO



FONTE: A autora (2025).

Investimento público envolve o uso de recursos estatais para apoiar atividades esportivas, normalmente direcionado à infraestrutura, aos programas de formação de base e aos incentivos a atletas de alto rendimento. No Brasil, leis como a Lei de Incentivo ao Esporte permitem que recursos públicos e privados sejam aplicados em projetos esportivos. Esse investimento se manifesta em diferentes níveis e objetivos, como a infraestrutura esportiva, formação de base, e apoio a atletas de alto rendimento, e é consolidado através de várias políticas públicas e instrumentos legais.

O governo brasileiro investe na construção e manutenção de instalações esportivas públicas, como centros de treinamento, ginásios e estádios. Esse tipo de investimento é voltado para ampliar o acesso ao esporte em diversas regiões, e para oferecer locais apropriados para o treinamento de atletas e a realização de competições. Exemplos incluem obras realizadas para eventos de grande porte, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, quando a construção de arenas e centros esportivos foi viabilizada com recursos públicos.

O investimento público no esporte brasileiro desempenha, portanto, papel essencial para tornar o esporte acessível, desenvolver talentos e manter o país competitivo internacionalmente. Esse suporte se dá em meio a uma estrutura de leis e políticas que promovem a continuidade de programas e possibilitam o fortalecimento de várias modalidades esportivas e iniciativas inclusivas.

Para as informações sobre o investimento público no esporte brasileiro, o governo federal, para cumprir as exigências de divulgação dos dados e transparência, utiliza sites para disponibilizar estas informações, entre eles os principais são:

- Ministério do Esporte: o site¹⁰ do Ministério reúne dados sobre políticas de incentivo ao esporte, incluindo informações sobre o *Bolsa Atleta*, *Programa Segundo Tempo* e as atividades de incentivo à infraestrutura e apoio a competições;
- lei de incentivo ao esporte (lei nº 11.438/2006): o portal do Ministério da Economia e as páginas do Ministério do Esporte oferecem detalhes sobre essa legislação e seus impactos no financiamento esportivo, destacando incentivos fiscais e modalidades de apoio financeiro;
- Tribunal de Contas da União (TCU): em relatórios de auditoria sobre a aplicação de recursos em megaeventos e programas esportivos, o TCU apresenta dados sobre investimentos públicos no esporte, abordando as questões de infraestrutura, sustentabilidade e retorno social dos grandes investimentos. Os relatórios estão disponíveis no site do TCU¹¹;
- Confederação Brasileira de Desporto Militar (CBDM): a CBDM¹² publica informações sobre o Programa de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas e o apoio financeiro e institucional fornecido aos atletas militares.

Como o investimento público está atrelado às questões do Programa de Atletas de Alto Rendimento, citaremos, de maneira breve, as outras fontes de financiamento esportivo e, posteriormente, nos ateremos à análise dos dados do PAAR-Financiamento Esportivo Militar.

Em seguida, passaremos a descrição das principais formas de financiamento esportivo no Brasil, conforme discriminado na Figura 2.

- incentivos fiscais: mecanismos que permitem que empresas e indivíduos destinem parte de seus impostos a projetos esportivos. Exemplos incluem a lei

¹⁰ <https://www.gov.br/esporte/pt-br>

¹¹ <https://www.tcu.gov.br>

¹² www.cbdm.mil.br

de incentivo ao esporte e outras legislações que oferecem isenções e deduções fiscais em troca de investimento em projetos esportivos, favorecendo especialmente o esporte de base e o paradesporto;

- patrocínio corporativo: empresas privadas financiam atividades esportivas em troca de publicidade e associação de marca. Patrocínios podem ocorrer em esportes profissionais e amadores, abrangendo tanto eventos quanto atletas e equipes específicas;
- parcerias público-privadas (PPP): modelo em que os setores público e privado trabalham juntos para o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento esportivo, como estádios, centros de treinamento e programas de esportes educacionais;
- mecenato esportivo: contribuição de pessoas físicas ou jurídicas, frequentemente sem fins lucrativos, para apoiar o esporte. Este financiamento pode ser direcionado a atletas, clubes ou programas de inclusão social através do esporte, geralmente por meio do imposto de renda;
- recursos de organizações internacionais e ONGs: apoios financeiros oriundos de entidades como o Comitê Olímpico Internacional (COI), FIFA, e ONGs que promovem o esporte como ferramenta de desenvolvimento social, além de financiamentos através de programas de auxílio global.

Os trabalhos dos autores Souza e Almeida (2013), Ramos (2017), Melo e Mazzei (2010) e Murad (2016) nos conduziram a estas sintetizações com especificações muito importantes.

Já com relação aos dados financeiros e orçamentários referentes ao PAAR, temos aqui um misto de orçamentos. Os repasses orçamentários do Ministério do Esporte e do Ministério da Defesa para o Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR), no Brasil, funcionam com base em diretrizes e critérios específicos estabelecidos no orçamento público federal. Ou seja, anualmente é disposto esse orçamento o qual é no ano seguinte executado.

O Ministério do Esporte tem como um de seus focos o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, fornecendo apoio financeiro e logístico para atletas e eventos esportivos de grande porte, como Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O orçamento é alocado com base em metas de desempenho nacional e critérios como número de atletas beneficiados e infraestrutura necessária.

Os valores são direcionados a partir do orçamento anual aprovado pelo Congresso e incluem investimentos em materiais esportivos, custeio de viagens, bolsas-atleta, e desenvolvimento de centros de treinamento. Em alguns anos, o Ministério do Esporte implementou programas como o Plano Brasil Medalhas, que teve grande impacto nas Olimpíadas de 2016.

Como o PAAR é gerido pelas Forças Armadas, o Ministério da Defesa também financia a infraestrutura e a manutenção dos centros de treinamento para atletas incorporados temporariamente como militares. Isso inclui salários, benefícios, e suporte técnico para que os atletas possam treinar e competir sem preocupações financeiras.

As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) recebem repasses que permitem a manutenção de instalações esportivas e a contratação de equipes de suporte multidisciplinar (fisioterapeutas, preparadores físicos, nutricionistas). Essas verbas geralmente são incluídas nas categorias de despesas militares para formação e desenvolvimento físico, atendendo a normas de prestação de contas e relatórios públicos no Portal da Transparência. Para fazer essa análise das verbas utilizamos buscas em duas bases de dados:

- Portal da Transparência do Governo Federal¹³: este portal disponibiliza informações detalhadas sobre despesas e investimentos públicos. Encontramos a dificuldade na transparência do valor real repassado para o programa, considerando não existir um “projeto atividade” específico para o PAAR. Ao pesquisar sobre o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento, encontramos 3.293 documentos que comprovam o repasse de verbas e em sua análise verifica-se que os dados são de 2016-2024. Estes documentos, apesar de incluídos no sistema, não podem ser considerados como únicos repasses para o programa, considerando que alguns documentos podem não ter sido discriminados especificamente como integrante de verba do PAAR;

¹³<https://portal.datatransparencia.gov.br/busca?termo=programa%20atletas%20de%20alto%20rendimento>

- Portal da Câmara dos Deputados¹⁴: no site da câmara dos deputados foi utilizado o filtro das buscas por Ministério, função (esporte ou defesa), e ano, que estão organizados conforme os repasses orçamentários de cada exercício. E da mesma maneira que o portal da transparência não foi conclusivo aqui se verificaram os mesmos problemas.

Diante disso, a pesquisa foi em busca de outras fontes de dados para saber quais são estes montantes de repasses, o que pudemos levantar com certa precisão e aqui demonstraremos quais foram os recursos para o esporte, com base nos portais da transparência e do portal transparência no esporte¹⁵ da Universidade de Brasília.

O Portal Transparência no Esporte da Universidade de Brasília (UnB) é uma plataforma digital criada com o objetivo de dar visibilidade e transparência aos investimentos e políticas públicas relacionados ao setor esportivo no Brasil. Desenvolvido com apoio de instituições como o Ministério do Esporte, o portal visa centralizar informações e dados sobre o financiamento, execução e resultados de programas e projetos esportivos, oferecendo uma ferramenta acessível tanto para o público quanto para os gestores de políticas esportivas.

Os dados presentes no portal são oriundos de fontes oficiais, como o Sistema de Convênios (SICONV) do governo federal, e são coletados, organizados e validados para garantir a confiabilidade e a integridade das informações. A metodologia de análise inclui a aplicação de técnicas de *data science*¹⁶ e estatística para filtrar e categorizar os dados de forma acessível. Diante da coleta desses dados, sintetizamos o Quadro 5.

QUADRO 5 – DETALHAMENTO DOS RECURSOS

Ano	Total de orçamento	Esporte de alto rendimento
2008	R\$ 722.74 MI	R\$ 259.76 MI

¹⁴ <https://www.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/fiscalize/transferencias> (acesso em setembro 2024)

¹⁵ <http://www.transparencianoesporte.unb.br/#/inicio> (acesso em 2024/2025)

¹⁶ é um campo interdisciplinar que envolve a extração de conhecimento e insights a partir de dados estruturados e não estruturados. Ele combina técnicas de estatística, análise de dados, aprendizado de máquina (*machine learning*), processamento de grandes volumes de dados (big data) e visualização para entender padrões, fazer previsões e apoiar a tomada de decisões.

2009	R\$ 939.54 MI	R\$ 420.68 MI
2010	R\$ 1.28 BI	R\$ 473.57 MI
2011	R\$ 1.58 BI	R\$ 557.13 MI
2012	R\$ 1.41 BI	R\$ 552.31 MI
2013	R\$ 1.86 BI	R\$ 802.62 MI
2014	R\$ 2.46 BI	R\$ 897.33 MI
2015	R\$ 2.25 BI	R\$ 893.94 MI
2016	R\$ 3.2 BI	R\$ 873.07 MI
2017	R\$ 1.79 BI	R\$ 760.32 MI
2018	R\$ 1.63 BI	R\$ 575.71 MI
2019	R\$ 1.74 BI	R\$ 987,41 MI
2020	R\$ 1.54 BI	R\$ 777.79 MI
2021	R\$ 1.65 BI	R\$ 878.06 MI
2022	R\$ 2.31 BI	R\$ 1.17 BI
2023	R\$ 3.07 BI	R\$ 1.43 BI

FONTE: Portal Transparência no Esporte. Sistematizado pela autora (2025).

Com a análise destes dados, podemos perceber a inconstância de verbas para o esporte de rendimento e até mesmo a falta de parâmetro percentual do montante repassado, que em alguns anos ultrapassa os 50% do total encaminhado e em outros fica abaixo disso. Com isso, notória é a dificuldade de planejamento e execução de programas de estado/governo e, neste sentido, percebe-se que os programas PAAR e Bolsa Atleta são os que melhores se adaptaram e perduraram ao longo dos anos no Brasil.

Outra ferramenta muito importante para a obtenção dos dados referentes ao financiamento esportivo no Brasil é o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE)¹⁷, que está vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR); é um centro especializado em estudos e pesquisas voltados ao esporte e suas interfaces sociais, econômicas e de saúde. Criado em 2015, o IPIE atua com uma abordagem multidisciplinar para compreender como o esporte pode contribuir para o desenvolvimento humano e social, analisando tanto o impacto em níveis regionais quanto nacionais.

¹⁷ <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/bi-financiamento-esportivo/>

O IPIE utiliza uma abordagem quantitativa e qualitativa, aplica métodos estatísticos avançados e técnicas de análise de dados para obter resultados robustos. Uma de suas metodologias inclui o uso de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para correlacionar dados de desenvolvimento social com a prática esportiva.

Com relação aos achados, selecionamos os dados referentes aos recursos repassados pelo Ministério do Esporte para o Alto Rendimento de 2008-2024 e pela lei de incentivo ao esporte e chegamos aos seguintes resultados:

QUADRO 6 – RECURSOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE PARA O ALTO RENDIMENTO DE 2008-2024 E PELA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

	LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO
2008	R\$ 108.5 MI	R\$ 88.3 MI
2009	R\$ 147.6 MI	R\$ 82.5 MI
2010	R\$ 197.5 MI	R\$ 129.0 MI
2011	R\$ 238.5 MI	R\$ 161.9 MI
2012	R\$ 214.8 MI	R\$ 139.1 MI
2013	R\$ 258.6 MI	R\$ 160.0 MI
2014	R\$ 214.8 MI	R\$ 175.1 MI
2015	R\$ 262.4 MI	R\$ 167.1 MI
2016	R\$ 270.4 MI	R\$ 143.1 MI
2017	R\$ 249.6 MI	R\$ 131.2 MI
2018	R\$ 240.0 MI	R\$ 157.6MI
2019	R\$ 315.9 MI	R\$ 123.8MI
2020	R\$ 369.3 MI	R\$ 108.4 MI
2021	R\$ 491.8 MI	R\$ 146.1 MI
2022	R\$ 728.8 MI	R\$ 204.1 MI
2023	R\$ 1.112.6 B	R\$ 270.3 MI
2024	R\$ 569.6 MI	R\$ 124.8 MI

FONTE: Inteligência Esportiva. Sistematizado pela autora (2025).

Com a contribuição dos dados aqui compilados, podemos novamente perceber a falta de regularidade na distribuição da verba esportiva para o esporte de rendimento e para os demais investimentos esportivos também. Os portais e seus

dados aqui utilizados se destacam como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências.

Ao fornecer uma visão clara sobre onde e como os recursos esportivos são aplicados, os portais podem contribuir para maior eficiência e equidade na distribuição de investimentos, promovendo um planejamento mais estratégico e orientado aos resultados, caso se tenha interesse político. Em resumo, as plataformas representam avanço significativo na promoção da transparência e *accountability*¹⁸ no esporte brasileiro, além de fortalecer a participação social e a qualidade da governança pública no setor esportivo.

¹⁸ *Accountability* consiste em uma prática que garante que pessoas e instituições sejam responsáveis e respondam por suas ações, promovendo a confiança e a integridade em todos os níveis de uma sociedade.

5 VISÃO DOS ATORES RELACIONADO AO FINANCIAMENTO ESPORTIVO MILITARIZADO

Conforme delineado na metodologia, este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores, treinadores e atletas envolvidos com o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). As entrevistas foram conduzidas pessoalmente ou via plataformas *online* (*Teams*), seguindo critérios de seleção intencional que consideraram a experiência mínima de um ano de envolvimento no PAAR.

A análise das entrevistas segue a proposta de Bardin (2011), na qual o texto transcrito é submetido a processos de codificação e categorização. Nesse sentido, o software NVivo auxiliou na organização dos dados, mas é a pesquisadora quem interpretou as falas.

As categorias já foram identificadas previamente na revisão sistemática e foram analisadas nas entrevistas. Essa abordagem combinada (dedutiva, a partir da literatura, e indutiva, a partir dos próprios dados) assegura que o olhar sobre o fenômeno seja abrangente, incorporando tanto elementos teóricos quanto aspectos práticos trazidos pelos entrevistados.

Dessa forma, a apresentação dos resultados no presente capítulo será estruturada em torno das categorias analíticas definidas, relacionando-as aos pontos de convergência e divergência encontrados nas falas dos três grupos de entrevistados; serão incluídos também trechos da literatura encontrada sobre o tema e como ela se relaciona com o real “entrevistas”.

A relevância de cada categoria foi quantificada a partir das obras consultadas, evidenciando-se, por exemplo, a forte ênfase dada às parcerias estratégicas (presentes em 91,67%) e a importância das fontes de recursos (mencionadas em 83,33%).

Essa seleção de categorias reflete a multiplicidade de fatores que influenciam o financiamento esportivo. O percurso histórico, por exemplo, destaca como as políticas e práticas de financiamento se transformaram ao longo do tempo, afetando a estruturação do setor esportivo. Já as fontes de recursos evidenciam a busca por sustentabilidade financeira e a necessidade de diversificação, especialmente quando se trata de projetos de alto rendimento.

O Programa de Apoio a Atletas traz à tona questões relativas à formação e manutenção de atletas de elite, muitas vezes custeados pelo estado ou por

instituições militares. Por fim, as parcerias estratégicas ressaltam a crescente importância de colaborações entre instituições públicas, privadas e militares para garantir o sucesso e a viabilidade de projetos esportivos.

No contexto desta pesquisa, essas categorias servem como guia analítico para a interpretação das falas dos gestores, treinadores e atletas entrevistados. Desse modo, busca-se estabelecer o diálogo produtivo entre teoria e prática, para fortalecer a compreensão dos mecanismos que sustentam o PAAR e as dinâmicas de financiamento esportivo no contexto militar.

5.1 VISÃO DOS GESTORES

Nesta subseção, serão discutidas as percepções dos gestores envolvidos com o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Assim como no caso dos atletas e treinadores, a identidade dos participantes será preservada para respeitar as normas éticas estabelecidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para tanto, cada um deles será identificado pelos códigos **G1**, **G2** e **G3**, em vez de seus nomes reais. Esses gestores atuam ou atuaram na coordenação de recursos e no planejamento de ações voltadas ao financiamento esportivo militarizado, desempenhando funções estratégicas na implementação e desenvolvimento do programa.

5.1.1 Percurso histórico do financiamento esportivo na visão dos gestores

O Percurso histórico histórica do financiamento esportivo no Brasil remonta a iniciativas pontuais e, muitas vezes, desarticuladas entre o poder público e entidades privadas. Em períodos anteriores, o apoio ao esporte era marcado por ações esporádicas de governos e de patrocinadores particulares, sem uma política de longo prazo que garantisse a formação de atletas de alto rendimento (Penteado, 2019).

Ao assumirem funções de gestão, esses profissionais se deparam com a necessidade de articular recursos financeiros, logísticos e humanos, dialogando com diferentes esferas governamentais e organizações esportivas. Nesse sentido, eles se tornam não apenas executores de um modelo de financiamento, mas também agentes de continuidade histórica.

Assim, ao coordenar recursos e garantir que as diretrizes governamentais sejam cumpridas, esses gestores ajudam a moldar o presente e o futuro do

financiamento esportivo, atuando como peças fundamentais na engrenagem histórica que vem se desenrolando há décadas no país.

Hoje a gente chama de planejamento estratégico [...] visão dos Jogos Mundiais Militares de 2027 [...] Mas percebi que vai muito além da parte militar, então estou trabalhando num planejamento para as Olimpíadas de 2028 (G1).

O gestor menciona que o financiamento esportivo militarizado passou de ações pontuais para planejamentos de longo prazo, tanto para eventos militares (Jogos Mundiais Militares) quanto para competições civis (Olimpíadas). Isso evidencia a continuidade do programa.

A gente tem um limite de aproximadamente 150 atletas. [...] Hoje estou com 141, vai abrir 20 vagas. [...] Priorizei as modalidades da relatoria da FAB e as vagas em que não existe ninguém no Exército ou na Marinha (G1).

O fato de haver um limite de vagas e uma seleção estratégica, coordenada entre as Forças, indica que o programa se tornou mais estruturado ao longo do tempo. Antes, o ingresso de atletas nas Forças Armadas era menos organizado, hoje, há critérios e metas bem definidos que podem ser verificados nas falas destas pessoas.

O programa foi feito para os Jogos Mundiais Militares, porém percebi este ano que vai muito além, pela parte civil, política, que fala muito alto. [...] A gente não olha só para o mundial militar, mas também para as Olimpíadas (G1).

Historicamente, o foco inicial era reforçar a participação brasileira em competições militares. Com o tempo, o papel do PAAR se ampliou, atendendo igualmente a demandas de representação nacional em eventos civis, como Olimpíadas e campeonatos mundiais.

Antes, o atleta não tinha nem como ter esse fixo [de salário]. Agora, com o programa, ele pode planejar, comprar material caro (como no triatlo ou tiro esportivo) (G1).

O gestor destaca que, no passado, não existia um modelo contínuo de financiamento. A consolidação do PAAR permitiu ao atleta ter previsibilidade de renda e estrutura, algo historicamente raro no Brasil para atletas, sobretudo em modalidades olímpicas menos populares.

Eles são militares, têm direitos e deveres. [...] Não é um patrocínio qualquer. [...] Se tiver guerra, eles vão ser convocados como combatentes. [...] Em caso de problemas disciplinares, não adianta ser medalhista que a gente não renova (G1).

A ênfase de G1 mostra como o financiamento militarizado evoluiu de um simples auxílio financeiro para uma estrutura em que o atleta realmente se torna parte da corporação. Esse salto reflete o amadurecimento histórico do modelo, com

exigências de disciplina, formação e compromisso, apesar dessa visão ser de um gestor apenas e carece sempre de uma análise mais apurada, pois a parte que se refere a guerras (conflitos externos) foi um ponto bem dramático. Este achado da entrevista colabora com o que Castro et al. (2023) descrevem em seu estudo com o objetivo de mapear os recursos orçamentários alocados pelo governo federal brasileiro e examinar as prioridades das políticas esportivas nacionais de 2004 a 2020.

Esta passagem de iniciativas pontuais para planejamento de longo prazo que o gestor descreve e a existência de um planejamento estratégico tanto para Jogos Mundiais Militares quanto para as Olimpíadas difere do cenário inicial do PAAR, em que o ingresso de atletas era mais reativo e menos sistematizado.

Nas entrevistas, percebemos também a integração com demandas civis e políticas, o programa, que surgiu para suprir necessidades competitivas militares, ampliou-se ao cenário olímpico e mundial. Ainda segundo Castro et al. (2023), embora a realização de megaeventos tenha promovido aumentos de investimentos e atenção na área esportiva, estes não têm garantido maior comprometimento com a promoção do esporte educativo/de participação na esfera federal, mas pela análise das entrevistas, pode ser uma alternativa para contornar essa dificuldade financeira.

Critérios de seleção e limites de vagas foram ao longo do tempo adequados, ao estabelecer um número máximo de atletas e critérios de substituição; o programa mostra que o financiamento esportivo militarizado se tornou mais estruturado e sustentável. Há um mapeamento constante das modalidades, das vagas disponíveis e do ciclo de competições. Isso demonstra ações de governança, conforme achados de Barker-Ruchti et al. (2017).

Consolidação do vínculo militar, a fala do gestor reforça que o atleta não recebe apenas um “patrocínio”; ele se torna militar, com obrigações e deveres. Historicamente, esse vínculo não era tão claro, mas hoje o PAAR inclui formação, conduta disciplinar e identidade institucional que vão além do repasse de recursos.

Na visão do gestor G1, o PAAR representa um salto qualitativo em relação a modelos anteriores de apoio ao esporte. O planejamento de médio e longo prazo, a coordenação entre as Forças, a consolidação de um limite de vagas e o foco em resultados tanto militares quanto civis ilustram uma trajetória histórica de crescente profissionalização e abrangência. O atleta militarizado deixa de ser apenas um beneficiário de bolsa para se tornar parte de uma estrutura com objetivos claros, deveres disciplinares e um planejamento estratégico de competições nacionais e

internacionais. A entrevista do gestor G2 em alguns pontos se relacionam também à categoria Percurso Histórico do Financiamento Esportivo.

A motivação inicial [...] veio do interesse do Exército, na verdade da Confederação Desportiva Militar do Brasil, de ter melhores resultados nos mundiais militares. E particularmente em 2009 essa ideia surgiu porque em 2011 o Mundial Militar seria aqui [...]. O sonho, ele é muito antigo, [...] já teve ideia de ter um batalhão de atletas [...]. Depois dos Jogos de 2011 que fomos campeões, se percebeu que fomentamos o esporte também (G2).

O entrevistado destaca que a origem do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) está ligada a resultados competitivos em mundiais militares e a eventos esportivos de grande porte (Jogos Mundiais Militares de 2011). No entanto, ele menciona que a discussão de um “batalhão de atletas” vinha de muito antes, indicando um processo histórico de tentativas de institucionalizar o esporte no Exército.

Estava dentro de um escopo dos grandes eventos do esporte, Pan-Americano em 2007, Copa do Mundo em 2014 [...]. Para o Governo Federal seria o momento de treinar toda essa estrutura, colocar em movimentação toda essa estrutura em 2011, e com isso... ‘Vamos fazer uma boa representação’ (G2).

G2 relaciona o percurso histórico do financiamento esportivo militar com a onda de megaeventos (Pan, Copa do Mundo, entre outros), mostrando como o país passou a investir mais em esporte para melhorar o desempenho e a imagem internacional.

Algumas ideias começam com o General XX [...], o grande transformador é o General XX, que foi o Ministro da Defesa [...]. A Marinha inclusive tem uma visão anterior, não chama de PAAR, chama de Programa Olímpico [...] (G2).

Além disso, o entrevistado revela que a Marinha já possuía um programa similar antes, reforçando que o financiamento esportivo militar foi evoluindo de forma não homogênea entre as Forças.

Teve uma Olimpíada 70% das medalhas foram conquistadas por militares com o nosso apoio [...]. Eu tenho muito cuidado: ‘são meus atletas? Mais ou menos’. Eles são militares, mas também são de clubes, treinam com meu apoio [...] (G2).

Aqui, G2 aponta como o PAAR (e iniciativas correlatas) se tornaram peças centrais na formação de atletas olímpicos, marcando uma mudança histórica: o esporte militarizado passa a alimentar o desempenho nacional em eventos civis.

Pode ser que o Comando do Exército diga: ‘Não vamos ampliar’, mas a tendência é que seja ampliado. [...] Depende sempre das pessoas. Vale a pena esse gasto de salário? Se não houver resultado positivo, [...] acaba o esporte. Mas se eu tiver um olhar para coisas intangíveis e valores, creio que ele vá perdurar (G2).

O entrevistado reconhece o caráter político do programa. Sua continuidade depende do êxito esportivo e do apoio político com ênfase que, ao longo do tempo, o financiamento militarizado precisa de legitimidade para se manter e evoluir.

O único medo que eu tenho é esse, que o PAAR vire a única coisa. [...] A gente tem que fazer esse casamento. [...] O alto rendimento pode um dia acabar, e aí? Então a gente tem bem essa noção (G2).

O gestor mostra que, historicamente, o Exército sempre teve interesse em esportes militares (pentatlo militar, orientação, entre outros). O receio é que o foco excessivo no alto rendimento (PAAR) ofusque ou substitua as práticas tradicionais do desporto militar, cuja formação vai além do financiamento de atletas de elite.

G2 descreve como o PAAR surgiu e se fortaleceu a partir de 2009-2011, mas também cita tentativas anteriores de institucionalizar o esporte no Exército. Isso indica que o financiamento esportivo militarizado teve um processo gradual de amadurecimento.

Intersecção com megaeventos, a realização de Jogos Mundiais Militares, Pan-Americano e Copa do Mundo estimulou o aprimoramento do modelo de financiamento, pois o governo federal e as Forças Armadas viram a oportunidade de fortalecer a imagem nacional e obter bons resultados esportivos. Este achado vem de encontro com Park et al. (2016), em seu estudo que tratou das características de financiamento esportivo na Coreia do Sul, onde o artigo revela as características principais do desenvolvimento do desporto de elite coreano em termos de política. O primeiro deles é o objetivo do país de manter uma posição no top 10 da classificação de medalhas olímpicas, que tem sido um critério-chave para o sucesso ou fracasso do desempenho desportivo de elite do país desde os Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984, ou seja, também tem essa correlação com megaeventos.

O papel das lideranças políticas e militares, o percurso histórico do programa envolveu lideranças-chave, como generais e ministros da Defesa. Sem o aval dessas autoridades, as ideias não teriam saído do papel e isto é algo que escutamos em diversas falas de gestores e políticos.

O depoimento do G2 reforça que o financiamento esportivo militar não é recente, mas ganhou força e estrutura principalmente no período que antecedeu os Jogos Mundiais Militares de 2011. Apresentamos os trechos da entrevista do gestor G3 que se relacionam à categoria, em seguida, como esses pontos refletem o desenvolvimento do modelo de apoio ao esporte no contexto militar brasileiro.

O PAAR foi criado em 2008, numa parceria entre o Ministério da Defesa e o então Ministério do Esporte. [...] As Forças Armadas há muito queriam ter um batalhão, um efetivo diretamente relacionado com o esporte [...]. Já haviam projetos antigos de décadas passadas de criação de um batalhão de atletas (G3).

O entrevistado destaca que o Programa de Incorporação Atletas de Alto Rendimento (PAAR) nasceu de uma articulação entre duas pastas governamentais (Defesa e Esporte), mas que a ideia de uma estrutura dedicada ao esporte militar remonta a projetos “antigos de décadas passadas”. Isso revela uma linha histórica de tentativas de institucionalizar o esporte dentro das Forças Armadas.

Teve uma motivação grande a questão do Brasil ser sede dos Jogos Mundiais Militares e não poder passar vergonha [...]. Até 2011, nossos resultados eram pouco expressivos, então se a gente olhar o histórico das nossas medalhas até 2011, nós tínhamos pouquíssima relevância no cenário internacional (G3).

O percurso histórico do programa se deu por editais sucessivos, reforçando que cada Força teve seu próprio ritmo de implantação.

Hoje é um Programa maduro, já com mais de dez anos [...]. A gente tem acompanhado os resultados dos atletas do PAAR e o alcance deles nas competições. [...] Se formos colocar em todo o espectro, 50, 52% das medalhas (nacionais) têm participação de atleta militar (G3).

G3 aponta que, ao longo de cerca de uma década, o PAAR se consolidou e passou a influenciar fortemente os resultados do Brasil em competições nacionais e internacionais, marcando a clara mudança histórica no desempenho esportivo nacional.

Sempre se buscou a ampliação [...]. Hoje estamos trabalhando na portaria de ampliação do PAAR em 30%. [...] Naturalmente, vai ter prosseguimento; é só saber buscar o público correto (G3).

O entrevistado menciona que, além de ter sobrevivido ao ciclo de 2011, o programa caminha para se expandir ainda mais, evidenciando a estabilidade do modelo e a intenção de mantê-lo como parte fundamental do financiamento esportivo brasileiro.

Talvez essa pergunta possa ser feita mais voltada para os Jogos Mundiais Militares, porque aí sim vieram recursos específicos para organização e execução dos Jogos. [...] A verba destinada ao PAAR é o custeio da folha de pagamento [...]. A origem da verba já é o recurso destinado à Força para pagamento de pessoal (G3).

O entrevistado também explica que o financiamento do PAAR no Exército, no tocante aos salários, vem de vagas já previstas no efetivo militar. Em anos de grandes competições, recursos adicionais podem ser buscados. O gestor destaca que, muito

antes de 2008-2009, já existiam discussões e projetos para criar estruturas específicas de atletas militares.

Impulso dos jogos mundiais militares de 2011, tal como outros gestores entrevistados, G3 confirma que o grande salto ocorreu em virtude da necessidade de o Brasil apresentar bons resultados no evento de 2011, o que acelerou a implantação do programa e a expansão de vagas; isso vem em encontro com Park et al. (2016), que expõem esses interesses dos governos em resultados esportivos. Adaptação administrativa, o entrevistado explica que as vagas do PAAR aproveitam efetivos ociosos do Exército, permitindo a manutenção do programa sem a criação de novos postos específicos de pessoal. O depoimento de G3 reforça a trajetória de institucionalização do PAAR.

5.1.2 Fonte de recursos na visão dos gestores

Vamos analisar primeiramente os trechos da entrevista do gestor G1 que se relacionam à categoria Fontes de Recursos. O entrevistado expõe que a quantidade de atletas é controlada pelo limite de efetivo autorizado para o programa. Como o pagamento de salários é da mesma rubrica de “pessoal” não é possível exceder muito esse contingente sem comprometer o orçamento, ou seja, é um limitador para contratação.

Se for competição civil, não temos participação [financeira]. Quem custeia é a Confederação. Já se for competição militar, aí a Força paga passagem, hospedagem, diária, tudo por conta da Força (G1).

Aqui, o gestor explica que a Força Aérea arca com os custos de deslocamento e estadia somente em competições militares (Mundiais Militares, por exemplo). Para torneios civis (como campeonatos mundiais ou eventos da Confederação), o investimento geralmente parte das entidades esportivas responsáveis.

Normalmente, a gente tenta uma carona da FAB [para transporte aéreo]. [...] Quando eles vêm pro Rio, a gente tenta bancar os custos de hospedagem e alimentação (G1).

Além do salário, o apoio logístico (transporte, hospedagem) em competições ou treinamentos militares é custeado pela própria Força Aérea, sempre que possível aproveitando recursos existentes (voos da FAB, instalações militares, entre outros).

Eles podem acumular quantas bolsas quiserem, não há restrição. [...] Se for um Patrocínio privado, se for a Bolsa Atleta, podem ter tudo ao mesmo tempo (G1).

O gestor deixa claro que o PAAR não proíbe os atletas de buscarem outras fontes de financiamento (bolsas governamentais, patrocínios de marcas, apoio de clubes). Dessa forma, o salário militar se soma a outros recursos para sustentar o atleta de alto rendimento.

Na visão do gestor G1, o salário militar (com todos os benefícios) é o ponto central do financiamento para atletas da Força Aérea, dentro de um limite de efetivo. Os custos de competições militares também são cobertos pela FAB, enquanto torneios civis ficam a cargo das Confederações ou de patrocinadores. A flexibilidade em acumular outras bolsas e apoios privados torna o PAAR complementar a diferentes fontes de financiamento, reforçando a viabilidade econômica do atleta de alto rendimento.

O entrevistado G2 reforça que a decisão de alocar recursos ao PAAR é política e depende de resultados esportivos satisfatórios. Caso o investimento não se justifique, o Exército poderia redirecionar verbas para outras áreas, reduzindo ou extinguindo vagas.

Nós fizemos um campeonato de basquete que é do Exército, [...] os atletas da Força Aérea vieram aqui, jogaram conosco. [...] Então a gente tem usado muito eles para motivar as escolas militares, [...] mas não pode ser a única coisa que o Exército faz em termos de desporto (G2).

Embora não seja um trecho sobre a origem dos recursos em si. O entrevistado revela a preocupação com a gestão orçamentária, pois caso o Exército direcione todo o recurso para o PAAR, outras áreas do desporto interno podem ficar sem financiamento. O Exército, assim como as demais Forças, incorpora atletas no regime de temporários, pagando soldos e benefícios. Esses custos saem do orçamento de pessoal já previsto para a Força.

Custos de competições, embora não detalhado no mesmo nível de outras entrevistas, o gestor cita competições militares (bancadas pela instituição) e ressalta que, em muitos casos, clubes e confederações cobrem as despesas de eventos civis, reduzindo o ônus financeiro para a Força.

Na visão do gestor G2, o Exército financia o PAAR, sobretudo, por meio do salário militar destinado a vagas temporárias, dentro de seu orçamento de pessoal. O G3 destaca que o custo principal do PAAR recai sobre a folha de pagamento do Exército, direcionada a vagas de pessoal (no caso, Terceiro Sargento temporário).

A gente ficou com 90 vagas, depois em função de não ter completado essas 90, [...] chegamos no total de 120. [...] As vagas foram carreadas na possibilidade de efetivo disponível (G3).

O Exército analisou as vagas de Terceiro Sargento não preenchidas e as converteu em postos para atletas. Essa estratégia otimiza recursos já existentes, pois os salários são pagos a partir do orçamento de pessoal previamente autorizado.

Na parte de investimento, se tem um recurso que é para o treinamento das equipes [...] e a origem desse recurso é prioritariamente do Ministério da Defesa [...] e sim existe um apoio hoje do Ministério da Cidadania (G3).

O gestor salienta que o financiamento se dá em cooperação com outras esferas governamentais. O PAAR surge de um acordo entre defesa e esporte, mostrando que as fontes de recursos podem ser múltiplas, embora a folha de pagamento permaneça sob responsabilidade do Exército.

Na visão do gestor G3, o Exército financia o PAAR essencialmente via folha de pagamento para militares temporários. Colaboram com essa visão os trabalhos de Castro et al. (2023), Marques et al (2021) e Carneiro et al. (2021), que apontam a necessidade de fonte de recursos definidas para o fomento esportivo, mas que muitas vezes este enfoque no rendimento não trará benefícios no esporte educacional e lazer.

5.1.3 Programa de apoio na visão dos gestores

Embora o propósito inicial do PAAR fosse garantir bons resultados em competições militares, os entrevistados reconhecem que o programa também abrange o desenvolvimento de atletas para eventos civis.

O trabalho deles é treinar. [...] Eles têm uma formação, ordem unida, regulamentos, 7 de setembro, eles têm alguns escalados que têm que desfilar. [...] Eles representam a FAB em competições militares e, às vezes, civis (G1).

O gestor descreve como os atletas, mesmo dedicados ao alto rendimento, participam de atividades típicas da vida militar (desfiles, cerimônias). O vínculo institucional é parte integrante do “Programa de Apoio a Atletas”, tornando-os representantes oficiais da Força.

Além de você ter pessoas à sua volta, [...] você tem pista de atletismo, piscina, academia, fisioterapia, psicóloga [...]. Isso não é só um recurso público, é uma instituição. [...] Você tem organização, pode conversar com profissionais, etc. (G1).

G1 destaca que o PAAR oferece não apenas remuneração, mas também infraestrutura de treinamento. Caráter militar e disciplina, o PAAR, na visão de G1, funciona como um programa de apoio em que o atleta é efetivamente militar, com

direitos (salário, benefícios) e deveres (hierarquia, disciplina, possível convocação em caso de guerra). Isso o diferencia de outros programas de apoio civil.

Há a preocupação, segundo G1, em envolver tanto os atletas do PAAR quanto os militares de carreira nas atividades esportivas. Dessa forma, o programa também estimula a prática esportiva interna, servindo de inspiração para os demais efetivos.

Na visão do gestor G2, o PAAR cumpre papel estratégico ao integrar atletas de alto rendimento ao Exército, tanto para competições militares quanto civis. Embora a sustentação política e a demonstração de resultados sejam cruciais para sua continuidade, o programa hoje se mostra essencial para o desempenho do Brasil em grandes eventos esportivos. Paralelamente, o Exército busca equilibrar o foco no alto rendimento com a preservação do desporto militar tradicional, para valorizar a função de exemplo que os atletas do PAAR exercem dentro da Força.

Nos trechos da entrevista do gestor G3 que se aproximam da categoria *Programa de Apoio a Atletas*, ressaltando como o entrevistado enxerga a estrutura, os objetivos e o funcionamento do PAAR no âmbito do Exército, em coordenação com o Ministério da Defesa. O entrevistado resalta a cocriação do programa entre as Forças Armadas e o Ministério do Esporte, a fim de formalizar o antigo desejo de ter um contingente específico de atletas.

A ideia [...] fosse dar um suporte a mais para os atletas, com salário e possibilidade de usar nossa infraestrutura. [...] Acho que a gente contribui para o desporto nacional. [...] É mais uma peça da engrenagem do esporte (G3).

O entrevistado destaca que o PAAR não substitui o apoio de clubes ou confederações, mas oferece remuneração estável, acesso à infraestrutura militar (centros de treinamento, apoio médico), além de reforçar a participação das Forças Armadas no cenário esportivo.

Foi feito um edital público, [...] anexo de cada modalidade com prova de currículo. [...] A gente convidava os atletas para participar, mas não garantíamos vaga se aparecesse alguém com resultado melhor. [...] A renovação é anual, no máximo 8 anos (G3).

O entrevistado esclarece que o processo seletivo segue critérios objetivos (currículo esportivo) e que a permanência do atleta no programa está condicionada a resultados e comportamento. O ciclo máximo de oito anos confere caráter temporário à presença no PAAR.

Não quer dizer que somos responsáveis pelas medalhas, até porque eles são atletas de clubes, mas são nossos sargentos [...]. Acho que contribui para o desporto nacional, já configura um apoio perene (G3).

O entrevistado reforça que, no Programa de Apoio a Atletas, o Exército não “toma” o atleta de clubes ou confederações, mas complementa o apoio que eles já recebem, garantindo estabilidade financeira e institucional, vindo de encontro com que Garner et al. (2016) apresentam em seu estudo, que tenta melhor entender as práticas de remuneração dos atletas.

Nós estamos tentando fortalecer competições onde não possam comparecer atletas de alto rendimento, para a gente manter a busca de talentos internos. [...] Acho que o PAAR vai ter prosseguimento naturalmente, só saber buscar o público correto (G3).

Embora o foco do PAAR seja o alto rendimento, o entrevistado menciona iniciativas para valorizar o desporto militar tradicional e identificar possíveis talentos entre os militares de carreira. Estrutura de parceria, G3 destaca a parceria entre Ministério da Defesa e Ministério do Esporte como ponto de partida para o PAAR, evidenciando que o programa é fruto de uma política pública interministerial, não apenas de uma iniciativa isolada do Exército.

5.1.4 Parcerias estratégicas na visão dos gestores

Os trechos da entrevista do gestor G1 que se aproximam à categoria *Parcerias Estratégicas*, ressaltam como o entrevistado descreve as colaborações entre diferentes instituições e atores no contexto do PAAR (Programa de Atletas de Alto Rendimento).

Ao permitir que os atletas busquem outras fontes de apoio (patrocínios, bolsas governamentais, patrocínios de clubes), a FAB estabelece colaboração indireta com entes externos. Dessa forma, o PAAR se soma a diversas parcerias que o atleta já possui ou pode vir a adquirir.

Eu priorizo as modalidades da relatoria da FAB, [...] tento não conflitar com as outras Forças. [...] Se o Exército já tem dois tops numa modalidade, não tem por que eu chamar mais um (G1).

Embora não trate especificamente de uma parceria com entidades privadas, G1 mostra que a colaboração com o Ministério da Defesa e o aval político são essenciais para a continuidade e ampliação do programa. Dessa forma, o PAAR não se sustenta sozinho; ele depende do suporte estratégico do alto escalão governamental.

Compatibilidade com outros patrocínios, a abertura para que o atleta tenha patrocínios e bolsas diversas reforça a ideia de parcerias estratégicas: o PAAR não

atua de forma isolada, mas se integra a outros apoios, permitindo ao atleta consolidar múltiplas fontes de financiamento, bem como ao encontro dos achados de Garner et al. (2016) que tratam das práticas de remuneração.

A coordenação interforças, ao evitar duplicação de atletas em modalidades já bem servidas por outra Força, a FAB coopera internamente com o Exército e a Marinha, garantindo uma cobertura mais ampla de modalidades. Na visão do gestor G1, ressalta que, embora os atletas sejam militares temporários, eles também se vinculam a clubes e confederações. Essa coexistência caracteriza a parceria estratégica entre a instituição militar e o ecossistema esportivo civil.

Ele é um programa político, se é político ele depende das pessoas. [...] Se não houver resultado positivo, acaba o esporte. [...] Pode ser que o Comando do Exército diga 'não vamos ampliar' (G2).

Além dos laços com entidades esportivas, o entrevistado destaca a dependência do PAAR em relação ao alto comando. Assim, o sucesso do programa requer uma parceria sólida.

A motivação inicial [...] veio do interesse do Exército [...] em não passar vergonha nos Mundiais Militares de 2011. Depois percebemos que ajudamos o Desporto Nacional (G2).

O entrevistado menciona eventos internos (campeonatos de basquete, por exemplo) em que há participação de atletas de outras Forças. O gestor G2 sublinha a existência de uma dupla filiação, enquanto o Exército garante o status de militar, salários e benefícios, o clube fornece treinamento, estrutura técnica e competições civis.

Nos trechos da entrevista do gestor G3 que se relacionam à categoria *Parcerias Estratégicas*, destacando como o entrevistado descreve as colaborações entre diferentes instituições e atores no contexto do PAAR. Na visão do gestor G3, o PAAR resulta de uma rede de cooperações que abrange órgãos governamentais (Defesa, Esporte, Cidadania), clubes, confederações e o próprio Exército.

5.2 VISÃO DOS TREINADORES

Nesta subseção, serão apresentadas as percepções dos treinadores envolvidos com o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Para manter o sigilo e respeitar as normas éticas estabelecidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cada um deles será identificado pelos códigos **T1**, **T2** e **T3**, em vez de seus nomes reais. Esses profissionais atuam na preparação

técnica e estratégica dos atletas, desempenham papel fundamental na consolidação dos resultados esportivos almejados pelo programa.

A análise das falas dos treinadores segue as mesmas categorias definidas na revisão sistemática da literatura. Assim como no caso dos gestores e dos atletas, a seleção dessas categorias foi orientada por sua recorrência em estudos acadêmicos sobre financiamento esportivo. Dessa forma, busca-se investigar como T1, T2 e T3 percebem e vivenciam o financiamento esportivo militarizado em sua prática cotidiana, ao identificar convergências e divergências em relação ao que foi apontado pela literatura.

5.2.1 Percurso histórico do financiamento esportivo na visão dos treinadores

Na perspectiva dos treinadores, o percurso histórico do financiamento esportivo se manifesta de forma particularmente relevante no que diz respeito à qualidade e estabilidade das condições de trabalho oferecidas aos atletas. Muitos treinadores observam que, em décadas anteriores, a falta de políticas públicas bem estruturadas gerava inconstâncias nos repasses de recursos e na disponibilidade de infraestrutura, prejudicando o desenvolvimento técnico de atletas promissores. Hoje, ao atuarem em programas como o PAAR, eles se veem inseridos em um cenário onde o estado e as Forças Armadas fornecem suporte contínuo, contribuindo para a formação de equipes técnicas mais qualificadas e comprometidas com resultados de alto rendimento.

A seguir, observam-se os trechos da entrevista do treinador T1 que se vinculam à categoria *Percurso Histórico do Financiamento Esportivo*, ressaltando como o entrevistado percebe a trajetória e o desenvolvimento do financiamento esportivo militarizado, em especial o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR).

Eu vi o PAAR nascendo. [...] Ele nasceu no ano de 2009, a primeira convocação se deu pela Marinha do Brasil. [...] Ao longo desses 15 anos, eu acompanhei bem de perto (T1).

O treinador destaca que presenciou a criação do PAAR, reforçando que o programa surgiu oficialmente em 2009 e vem se desenvolvendo há mais de uma década.

Na minha modalidade, a orientação, é bem diverso das outras modalidades. Não é uma modalidade olímpica. [...] O PAAR inverteu a roda, tivemos de formar o atleta primeiro, pra depois ele ter currículo e ser contratado (T1).

A fala sugere que, historicamente, o PAAR foi pensado para modalidades olímpicas ou já consolidadas. No caso da orientação, o programa precisou adaptar-se para criar e desenvolver atletas — diferentemente de modalidades em que já existiam nomes prontos para serem incorporados.

Ao longo de todo esse período, eu acompanhei e hoje nós temos 4 atletas de orientação que são integrantes do programa. [...] De 2009 até 2011, foi o primeiro momento. Depois se percebeu que nosso 'alto rendimento' não era tão alto e precisávamos de atletas realmente com bons resultados internacionais (T1).

O treinador mostra que, no início, a contratação de atletas para certas modalidades foi mais experimental. Com o tempo, houve aprendizado e ajuste, de modo que o PAAR passou a buscar resultados mais expressivos e atletas melhor preparados.

Com a proximidade dos Jogos Mundiais Militares de 2011, foi vislumbrada a necessidade de se contratar... e isso foi um momento histórico. [...] Esse primeiro momento [2009–2011] permitiu ver que precisávamos de uma base mais sólida (T1).

O entrevistado reforça que a preparação para os Jogos Mundiais Militares de 2011 foi um impulsionador para o crescimento e a organização do PAAR. A partir daí, houve maior clareza sobre as exigências de “alto rendimento”.

Todos os países que têm expoentes esportivos... ou se baseiam na escola ou nas forças armadas. [...] ainda é um embrião, mas é uma coisa positiva (T1).

O treinador relaciona o desenvolvimento do esporte em nível internacional ao apoio sistemático das forças armadas (casos de França, EUA, Rússia). Ele vê no PAAR uma iniciativa semelhante, ainda que em estágio inicial, sugerindo um paralelo histórico com países onde o esporte militar é estruturante; essa fala vem bem ao encontro dos estudos de Barker-Ruchti et al. (2017), que aponta que algumas ações devem ser implementadas para sistematizar o desenvolvimento dos atletas e incluem formas específicas de financiamento e a modelização do desenvolvimento dos atletas.

Seria possível expandir o projeto, mas isso dependeria de pessoal, de vagas direcionadas à gestão esportiva, de polos de treinamento. [...] O programa é muito positivo. [...] O exército continua tomando medidas para incentivar o esporte de tropa (T1).

Ao falar do cenário atual, o entrevistado indica que o programa ainda tem potencial de expansão, mas reconhece as limitações de infraestrutura e efetivo.

Os trechos da entrevista do treinador T2 se aproximam da categoria *Percurso Histórico do Financiamento Esportivo*, ressaltando como o entrevistado percebe a

trajetória e o desenvolvimento do financiamento esportivo militarizado, em especial o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) no Exército.

As Forças Armadas sempre tiveram essa parte da atividade física, ela é um pré-requisito para um militar. Se a gente for ver na história das Olimpíadas, [...] vários militares se destacaram. [...] A gente não tinha um programa constituído, mas a gente sempre teve um incentivo à prática esportiva (T2).

O treinador enfatiza que, muito antes do PAAR, as Forças Armadas já possuíam um histórico de incentivo ao esporte, mas de maneira não sistematizada. Personalidades como Guilherme Paraense, Pelé, João do Pulo e Ademar Ferreira da Silva foram exemplos de atletas com vínculos militares, ainda que não existisse um programa formal.

Com o Brasil em 2007 sendo eleito sede dos Jogos Mundiais Militares em 2011, as Forças Armadas se uniram para estudar o que os países com excelentes desempenhos (Alemanha, França, Rússia) faziam. [...] Em 2009, novembro de 2009, foi a primeira turma (T2).

O entrevistado T2 destaca que o desempenho do Brasil em eventos civis (Pan de 2011, Olimpíadas de Londres 2012) reforçou a relevância do PAAR.

Em 2015 criou um vulto maior porque alguns atletas prestaram continência no pódio, [...] e nas Olimpíadas de 2016, 13 militares atletas ganharam medalha, das 19 que o Brasil ganhou. [...] Então esse foi um dado importante (T2).

O treinador evidencia que, ao longo dos anos, o PAAR deixou de ser apenas para competições militares e passou a impactar significativamente o esporte olímpico nacional. Os resultados expressivos em 2016 mostram como o programa cresceu e ganhou destaque público.

A gente nunca recebeu nenhuma informação de que o PAAR terminaria. [...] A gente sempre quer ampliar, mas para ampliar também a gente tem que adequar não só a parte de efetivo, mas também a parte financeira (T2).

O treinador aponta que, após quase uma década de existência, o PAAR não dá sinais de encerramento.

A principal motivação foi a candidatura do Brasil para sediar os Jogos Mundiais Militares em 2011. [...] Quando o Brasil se propôs a aceitar sediar um evento dessa envergadura, ele não poderia simplesmente entrar com um gasto grande na organização sem proporcionar para a população... As Forças Armadas não tinham algumas modalidades em prática e não tinham militares para entrar nessas competições (T3).

O entrevistado cita algumas figuras-chave na implementação do programa, reforçando o papel de uma liderança militar em articular as adaptações legais e a parceria com o Ministério do Esporte.

O PAAR tinha um prazo para terminar e o Programa se estendeu, foi se estendendo pelo sucesso que ele foi alcançando, percebeu-se (T3).

Assim como outros entrevistados, T3 reforça que o arcabouço jurídico para o PAAR partiu de leis existentes sobre militares temporários. Houve, porém, a necessidade de criar regras específicas para enquadrar a função de “atleta de alto rendimento”.

O planejamento estratégico da CDE [...] não é do PAAR, mas da Comissão de Desporto do Exército, [e] a gente faz atualizações para encaixar em ciclos Olímpicos ou mundiais militares (T3).

O treinador menciona que, embora o PAAR seja um elemento do desporto militar, o planejamento cada vez mais leva em conta os ciclos olímpicos e mundiais, reforçando o alinhamento entre o calendário militar e o calendário esportivo civil de alto rendimento.

5.2.2 Fonte de recursos na visão dos treinadores

Em sequência, os trechos da entrevista do treinador T1 que possuem correlação com a categoria fontes de recursos, destacando como o entrevistado percebe a estrutura de financiamento e sustentação financeira do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) na modalidade em que atua e em outras modalidades.

A maioria [dos atletas] conta somente com o valor do PAAR. Se conta com algum outro valor, é o caso do Bolsa Atleta, por exemplo, mas são valores bem reduzidos. [...] Se eu não me engano, no Exército tem em torno de 165 atletas. Se for aplicar uma porcentagem dos que têm alguma outra fonte, não vai passar de 10 a 20% (T1).

O treinador enfatiza que, para a maior parte dos atletas vinculados ao PAAR, o salário militar é a principal (ou única) fonte de renda. Embora alguns contem com bolsas estaduais/municipais; esses valores costumam ser modestos, servindo mais como ajuda de custo.

Claro que algumas modalidades, como vôlei de praia ou natação, têm patrocínio de clubes [...] Mas na maioria dos atletas do PR, se eu não me engano, não chega a 20% os que têm outras fontes (T1).

T1 reconhece que, em modalidades mais visíveis, certos atletas podem acumular patrocínios ou apoios de clubes. Porém, a maioria dos esportistas do PAAR, especialmente em modalidades militares ou não olímpicas, depende quase exclusivamente do salário pago pelo Exército.

Embora não haja uma citação específica sobre patrocínios privados em sua modalidade, T1 deixa claro que o PAAR é o único apoio consistente que os atletas de orientação recebem. Essa carência de recursos externos reforça a centralidade do programa para a subsistência esportiva.

As diferenças entre modalidades populares e pouco divulgadas, esportes com maior visibilidade (ex.: vôlei de praia, natação) podem oferecer oportunidades de patrocínio em clubes ou confederações, reduzindo a dependência do PAAR. Em contrapartida, modalidades não olímpicas veem o programa como sustentação quase exclusiva. Extraímos parte do texto da entrevista do treinador T2 que se relaciona à categoria.

O Exército veio somar, a gente veio colocar mais um tijolinho para que a gente consiga dar uma estrutura melhor para esses atletas [...]. Eles têm remuneração, assistência médica, odontológica, fisioterápica, férias, 13º, todos os direitos trabalhistas (T2).

O entrevistado reforça que o salário (e demais benefícios) do militar temporário é a base do financiamento para os atletas do PAAR.

Na formação do atleta até ele chegar num alto rendimento, isso tudo é de responsabilidade dessas instituições (clubes, federações, confederações). O que o Exército veio fazer é somar (T2).

O treinador deixa claro que o Exército não substitui o papel de clubes ou confederações no desenvolvimento do atleta. O PAAR atua como um complemento, agregando a remuneração mensal e o suporte logístico, enquanto a formação técnica e a busca de patrocínios externos seguem sob a responsabilidade do ecossistema civil.

Eles podem usar nossas instalações, [...] laboratórios do Instituto de Pesquisa de Capacitação Física do Exército, testes de VO2, fisioterapia. [...] Eles têm uma estrutura a mais, não só o salário (T2).

Além do soldo, o PAAR oferece infraestrutura militar (instalações de treinamento, laboratórios, assistência de saúde), que reduz custos que o atleta teria de arcar por conta própria ou com ajuda de terceiros. T2 reconhece que os atletas podem e devem buscar outras parcerias (clubes, confederações, patrocínios privados). O PAAR, portanto, coexiste com as demais fontes de financiamento, configurando um mosaico de apoios que beneficiam o atleta.

Eles acabam que recebem esse salário do Exército como Sargento temporário, não é uma verba específica do esporte, mas sim a verba que já existia para a formação e permanência dos Sargentos temporários dentro do Exército.

Além do salário, eles têm direito a atendimento médico-hospitalar, atendimento odontológico, fisioterápico, participam das estruturas das Forças, como laboratórios de pesquisa [...] (T3).

O entrevistado cita que o Exército também disponibiliza infraestrutura e serviços de saúde. Esse suporte reduz custos que o atleta teria por conta própria, configurando uma forma indireta de financiamento.

5.2.3 Programa de apoio na visão dos treinadores

Seguem os trechos da entrevista do T1 que se vinculam à categoria Programa de Apoio a Atletas, quando foi perguntado a respeito das metas que o PAAR impões, este relata que

Sim, existem metas. [...] Há um controle cerrado, tanto das competições participadas quanto dos resultados obtidos. [...] Ao final do ano, se o atleta não atingiu o desempenho esperado ou não se adaptou ao programa, a contratação não é renovada (T1).

T1 mostra que o Programa de Apoio a Atletas estabelece objetivos claros para cada competidor. A renovação do contrato (anual) depende do cumprimento de metas esportivas e da adaptação às rotinas militares, garantindo um monitoramento contínuo do desempenho.

Na XX, nós não tínhamos atletas de alto rendimento prontos no cenário nacional. [...] O PAAR precisou ‘inverter a roda’, ou seja, formar e lapidar o atleta dentro do próprio programa.
Há quem diga que o PAAR tirou espaço dos atletas de corpo de tropa, mas o Exército continua tomando medidas para incentivar o esporte de tropa. [...] Não vejo isso como algo negativo, porque o programa é muito mais benéfico (T1).

T1 aborda uma discussão interna sobre o receio de que o alto rendimento ofuscasse a prática esportiva dos militares de carreira. Ele entende que o Exército mantém iniciativas para fomentar o “desporto militar tradicional”, sem prejudicar o Programa de Apoio a Atletas.

O objetivo principal é ele representar as Forças em competições nacionais e internacionais, sejam elas competições civis, sejam elas competições militares. [...] Se ele está treinando em alto nível, continua treinando no seu clube, mas recebe um suporte a mais (T2).

Embora o PAAR tenha surgido para fortalecer as equipes militares em competições como os Jogos Mundiais Militares, o treinador ressalta que o programa também apoia atletas em eventos civis. Enfatiza também que o PAAR não substitui o papel de clubes e confederações, mas fornece uma camada adicional de apoio financeiro e estrutural. Essa colaboração é fundamental para sustentar o atleta em competições tanto militares quanto civis.

Contrapartida militar, os atletas recebem salário e benefícios de um militar temporário, mas precisam cumprir metas de desempenho e seguir normas

disciplinares. Esse arranjo profissionaliza a relação, assegurando que o atleta tenha estabilidade financeira e suporte médico, mas também deveres inerentes à carreira militar.

Na visão do treinador T2, o PAAR funciona como um programa de complemento ao ecossistema esportivo, fornecendo salário, benefícios e infraestrutura militar para que atletas de alto rendimento possam competir em eventos militares e civis. O contrato anual e as metas garantem monitoramento contínuo do desempenho, enquanto as restrições orçamentárias e de efetivo impõem limites à expansão. Originalmente planejado para 2011, o sucesso do PAAR levou à sua continuidade, transformando-o em um pilar estratégico tanto para o desporto militar quanto para o esporte nacional.

Eles acabam que recebem esse salário do Exército como Sargento temporário [...]. É um contrato anual, se o atleta não atinge o desempenho esperado [...] não é renovado (T3).

O modelo de contrato anual com metas e avaliações de desempenho é parte essencial do PAAR. O treinador salienta que o atleta precisa cumprir objetivos esportivos e obrigações militares para permanecer no programa.

5.2.4 Parcerias estratégicas na visão dos treinadores

A entrevista do treinador T1, em algumas falas se relaciona à categoria Parcerias Estratégicas, destacando como o entrevistado descreve as colaborações entre diferentes instituições e atores no contexto do PAAR.

T1 não menciona acordos com grandes patrocinadores ou confederações específicas na sua modalidade. O Exército acaba sendo o parceiro estratégico central para o atleta, suprimindo a ausência de patrocínios robustos ou clubes estruturados.

Na visão do treinador T1, o PAAR funciona, na prática, como o principal (e às vezes único) parceiro para atletas de modalidades pouco difundidas. Não há menção de grandes colaborações com clubes ou patrocinadores privados, de modo que a parceria se dá essencialmente entre o Exército e o competidor.

Na visão do treinador T3, o PAAR se sustenta graças a uma rede de colaborações que envolve o Ministério da Defesa, o Ministério do Esporte, o alto comando do Exército e, de forma indireta, as federações e confederações que organizam eventos civis. Internamente, a Comissão de Esportes lidera a coordenação,

enquanto o orçamento público financia a folha de pagamento e a infraestrutura. Um pouco do que já tinha sido apontado por outros entrevistados.

5.3 VISÃO DOS ATLETAS

Nesta subseção, serão discutidas as percepções dos atletas vinculados ao Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Para preservar o anonimato e respeitar as normas éticas estabelecidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os três participantes serão identificados pelos códigos A1, A2 e A3, em vez de seus nomes reais. Cada um deles pertence a uma das Forças Armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica), possui histórico de participação em competições internacionais e, em um dos casos, o entrevistado é medalhista em Jogos Olímpicos.

Dessa forma, busca-se compreender como os atletas percebem a estrutura de financiamento esportivo militarizado, identificando convergências e divergências em relação ao que foi apontado pela literatura.

5.3.1 Percurso histórico do financiamento esportivo na visão dos atletas

Ao ingressarem em programas como o PAAR, os atletas passam a vivenciar esse processo histórico em primeira mão. Muitos relatam que, antes de conhecerem o programa, tinham apenas uma noção superficial sobre a participação estatal no financiamento esportivo. Após a entrada no PAAR, porém, eles se deparam com uma estrutura que envolve não só o fornecimento de recursos financeiros, mas também suporte logístico, técnico e institucional. Essa experiência acaba ampliando a compreensão dos atletas acerca do papel do governo (e das Forças Armadas, em particular) na formação de esportistas de alto nível. Recortamos trechos da entrevista do atleta A1 que fazem menção direta ou indireta ao percurso histórico do financiamento esportivo no Brasil:

O recurso público sempre participou da minha carreira, a partir da bolsa atleta. Desde que eu comecei em 2007, eu sempre recebia bolsa atleta [...]. Foi minha principal renda por muitos anos.
Quando eu comecei, não existia [o programa]. Em 2011, teve o Mundial Militar aqui no Brasil e aí começa [...] a movimentação e os atletas sendo chamados. A gente queria muito fazer parte das Forças Armadas, mas era difícil, não tinha edital para a minha modalidade. [...] Em 2018, tive convite para entrar na Força Aérea Brasileira.
É um programa que não vemos em todos os países. Aqui, é um diferencial que tem feito a diferença e tem que continuar. [...] Se você olhar nossos melhores resultados em Jogos Olímpicos, muitos vieram desse apoio público

e do PAAR. Então é um pilar que, junto com a bolsa atleta, ajudou muito o esporte brasileiro (A1).

O atleta A1 relata que, no início de sua carreira (meados de 2007), o principal apoio estatal vinha do Bolsa Atleta, evidenciando que, naquela época, não existia o programa de financiamento militarizado tal como se conhece hoje. Menciona o Mundial Militar de 2011 como um marco, pois foi quando começou a ser articulado o processo de inclusão de atletas de alto rendimento nas Forças Armadas, ainda que inicialmente focado em poucas modalidades. Observa-se nos trechos da entrevista do atleta A2:

Eu vejo assim, que as forças armadas, de forma geral, marinha, aeronáutica e exército brasileiro, eles meio que salvam o esporte no país [...] (A2).

Ainda que de forma sucinta, a fala deste atleta sugere que a participação militarizada no financiamento esportivo passou a tentar suprir lacunas históricas deixadas por outros programas, reforçando a importância do PAAR como política pública relativamente recente. Nesse sentido, fazemos um paralelo com o estudo de Taylor (2016), que analisa como os sistemas esportivos são estruturados, como a participação esportiva é incentivada e como as políticas públicas afetam o esporte em várias nações.

No nosso esporte, se não fosse o Programa do PAAR, eu não estaria sendo atleta hoje. [...] A gente não chegaria lá [em campeonatos mundiais] por causa da falta de treinamento [...]. O Exército disponibiliza algo muito grande pra nós [...] (A2).

A fala evidencia como, historicamente, alguns esportes que não possuem apelo midiático não dispunham de apoio consolidado. A introdução do PAAR representa uma etapa de profissionalização e investimento público que, para o entrevistado, não existia antes de seu ingresso na Força.

A gente tem férias, 13º, tudo certinho [...]. Eu vejo que tem muita bolsa, mas a bolsa sempre é um período. [...] As bolsas, fora isso, são mais instáveis (A2).

Aqui, A2 compara o modelo atual, que oferece estabilidade e direitos trabalhistas, a um cenário prévio em que o apoio público (por meio de bolsas) era pontual e não garantia a mesma segurança financeira. Na sequência, alguns recortes da entrevista do atleta A3 que fazem menção direta ou indireta ao percurso histórico do financiamento esportivo.

A primeira vez que eu conheci o programa foi 2009 [...]. Eu estava em São Paulo, treinando com atletas olímpicos. Lá, os atletas estavam entrando como alto rendimento nas Forças Armadas. [...] Muita gente querendo entrar, mas tinha que apresentar currículo para concorrer a uma vaga (A3).

Esse relato mostra como, naquele período, o ingresso de atletas nas Forças Armadas estava se tornando mais conhecido, porém ainda dependia de processos seletivos pouco divulgados oficialmente. Sugere a transição de um apoio público pontual (bolsas esporádicas) para a possibilidade de financiamento mais estruturado via programa militar.

Eu tive duas ocasiões com o Bolsa Atleta, então eu tenho um contato com esse tipo de financiamento [...]. Também fiquei por anos recebendo o incentivo esporte de xx [...] (A3).

A menção a diferentes modalidades de apoio (Bolsa Atleta federal e incentivo municipal) indica que, antes de entrar no PAAR, o atleta dependia de programas com recursos limitados ou específicos. A existência dessas bolsas demonstra um processo gradual de institucionalização do financiamento esportivo, mas ainda distante da estabilidade encontrada nas Forças Armadas.

Eu fiquei 2 anos esperando a vaga abrir [...]. Em 2012, eu entrei na Marinha. [...] Tinha um processo de seleção interno. Dependia do ano e conforme o quadro de vagas (A3).

O atleta descreve a fase em que o PAAR já estava mais estruturado, mas ainda com limitações de vagas e necessidade de apresentar resultados.

Acho que tinha que ter alguma coisa para continuar, mesmo que não fosse carreira, mas que a gente desse continuidade [...] A gente está começando a ficar bom no negócio, quando está chegando perto do final do ciclo (8 anos) (A3).

A referência ao limite de oito anos expõe uma lacuna do modelo atual, que não prevê carreira militar definitiva para o atleta. Nesse sentido, há um contraste com o passado (quando o apoio público era ainda menos estruturado) e com a expectativa de um futuro em que o programa poderia oferecer maior continuidade.

5.3.2 Fonte de recursos na visão dos atletas

Na fala de A1 com a análise de fonte de recursos, percebe-se uma estratégia múltipla de financiamento, que integra tanto iniciativas governamentais (federal, distrital, municipal) quanto parcerias privadas (clube, patrocínios, confederação).

Então a bolsa atleta [...] foi minha principal renda por muitos anos, ainda participo [...]. Hoje eu tenho também a bolsa atleta do xx [...]. A partir de 2018, eu tive o convite para entrar na Força Aérea Brasileira [...]. Então foi outro programa muito bom para mim também, que me ajudou, me auxiliou bastante (A1).

A1 cita a Bolsa Atleta federal e a Bolsa do seu município como recursos públicos fundamentais em sua trajetória. O atleta reforça que, além da Bolsa Atleta, passou a contar com a remuneração do PAAR, garantindo maior estabilidade financeira.

Sou de um clube [...] que tinha um patrocínio da Caixa. [...] Recebo auxílio da Caixa dentro da minha Confederação [...]. A partir de janeiro de 2025, eu tenho um contrato com a Puma, que é de material esportivo [...] (A1).

A1 descreve a importância de parcerias privadas (como a Caixa e a Puma) e menciona o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em algum momento, ainda que não seja um recurso fixo.

A Secretaria de Esporte aqui do xx tem um programa, o Compete xx, que dá passagem aérea [...]. Foi fundamental na minha carreira pra viajar e competir (A1).

Além dos recursos federais, o atleta recebe apoio de um programa local que custeia viagens, demonstrando a existência de múltiplas fontes de financiamento.

A bolsa atleta é um recurso que você, com esse dinheiro, pode ir atrás dos profissionais. No PAAR, além da parte financeira, você ainda tem estrutura orgânica [...] (A1).

Aqui, A1 contrasta a natureza das bolsas (que exigem do atleta a busca autônoma de suporte técnico) com o PAAR, que fornece uma infraestrutura mais completa. Essas falas vêm de encontro com o estudo de Castro et al. (2023), ao apontar que enquanto o orçamento federal permaneceu estável, com poucas variações anuais, o orçamento do esporte oscilou significativamente nos valores reais e percentuais de investimento.

Diversificação de fontes, A1 exemplifica bem o cenário em que um atleta de alto rendimento combina vários tipos de recursos. Essa “colcha de retalhos” reflete a complexidade do financiamento esportivo no Brasil, em que cada atleta precisa reunir diferentes frentes para viabilizar sua carreira. Na entrevista de A2, alguns recortes que apontam correlação com a categoria *Fontes de Recursos*.

Eu tenho um auxílio da prefeitura aqui de Curitiba, mas também é uma coisa bem... é uma ajuda de custo [...]. Antes, nunca tinha recebido outro tipo de recurso público (A2).

O atleta A2 menciona que o auxílio municipal é pontual e limitado, destacando a carência de apoios mais robustos antes de ingressar no PAAR. Segundo o entrevistado, “não possuo ou possuía patrocínio privado em nenhum momento da minha carreira” (A2). Fica claro que, para A2, a única fonte significativa de

financiamento (além do pequeno auxílio da prefeitura) é o PAAR, reforçando a dependência de recursos públicos para manter sua carreira no esporte.

Carência de outras fontes, A2 menciona não ter patrocínios privados, o que evidencia a dificuldade de esportes menos populares em atrair empresas e marcas. Nesse contexto, a atuação das Forças Armadas assume papel determinante para a viabilidade da carreira esportiva.

Impacto no desenvolvimento da modalidade além de remunerar, o PAAR fornece infraestrutura (como mapeamento de áreas e suporte técnico). Esse apoio é vital para que o atleta possa competir em níveis nacional e internacional, sinalizando que a “fonte de recursos” inclui não só o pagamento mensal, mas também a criação de condições adequadas de treinamento.

A experiência de A2 mostra como, em modalidades com pouca visibilidade, o PAAR pode ser a única forma de sustentar a carreira esportiva de maneira estável. Segundo A3, “eu fiquei 2 anos esperando a vaga abrir [...]. Em 2012, eu entrei na Marinha. [...] Foi só o PAAR mesmo”.

Após um período de busca, o atleta finalmente conseguiu entrar no programa militarizado, tornando-o sua fonte primária de recursos ao longo dos oito anos em que permaneceu na Força.

Ainda, afirmou “Eu precisava ter um trabalho paralelo [...] e foi justamente o que o PAAR me deu: um recurso financeiro e a possibilidade de eu continuar competindo (A3)”. Logo, A3 destaca a importância de ter uma remuneração fixa e a chance de aprimorar seu desempenho esportivo. Antes disso, conciliava estudos e trabalho com os treinos, pois os incentivos públicos existentes não cobriam todas as despesas.

5.3.3 Programa de apoio na visão dos atletas

Vamos partir agora para os trechos da entrevista de A1 que se relacionam à categoria Programa de Apoio a Atletas, com foco no entendimento de como o entrevistado percebe o funcionamento e o impacto do PAAR em sua trajetória esportiva.

Financeiramente falando, você tem um pagamento estável, não tem atraso. Você tem férias e 13º, que outros recursos públicos para atletas não têm [...]. Tem também plano de saúde [...] (A1).

A1 salienta que o programa se diferencia de outras formas de apoio por oferecer garantias trabalhistas e uma estrutura de cuidados à saúde, pontos raramente presentes em bolsas ou patrocínios privados.

Foi fundamental pra mim [...]. São detalhes que vão te ajudando e você sabe que tem aquilo. Eu tenho 4 Olimpíadas, fui medalhista mundial, e acho que esse apoio ajudou muito nesse ciclo [...] (A1).

Ele atribui parte significativa de seu sucesso esportivo ao conjunto de benefícios do PAAR, sugerindo que o programa amplia as condições para o atleta atingir resultados de destaque.

Você tá representando as Forças Armadas em competições militares, que são mais oportunidades de você mostrar seu trabalho [...]. Foi muito bom pra mim, me potencializou (A1).

Além de competir em eventos civis, A1 passou a representar a instituição em torneios militares, o que, segundo ele, oferece visibilidade e oportunidades adicionais de competição. São os seguintes os trechos da entrevista de A2 que se vinculam à categoria *Programa de Apoio a Atletas*:

Se não fosse o Programa do PAAR, eu não estaria sendo atleta hoje. [...] A gente tem todos os benefícios, como se a gente tivesse numa carteira de um emprego normal, né? [...] Isso é uma coisa muito boa (A2).

A2 enfatiza que sua permanência no esporte dependeu da existência do PAAR, destacando a segurança financeira e trabalhista (13º, férias, entre outros) que o programa oferece. Afirmou que “Nosso treinamento específico acontece todo por parte das Forças Armadas [...] Eles disponibilizam algo muito grande para nós [...]” (A2).

Além do suporte financeiro, o entrevistado aponta que a Força (no caso, o Exército) provê estrutura de treino, incluindo a elaboração de mapas e a logística necessária para praticar uma modalidade pouco difundida, entretanto ao analisar o trabalho de Baptista et al. (2017), que realizaram um trabalho voltado para a análise da infraestrutura esportiva no Exército Brasileiro, chegando à conclusão que o Exército Brasileiro (EB) possui uma rede nacional de infraestrutura esportiva dispersa por todo o país. Porém, o Exército Brasileiro não tem conhecimento do potencial para esse fim e não possui um mapeamento minucioso ou sistemático da infraestrutura esportiva.

Eles sempre estão exigindo esse rendimento [...]. Se você não consegue vaga para o Mundial Militar, eles tendem a não ficar com o atleta. [...] Eles também prezam que a gente trabalhe em outras competições militares (A2).

O PAAR exige contrapartida esportiva (participar e ter bom desempenho em eventos militares) e, além disso, solicita que os atletas colaborem em outras

atividades, como competições internas. Essa exigência de performance indica que o programa não apenas apoia, mas também cobra resultados.

A gente tem liberdade de gerir nosso recurso como a gente quiser [...]. A gente não pode dizer: 'não tenho condições de participar (de tal competição)'. Então a gente tem que trabalhar de maneira que a gente tenha condições de competir (A2).

Embora a verba recebida seja de uso livre, existe a obrigação implícita de participar dos eventos exigidos pela Força. A2 ressalta que isso faz parte do acordo de se manter no programa, afirmando que “as forças armadas [...] meio que salvam o esporte no país. [...] No nosso esporte, não teria outro jeito de chegar em Mundial”.

A2 considera que, para modalidades de menor visibilidade, o PAAR cumpre uma função essencial de fomento, suprimindo a falta de patrocínios privados ou apoio de Confederações. A entrevista de A3, que se aproxima da categoria *Programa de Apoio a Atletas*, evidencia como percebeu o funcionamento e o impacto do PAAR na sua trajetória esportiva. A3 afirmou que “Eu fiquei 2 anos esperando a vaga abrir [...] Em 2012, eu entrei na Marinha. [...] Tinha uma seleção interna, conforme o quadro de vagas”. Então, descreve a dificuldade inicial para ingressar no programa, reforçando que o PAAR segue critérios específicos de seleção e que o número de vagas disponíveis pode variar a cada ano. Segundo A3, “foi a única oportunidade que eu tive de ter uma sequência de competições fora do Brasil. [...] Fiquei 8 anos no programa”.

O entrevistado aponta que o PAAR lhe possibilitou competir de forma mais constante, inclusive internacionalmente, graças à estabilidade financeira e à organização logística proporcionadas.

Eles faziam sempre essa análise no final de cada ciclo... Se o atleta não rendesse, começavam a encaminhar pra substituir. [...] Em modalidades menores, como a nossa, às vezes não tinha outro atleta para entrar (A3).

O relato confirma a relevância do programa para o sustento e desenvolvimento do atleta, oferecendo um período contínuo de suporte. Entretanto, a entrevistada questiona a limitação de oito anos, pois muitos atletas podem ter maior potencial de crescimento justamente ao final desse ciclo.

5.3.4 Parcerias estratégicas na visão dos atletas

Nos recortes da entrevista de A1, alguns se correlacionam à categoria Parcerias Estratégicas, ressaltando como o entrevistado percebe a colaboração entre diferentes instituições e atores (públicos e privados) no financiamento esportivo.

A1 afirmou “sou de um clube aqui de XX [...] que tinha um patrocínio da Caixa, então desde 2013 eu recebo algum auxílio da Caixa dentro do meu clube”. Ainda, destaca o patrocínio privado (Caixa Econômica Federal) mediado pelo clube, ilustrando uma parceria estratégica entre instituição bancária e entidade esportiva, que complementa o apoio estatal.

Tive alguns recursos em algum momento da minha carreira, do comitê olímpico [...] depois não tive mais recurso financeiro, mas tive o programa que chamava de PPP, o programa olímpico que tira campings, viaja algumas competições importantes [...] (A1).

Aqui, A1 evidencia a importância de colaborações institucionais no nível local, mostrando como o governo distrital se une ao atleta para custear deslocamentos, um fator crítico no alto rendimento. Ato contínuo, elementos da entrevista de A2 que se relacionam à categoria *Parcerias Estratégicas*.

O objetivo das Forças Armadas [...] é que os atletas participem principalmente dos campeonatos mundiais militares. [...] Se você não consegue vaga para o mundial militar, eles tendem a não ficar com o atleta (A2).

A exigência de desempenho nos eventos militares reflete uma relação de troca, em contrapartida ao investimento no atleta, a instituição militar espera resultados que fortaleçam sua imagem e a do programa.

Parceria principal do exército (PAAR), para A2 a parceria mais relevante é com o Exército, que lhe garante recursos financeiros, estrutura de treinamento e oportunidades competitivas (mundiais militares). Nesse sentido, o PAAR funciona como a engrenagem essencial para manter o atleta na modalidade de orientação.

Na visão de A2, as parcerias estratégicas concentram-se quase exclusivamente no âmbito público, envolvendo principalmente o Exército e, em menor grau, a prefeitura de seu município. Sem patrocínios privados ou confederações atuantes, o atleta depende fortemente do PAAR para viabilizar sua carreira, ilustrando como o apoio estatal pode ser determinante em esportes de menor visibilidade.

Não há menções a acordos com empresas ou marcas esportivas, o que indica que A3, assim como A2, não contou com colaborações privadas relevantes. A ausência de patrocínios reflete a dificuldade de esportes de menor visibilidade em atrair parcerias corporativas, reforçando a centralidade do PAAR.

6 DISCUSSÃO

Este capítulo de discussão tem como objetivo integrar os achados das entrevistas realizadas com gestores, treinadores e atletas ao arcabouço teórico desenvolvido ao longo da pesquisa. Partimos de quatro categorias de análise (percurso histórico do financiamento esportivo, fontes de recurso, programa de apoio a atletas e parcerias estratégicas) que foram identificadas tanto na revisão de literatura quanto na análise documental. O propósito aqui é relacionar essas evidências empíricas com a abordagem sociológica de Norbert Elias, notadamente suas ideias sobre interdependências e os jogos de poder.

As entrevistas com gestores, treinadores e atletas revelaram visões distintas sobre o financiamento esportivo militarizado. De modo geral, os gestores destacaram a necessidade de legitimação política e de resultados para manter o programa, o que também é apontado por Castro et al. (2023) que realizaram um estudo com o objetivo de mapear os recursos orçamentários alocados pelo governo federal brasileiro e examinar as prioridades das políticas esportivas nacionais.

Os treinadores enfatizaram a disciplina e a busca por metas esportivas, ao mesmo tempo em que negociavam autonomia técnica, colaborando com os achados de Marques et al (2021), que apontam que os resultados indicaram mudanças nos percentuais de distribuição dos recursos.

Já os atletas valorizaram a estabilidade financeira e o suporte de infraestrutura, mas também enfrentaram exigências militares e metas anuais de desempenho. Apontando não somente pontos positivos como também negativos, vindo de encontro com o estudado por Baptista et al. (2017), que realizaram um trabalho voltado para a análise da infraestrutura esportiva no Brasil.

Esse conjunto de perspectivas se alinha aos documentos que sustentam a criação do programa, reforçando a ênfase em metas, disciplina e racionalização do investimento.

No que diz respeito ao percurso histórico do financiamento esportivo, as entrevistas e a documentação analisada indicam que o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) nasceu, em grande parte, para atender questões políticas e internas das Forças Armadas. Essa necessidade inicial, porém, se expandiu, passando a abarcar competições civis, como Jogos Pan-Americanos e Olimpíadas. Carneiro et al. (2021), em seu estudo, fazem a análise de que o financiamento e o gasto público federal do Esporte de Alto Rendimento tiveram uma

mudança pelos megaeventos. Apontou que o governo federal criou diferentes dispositivos políticos e legais que buscaram alçar o Brasil à potência esportiva.

A documentação oficial confirma a adaptação de leis e portarias para incorporar atletas como militares temporários, evidenciando um processo contínuo de ajustes normativos para manter e ampliar o programa.

A categoria programa de apoio a atletas foi considerada pelos entrevistados como um mecanismo fundamental para oferecer estabilidade financeira, infraestrutura de treinamento e assistência médica. Os gestores enfatizaram a importância de metas e da renovação anual do contrato, enquanto os treinadores destacaram a disciplina e o controle de desempenho. Os atletas, por sua vez, valorizaram a segurança do salário e a estrutura oferecida, mas tiveram que se adequarem às regras militares. Esse conjunto de fatores indica uma clara racionalização das práticas esportivas, o que pode ser interpretado, à luz de Elias (1993;1994), como interdependências dentro do universo militar-esportivo.

Já as parcerias estratégicas se revelaram na cooperação entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Esporte, bem como no diálogo com confederações, federações e até patrocinadores privados em algumas modalidades. Nesse sentido, a relação entre gestores, treinadores e atletas ganha contornos de “jogos de poder” (Elias, 2001), pois todos dependem uns dos outros para legitimar o programa e garantir recursos e prestígio.

Sob a ótica de Norbert Elias, observamos como o poder se manifesta de forma relacional e interdependente. Os gestores precisam dos resultados dos atletas para manter o apoio político e orçamentário; os treinadores dependem da adesão dos atletas às metas e rotinas de treinamento; e os atletas, por sua vez, encontram no Exército o suporte financeiro e estrutural que muitas vezes não obtêm no meio civil. Elias (2001) descreve esses “jogos de poder” como uma configuração dinâmica, na qual nenhum ator detém o poder de forma absoluta. Ao mesmo tempo, jogos de poder se reflete na disciplina imposta pela instituição militar, na adoção de metas racionais e na incorporação de normas que visam ao controle de impulsos e à organização sistemática do treinamento (Elias, 1993;1994).

Desse modo, a discussão evidencia que o financiamento esportivo militarizado não apenas responde a demandas de desempenho esportivo, mas também incorpora valores e práticas que se alinham a uma maior racionalização, controle emocional e disciplina (Elias, 1994). A interdependência entre gestores,

treinadores e atletas, bem como as tensões e negociações que dela decorrem, confirma a noção de jogos de poder, em que cada parte exerce influência e se encontra igualmente dependente da cooperação e do sucesso alheio (Elias 2001). Assim, ao mesmo tempo em que o PAAR fortalece o esporte nacional, ele se constitui como uma rede de interdependências e disputas, refletindo plenamente as teses de Elias sobre a dinâmica social e a evolução das normas comportamentais.

No que tange à gestão do PAAR, é possível observar que os gestores, embora detenham autoridade formal no ambiente militar, não conseguem simplesmente impor regras de forma unilateral. Eles precisam negociar com diversos atores, como o Ministério da Defesa, o Ministério do Esporte, o Comando Militar e os próprios atletas, para garantir a legitimidade orçamentária e a continuidade do programa. Esse contexto confirma o que Norbert Elias descreve como “jogos de poder” e “relações de interdependência” (Elias 2001): por mais que ocupem uma posição hierárquica elevada, os gestores dependem dos resultados esportivos para validar o investimento público, enquanto os atletas, por sua vez, necessitam da aprovação dos gestores para permanecer no programa.

Essa lógica de interdependência se traduz em constante negociação de metas, recursos e legitimação. Por um lado, os gestores buscam justificar os gastos ao mostrar conquistas expressivas em competições militares e civis; por outro, treinadores e atletas exigem condições de trabalho e autonomia técnica para atingirem tais resultados.

Assim, o poder não é algo fixo ou unilateral, mas um equilíbrio fluido, no qual cada parte exerce influência e depende da cooperação alheia. Como ressalta Elias (2001), o poder é relacional e emerge das redes de dependência mútua, nenhuma das partes consegue manter o programa sem a adesão das demais.

Nesse cenário, a criação de normas internas (como metas de desempenho, protocolos disciplinares e avaliações periódicas) se insere no que Elias (1993; 1994) descreve. À medida que o estado moderno se fortalece, as instituições, incluindo o Exército, desenvolvem regulamentações para moldar comportamentos e impor maior autocontrole. No PAAR, essas normas definem não apenas os objetivos esportivos (por exemplo, conquistas em torneios mundiais), mas também o tipo de conduta esperada de cada participante, desde treinadores até atletas.

Para Elias (1994), o processo de civilização implica a progressiva racionalização das práticas sociais, de modo que as emoções e impulsos individuais

sejam contidos e orientados por um conjunto de regras socialmente estabelecidas. No contexto do PAAR, essa racionalização se manifesta em portarias, metas anuais e ciclos de avaliação, que reforçam a disciplina militar. Tal estrutura diminui a margem para improvisos ou atitudes desconexas dos objetivos do programa, tornando o esporte militar mais disciplinado e organizado, o que coincide com a ideia de Elias de que a “cortesia” e a “moderação” se expandem na medida em que as instituições consolidam seu poder regulador (Elias, 1994).

Por fim, as falas dos treinadores deixam claro que o sucesso do PAAR não depende apenas da excelência atlética, mas também da capacidade de articular todos esses elementos: controle institucional, regulação emocional, interdependência funcional e racionalidade estratégica. A atuação dos técnicos exemplifica, assim, o tipo de configuração social descrita por Elias (2001), em que o poder é relacional, o comportamento é progressivamente racionalizado e a sociedade (ou, neste caso, o programa) opera por meio da constante negociação entre agentes com diferentes graus de influência.

As falas dos atletas entrevistados revelam com nitidez a experiência de inserção em uma estrutura institucional marcada por normas, avaliações e expectativas. O ingresso no PAAR representa, para muitos, a transição de uma prática esportiva pautada na paixão e na superação individual para uma trajetória orientada por metas, protocolos e hierarquias.

Nesse contexto, os atletas não são apenas sujeitos de treinamento físico, mas de modelagem comportamental. São incentivados a desenvolver o autocontrole, a gestão emocional, a obediência a regras e a interiorização de normas éticas e disciplinares. Elias (1993;1994) destaca que o estado moderno e suas instituições operam um processo de modificação dos costumes por meio da exigência de comportamentos mais contidos e previsíveis.

Ao mesmo tempo, os atletas não ocupam uma posição de mera submissão. Eles são agentes ativos nos jogos de poder descritos por Elias (2001), influenciando gestores e treinadores por meio de seus resultados, de sua visibilidade midiática e de sua capacidade simbólica de representar a instituição. A relação é, portanto, de interdependência: os atletas dependem dos recursos institucionais (salários, estrutura, visibilidade), mas a manutenção do próprio programa também depende do sucesso e da legitimação pública que esses atletas proporcionam.

Os relatos também demonstram que, ao entrar para o PAAR, os atletas vivenciam uma transformação identitária. Ao assumirem a condição de militares temporários, são introduzidos em um novo universo simbólico, com valores próprios (hierarquia, disciplina, patriotismo), que se somam aos valores esportivos (respeito, cooperação, superação).

Além disso, o vínculo dos atletas com o programa não é garantido de forma incondicional. Ele está sujeito a avaliações constantes, tanto no aspecto técnico quanto no disciplinar, o que exige dos atletas uma vigilância contínua de suas ações e comportamentos. Isso evidencia a crescente internalização de mecanismos de controle, característica do processo de civilização (Elias, 1994). A conduta não é mais regulada apenas por coerção externa, mas pela autoavaliação constante do próprio sujeito, que se esforça para manter-se adequado às normas e expectativas da instituição.

Por fim, os atletas demonstram, em suas falas, orgulho por pertencer a um programa estruturado, que os reconhece, apoia e oferece estabilidade. Esse sentimento de pertencimento também pode ser compreendido na lógica de Elias (2001), como parte da complexificação das teias de interdependência. Eles não apenas recebem um benefício; tornam-se peças fundamentais de uma engrenagem que envolve estado, forças armadas, política esportiva e sociedade civil. A permanência no PAAR é resultado da capacidade de se manter dentro dessas exigências – um equilíbrio delicado entre performance, disciplina e reconhecimento.

7 CONCLUSÃO

A presente tese procurou compreender, sob um olhar sociológico fundamentado nas ideias de Norbert Elias, como se deu a inserção e atuação das Forças Armadas no financiamento esportivo de alto rendimento no Brasil. Combinando uma abordagem teórica, análise documental e a escuta direta de gestores, técnicos e atletas, foi possível evidenciar as particularidades deste modelo de financiamento militarizado e as interdependências que o sustentam.

Uma das limitações desta pesquisa refere-se ao caráter qualitativo e ao número restrito de entrevistas realizadas com gestores, treinadores e atletas vinculados ao Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Embora os depoimentos tenham fornecido subsídios valiosos para compreender as dinâmicas de poder, interdependência e racionalização presentes no contexto militar-esportivo, o recorte amostral não permite generalizações para todos os núcleos ou modalidades esportivas contempladas pelo programa. Ademais, as percepções dos participantes podem estar influenciadas pela posição ocupada na estrutura hierárquica, pelo tempo de permanência no programa ou mesmo por interesses institucionais, o que limita a abrangência dos resultados.

Outra limitação diz respeito à disponibilidade de documentos oficiais e dados quantitativos atualizados sobre o financiamento do esporte militar. Apesar de a análise documental ter contribuído para contextualizar a inserção das Forças Armadas no cenário esportivo nacional, a escassez de informações sistematizadas e a dificuldade de acesso a relatórios orçamentários detalhados restringiram a possibilidade de comparações mais amplas com outros programas ou políticas públicas.

Os dados analisados demonstram que o Programa de Incorporação Atletas de Alto Rendimento (PAAR) não é apenas um mecanismo de suporte financeiro, mas uma engrenagem dentro de uma teia de relações complexas entre estado, instituições militares, ministérios e o próprio campo esportivo. A hipótese de que o programa serviu também como estratégia institucional das Forças Armadas para se reposicionar socialmente se confirmou, especialmente pela visibilidade que os atletas militares conquistaram em eventos civis e internacionais, associada à simbologia de disciplina e ao pertencimento que a imagem militar ainda carrega.

Sob a ótica de Elias, os achados da pesquisa revelam um processo claro de racionalização e formalização das condutas esportivas no interior do PAAR. A criação de portarias, metas objetivas, indicadores de desempenho e critérios de permanência

refletem a construção de um ambiente institucional voltado à racionalidade, disciplina e autocontrole, características típicas das interdependências e jogos de poder. Tal cenário exige dos atletas e gestores o domínio de códigos institucionais, a adaptação a normas hierárquicas e uma ética do desempenho compatível com a lógica militar.

Além disso, os jogos de poder identificados entre os diversos atores envolvidos (Ministério da Defesa, Ministério do Esporte, comandos das Forças, dirigentes esportivos e os próprios atletas) revelam uma rede de interdependência onde nenhum agente possui o poder absoluto. A manutenção e expansão do programa exigem negociações contínuas, busca por legitimidade orçamentária e articulação entre esferas políticas e esportivas. Assim, o poder se manifesta de maneira relacional e fluida, em consonância com a teoria das configurações de Elias.

As hipóteses delineadas ao longo desta pesquisa mostraram-se, em grande medida, confirmadas. As Forças Armadas, de fato, desempenharam papel relevante no cenário do financiamento esportivo brasileiro, especialmente a partir da implementação de programas institucionais voltados ao esporte de alto rendimento. Essa participação refletiu-se não apenas na ampliação e modernização de sua estrutura física, mas também no aumento do contingente de atletas vinculados às FFAA, resultando em desempenhos esportivos mais expressivos em competições internacionais, com destaque para os Jogos Olímpicos.

Outro aspecto igualmente corroborado foi a melhoria da percepção social acerca das Forças Armadas. A aproximação com a sociedade civil, mediada pelo esporte, contribuiu para uma imagem mais empática e amigável da instituição. Nesse processo, a visibilidade conferida pela mídia e o simbolismo do gesto da continência no pódio atuaram como elementos significativos na identificação positiva do atleta de rendimento com o militar, fortalecendo vínculos simbólicos de pertencimento e representatividade.

Confirmou-se também que a inserção dos atletas nas FFAA tornou-se relevante mecanismo de complementação de renda no contexto brasileiro, marcado por fragilidades nas políticas de financiamento esportivo. Além disso, a utilização das instalações militares para treinamento reduziu a ociosidade das estruturas já existentes, ampliando sua função social e esportiva.

Por fim, verificou-se a existência de interesses mútuos entre Forças Armadas e governo federal, configurando uma rede de interdependências que possibilitou o repasse e a administração de recursos destinados ao esporte. Essa dinâmica insere-

se no campo dos jogos de poder e influências, em que as FFAA se consolidaram como atores estratégicos na política esportiva nacional, e também obtiveram ganhos institucionais em termos de prestígio, legitimidade e capacidade de intervenção.

Diante disso, pode-se afirmar que o PAAR representa uma política pública híbrida: ao mesmo tempo em que oferece suporte aos atletas e fortalece o sistema esportivo nacional, também atende aos interesses estratégicos das Forças Armadas, seja em sua projeção institucional, seja no uso eficiente de suas estruturas. Contudo, esse modelo não está isento de tensões, como demonstrado nos depoimentos que apontam disputas internas, dificuldades de acesso igualitário e a necessidade de avaliação contínua dos critérios de seleção e permanência dos beneficiários. Como sugestões para políticas públicas, recomenda-se que:

- o PAAR avance para uma governança interministerial mais transparente, com indicadores claros de impacto social e esportivo;
- as instalações militares possam ser compartilhadas com projetos de base esportiva, potencializando o uso das estruturas e aproximando as Forças Armadas da sociedade civil;
- se fortaleça o acompanhamento psicossocial dos atletas, especialmente no processo de desligamento do programa, mitigando riscos de rupturas traumáticas;
- haja maior diálogo entre as Forças e as confederações esportivas civis, a fim de alinhar o calendário de competições e as exigências de desempenho, e evitar sobrecargas e conflitos de interesse.

A tese, assim, contribui para o campo da sociologia do esporte ao oferecer uma análise original sobre uma política pública pouco explorada na literatura acadêmica nacional. Ao evidenciar as dinâmicas de poder, os processos de civilização e as estruturas de financiamento esportivo através da lente de Elias, amplia-se o entendimento sobre como o esporte, o estado e as instituições militares se articulam em um jogo social de múltiplas camadas e interesses.

Além disso, este estudo evidencia a relevância do programa analisado no contexto do Sistema Nacional do Esporte, sobretudo por seu papel em fortalecer modalidades que não contam com amplo apoio da iniciativa privada ou grande apelo midiático. Ao oferecer condições de estabilidade financeira, infraestrutura de treinamento e assistência médica a atletas inseridos nesse cenário, o programa se

consolida como um instrumento fundamental de democratização das oportunidades esportivas e de promoção da equidade no acesso ao alto rendimento.

Ao trazer à luz essa dimensão, a pesquisa contribui para o debate sobre a governança esportiva no país, reforçando a necessidade de políticas públicas que valorizem não apenas as modalidades consagradas, mas também aquelas historicamente marginalizadas em termos de recursos e visibilidade. Nesse sentido, este trabalho busca não apenas analisar, mas também legitimar a importância da manutenção e da expansão de programas que assegurem a continuidade e o desenvolvimento do esporte em sua pluralidade, fortalecendo de forma integrada o sistema esportivo brasileiro.

Cabe destacar que, após o encerramento da coleta e análise de dados desta pesquisa, ocorreu uma atualização normativa relevante para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento. Trata-se da Portaria GM-MD nº 4.821/2025, publicada dois dias antes da defesa desta tese, a qual altera a Portaria Normativa nº 71/GM-MD/2019 e redefine parâmetros de ingresso, permanência e desligamento de militares temporários atletas. Essa atualização, embora não tenha sido objeto de análise sistemática no corpo deste trabalho por limites temporais da pesquisa, confirma a continuidade do processo de institucionalização do PAAR no âmbito da política esportiva nacional. A nova portaria reforça o papel estratégico das Forças Armadas na manutenção de condições estáveis para o alto rendimento, indicando um movimento de consolidar marcos regulatórios que sustentem o programa a longo prazo.

Essa mudança normativa se articula, ainda, com transformações simultâneas no sistema esportivo civil, como a Resolução nº 07/2025 do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), que redefine categorias de integração e busca ampliar fontes de financiamento. A proximidade temporal entre essas ações revela um cenário de reajuste e fortalecimento das redes de interdependência entre Estado, Forças Armadas, clubes e entidades nacionais de administração do esporte, em consonância com a perspectiva sociológica que estudamos. Assim, o PAAR se reafirma não apenas como um mecanismo de suporte individual ao atleta, mas como parte de uma configuração mais ampla de sustentação do alto rendimento no Brasil, que depende de cooperação institucional, estabilidade regulatória e permanência de arranjos de governança compartilhada. A inclusão dessa atualização normativa, portanto, atua como complementação analítica, reforçando o argumento central desta tese: o PAAR

é uma política pública consolidada, estruturante e estrategicamente situada na engrenagem esportiva nacional.

REFERÊNCIAS

ARMY. **Intramural Sports**. Disponível em: <https://www.armymwr.com/programs-and-services/sports-fitness/unit-level-and-intramural-sports-programs>. Acesso em: out. 2021.

BAHRO, Berno. Can Sport Form a National-Socialist Elite? The Example of SS Sports. **The International Journal of the History of Sport**, v. 31, n. 12, p. 1462-1477, 2014.

BAPTISTA, Marco et al. Evaluation of sports infrastructure of the Brazilian Army: A methodological proposal. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 20, p. S70, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARKER-RUCHTI, Natalie et al. Producing success: A critical analysis of athlete development governance in six countries. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 10, n. 2, p. 215-234, 2017.

BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosangela; BRAILE, Domingo M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, v. 20, p. VII-IX, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5342.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007**. Regulamenta a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.** Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003.** Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.** Institui a Bolsa-Atleta. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.472, de 2 de maio de 2007.** Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11472.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.** Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13756.htm#art37. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 248, de 20 de julho de 2016.** Regulamenta o funcionamento da Rede Nacional de Treinamento, prevista no art. 16 e parágrafos da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2016. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/redenacionaltreinamento/02_09_2016_Portaria_n_248_de_20_de_julho_de_2016-Rede_Nacional_de_Treinamento.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL.GOV. **Lançado Plano Brasil Medalhas 2016**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2012/09/veja-lancamento-do-brasil-medalhas-2016>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

CAMARGO, Philipe; PIGGIN, Joe; MEZZADRI, Fernando. The politics of sport funding in Brazil: A multiple streams analysis. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 12, n. 4, p. 599-615, 2020.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. O financiamento federal de alto rendimento no ciclo olímpico e paralímpico Rio 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, e005621, 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al. O financiamento federal do esporte de alto rendimento no Brasil no ciclo olímpico e paralímpico Tóquio 2020. **Retos**, v. 28, p. 328-338, 2024.

CASTRO, Lúcio de. **Memórias do chumbo: o futebol nos tempos do Condor – Brasil**. Documentário ESPN Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COSTA, Caroline. **Exército e PAAR: processos de militarização do esporte nacional**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2017.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 22, p. 398-421, 2009.

DE BOSSCHER, Veerle; SHIBLI, Simon; DE RYCKE, Jens. The societal impact of elite sport: positives and negatives: introduction to ESMQ special issue. **European Sport Management Quarterly**, v. 21, n. 5, p. 625-635, 2021.

DIGEL, Helmut. A comparison of elite sport systems. **New Studies in Athletics**, v. 17, p. 37-50, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: volume 2: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FONTANA, Felipe. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim aplicada ao pensamento político e social brasileiro. In: CEPÊDA, Vera A. et al. (org.). **Interfaces da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**. São Carlos: UFSCar, 2015.

GARNER, Jacqueline; HUMPHREY, Phillip R.; SIMKINS, Betty. The business of sport and the sport of business: a review of the compensation literature in finance and sports. **International Review of Financial Analysis**, v. 47, p. 197-204, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GREEN, Mick; OAKLEY, Ben. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, v. 20, n. 4, p. 247-267, 2001.

GRIX, Jonathan; CARMICHAEL, Fiona. Why do governments invest in elite sport? A polemic. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 4, n. 1, p. 73-90, 2012.

HART, Chris. **Doing a literature review: releasing the social science research imagination**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

HONG, Eunah. Elite sport and nation-building in South Korea: South Korea as the dark horse in global elite sport. **International Journal of the History of Sport**, v. 28, n. 7, p. 977-989, 2011.

HORTELAN, Michele dos Santos et al. Papel do gestor de saúde pública em região de fronteira: scoping review. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 2, p. 229-236, 2019.

HOULIHAN, Barrie. GREEN, Mick; **Comparative elite sport development: systems, structures and public policy**. Great Britain: Elsevier, 2008.

KLEIJNEN, J; MOHER, D. **The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration**. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LI, D.; WU, Z.; WU, Q. How does digital finance affect sports enterprise innovation? Evidence from Chinese sports listed enterprises. **Sustainability**, v. 16, n. 14, 5847, 2024. DOI: 10.3390/su16145847.

LUO, S.; LO, P. Selecting keywords for concept-based query expansion. **Journal of Documentation**, v. 74, n. 4, p. 843-862, 2018.

MACHI, Lawrence A.; MCEVOY, Brenda T. **The literature review: six steps to success**. 3. ed. Thousand Oaks: Corwin, 2016.

MARQUES, José Carlos. "Todos juntos, vamos": a superação do "verdeamarelismo" da ditadura militar na conquista do mundial de futebol de 2002. In: MARQUES, José Carlos (org.). **Mídia e esporte: temas contemporâneos**. Nova Hamburgo: Feevale, 2011.

MARQUES, Luís Maurício Montenegro et al. Financiamento do esporte no Brasil: análise acerca das mudanças recentes na configuração dos repasses de recursos das loterias federais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, e005621, 2021.

MASCARENHAS, Fernando; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MATIAS, Wagner Barbosa. **Financiamento do esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MEIRA, Tatiana de Barros; BASTOS, Flávia da Cunha; BÖHME, Maria Tereza Silveira. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251-262, 2012.

MELO, Victor A. A história da organização dos esportes no Brasil e o surgimento das entidades esportivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 22, n. 1, p. 33-47, 2001.

MELO, Victor A.; MAZZEI, Leandro C. Esporte e políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 3, p. 43-56, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Exército Brasileiro**. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/ingresso/militar-de-carreira_old. Acesso em: 17 maio 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Ao inaugurar a Vila Verde destinada aos Jogos Mundiais Militares, Jobim afirma que Brasil está preparado para grandes eventos**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/3722-13062011-defesa-ao-inaugurar-a-vila-verde-destinada-aos-jogos-mundiais-militares-jobim-afirma-que-brasil-esta-preparado-para-grandes-eventos>. Acesso em: 17 maio 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Bolsa-Atleta**. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/253-ministerio-do-esporte/institucional/alto-rendimento/programa-bolsa-atleta>. Acesso em: maio 2022.

MURAD, Maurício. Esporte, investimento público e desenvolvimento social no Brasil: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, n. 2, p. 215-228, 2016.

PARK, Jae-Woo; LIM, Seungyup. A chronological review of the development of elite sport policy in South Korea. **Asia Pacific Journal of Sport and Social Science**, v. 4, n. 3, p. 198-210, 2016.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

PAULA, Carlos A.; MELLO, Mariana B. A Lei de Incentivo ao Esporte e o financiamento do esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 3, p. 419-429, 2010.

PENTEADO, José Tadeu Rodrigues. **Direito Desportivo Constitucional: O Desporto Educacional como Direito Social**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RAMOS, Luiz C. A governança e os impactos das leis de incentivo no esporte brasileiro. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 3, p. 731-748, 2017.

RATUSHNAIA, Ia. Iu. Problemy finansirovaniia fizicheskoi kul'tury i sporta na federal'nom i regional'nom urovniakh v 1991-2007 gg. **[Problemas de financiamento da cultura física e do desporto a nível federal e regional em 1991-2007]**. *Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo universiteta*, [Tomsk], n. 369, p. 84-87, 2013.

RIDLEY, Diana. **The literature review: a step-by-step guide for students**. 2. ed. London: Sage, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SIGOLI, Mário André; DE ROSE JUNIOR, Dante. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004.

SILVA, Alexandre M.; MOREIRA, Carlos S. **Financiamento do esporte: uma análise dos recursos públicos e privados no desenvolvimento esportivo**. Curitiba: UFPR, 2012.

SILVA, Rafael A.; GALATTI, Larissa R. **Esporte e sociedade**. Campinas: UNICAMP, 2020.

SOUZA, Juliano; ALMEIDA, Marco B. Políticas de incentivo ao esporte e desenvolvimento do esporte social no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 4, p. 865-879, 2013.

TADROS, Gabriel R.; RECHIA, Simone; PEREIRA, Erick C. Política de esporte e lazer no Brasil: evolução, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 2, p. 165-176, 2015.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. **Movimento**, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011.

TAYLOR, Peter. Comparative sport development: systems, participation and public policy. **Managing Sport and Leisure**, v. 20, n. 6, p. 313-314, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAGENAS, George; VLACHOKYRIAKOU, Eleni. Olympic medals and demographic factors: novel predictors, the ex-host effect, the exact role of team size, and the "population-GDP" model revisited. **Sport Management Review**, v. 15, n. 2, p. 211-217, 2012.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 17 abr. 2024.

VISHNJAKOVA, O. N.; KHAJRULLINA, A. J. The concept of developing a scientific-based dynamic sport financing model. **Science and Sport**, v. 11, n. 1, p. 78-87, 2023.

WOHLIN, Claes. Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering. In: **Proceedings of the 18th international conference on evaluation and assessment in software engineering**. 2014. p. 1-10.

ZHAO, Yingwei; ZHU, Lina. Review on Chinese Sport Industry and Corresponding Management and Financial Methodologies: Opportunities and Prospects. In: **2015-1st International Symposium on Social Science**. Atlantis Press, 2015. p. 104-107.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATLETAS

1. Você recebe ou já recebeu recursos públicos em sua trajetória esportiva? Qual período?
2. Você possui/possuía outra fonte de financiamento além dos recursos públicos (patrocínios, recurso próprio)?
3. No caso específico do PAAR, você pode identificar algum diferencial comparado às outras fontes de recursos públicos?
4. Como você avalia o impacto dos recursos públicos obtidos pelo PAAR em sua trajetória esportiva?
5. Existe/existia algum tipo de estabelecimento de metas a serem alcançadas (resultados esportivos a serem obtidos, medalhas, participação em eventos esportivos), com base neste recurso que você recebeu por meio das Forças Armadas?
6. Em algum momento, as Forças Armadas questionaram seu desempenho durante sua permanência na Força?
7. Você tem/tinha liberdade para realizar o direcionamento (gasto) dos recursos recebidos pelo PAAR ou existe/existia uma instrução por parte das Forças Armadas?
8. Por qual motivo você decidiu participar do PAAR?
9. Com relação ao financiamento por intermédio das Forças Armadas, você gostaria de pontuar alguma sugestão sobre a forma que tem ocorrido?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES DO PAAR NAS FORÇAS ARMADAS

1. Quais as suas atribuições em sua Força Armada? você acumula com as funções de gestão do PAAR?
2. Com relação específica ao PAAR, você poderia falar um pouco sobre como ocorre o processo de formulação e de elaboração dos editais, principalmente com relação à quantidade de atletas a serem “contratados”.
3. Como é decidido se o atleta permanece por mais tempo no programa (8 anos) ou se é desligado antes?
4. Como os demais militares encaram a permanência desses atletas na força?
5. Agora com relação ao momento posterior à contratação, existia algum tipo de estabelecimento de metas e resultados da Força ou do Ministério do Esporte?
6. Com relação à utilização do recurso recebido pelos atletas, qual é a percepção da Força quanto à utilização dessa verba? Existe um direcionamento ou o atleta possui a liberdade de escolha?
7. Sobre o PAAR, existe alguma restrição sobre outras bolsas que os atletas recebem?
8. Você acredita que o financiamento por meio das Forças Armadas se difere dos demais financiamentos? Por quê?
9. Com relação ao financiamento por intermédio das Forças Armadas, você gostaria de pontuar alguma sugestão sobre a forma que tem ocorrido?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM TÉCNICOS

1. Você treina ou treinou atletas que já receberam recursos públicos em sua trajetória esportiva por meio do PAAR?
2. O atleta possui/possuía outra fonte de financiamento além dos recursos públicos (patrocínios)?
3. No caso específico do PAAR, você consegue identificar algum diferencial para o atleta comparado às outras fontes de recursos públicos?
4. Quando o atleta foi contemplado por estes recursos, você percebeu alguma mudança de desempenho no atleta?
5. Existe/existia algum tipo de estabelecimento de metas a serem alcançadas (resultados esportivos a serem obtidos, medalhas, participação em eventos esportivos militares) e isso atrapalhou no desempenho esportivo de rendimento externo à Força? não ficou muito claro a quem atrapalhou no desempenho!!
6. Em algum momento, as Forças Armadas ou o Ministério do Esporte questionou o desempenho do atleta ou sua atuação como treinador durante o recebimento de recursos?
7. Como você realiza/realizava o treinamento de seu atleta considerando os compromissos (militares) exigidos pelas Forças Armadas?
8. Em algum momento, você entendeu que seu atleta foi prejudicado em termos de rendimento por estar em um programa das Forças Armadas?
9. Com relação ao financiamento por intermédio das Forças Armadas, você gostaria de pontuar alguma sugestão sobre a forma que tem ocorrido?